



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE CIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG



O TURISMO COMUNITÁRIO EM COMUNIDADES
TRADICIONAIS NA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ: em
foco a experiência da Rede Tucum

CICERA INARA OLIVEIRA SOUSA BORGES

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Céu de Lima

Fortaleza

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CICERA INARA OLIVEIRA SOUSA BORGES

**O TURISMO COMUNITÁRIO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA ZONA
COSTEIRA DO CEARÁ: EM FOCO A EXPERIÊNCIA DA REDE TUCUM**

FORTALEZA
2011

CICERA INARA OLIVEIRA SOUSA BORGES

**O TURISMO COMUNITÁRIO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA ZONA
COSTEIRA DO CEARÁ: EM FOCO A EXPERIÊNCIA DA REDE TUCUM**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.
Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Céu de Lima.

FORTALEZA
2011

CICERA INARA OLIVEIRA SOUSA BORGES

**O TURISMO COMUNITÁRIO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA ZONA
COSTEIRA DO CEARÁ: EM FOCO A EXPERIÊNCIA DA REDE TUCUM**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria do Céu de Lima (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Carlos Alberto Ciose Sampaio
Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Prof^a. Dr^a. Luzia Neide M. T. Coriolano
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Ms. Sheila Kelly Paulino Nogueira
Instituto Terramar

Ao

Pedro Henrique,

pelo amor compreensivo;

À

Socorro, mãe amada,

exemplo de força, felicidade e vida;

À

Ianna,

irmã sempre repleta de amor e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

No decorrer do período de construção desta dissertação muitos encontros e reencontros ocorreram, permitindo novas vivências, descobertas, proporcionando diálogos constantes com pessoas que estiveram ao meu lado, colaborando e tornando mais prazerosa a sua construção.

Dentre esses encontros gostaria de lembrar aquele em que tive a oportunidade de dialogar com a Professora Dra. Maria do Céu (orientadora), antes mesmo do mestrado, ainda nas rodas de conversa do movimento social, visitando as comunidades. Suas orientações, com sutileza, dedicação e ética, além da sua generosidade, levaram-me a conhecer novas possibilidades de construção científica, bem como a ter novos olhares sobre os desafios da zona costeira, acompanhando-me durante todo o percurso do mestrado, indicando os caminhos para além da realidade acadêmica, pelo que lhe sou imensamente grata.

Ao Laboratório de Estudos do Território e Turismo da Universidade Estadual do Ceará (NETTUR – UECE), que esteve de portas abertas na continuação dos debates sobre o turismo comunitário, além de ser espaço efervescente de produção do conhecimento, sob a orientação da Professora Dra. Luzia Neide. Muito obrigada ao Fred, à Juliana, ao Eudes, e ao Clódio, que compartilharam seus anseios e entendimentos do turismo, bem como contribuíram com suas opiniões, proporcionando reflexões sobre o texto ora produzido.

A Vanessa Luana, Mônica Bonadiman e João Paulo Diniz, por me permitirem viver uma aproximação mais intensa com o núcleo de trabalho da Rede Tucum, em 2009, acompanhando o cotidiano dos trabalhos e das ações pensadas e construídas.

Aos meus companheiros e amigos do Grupo de Estudos sobre o Território/Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais da Universidade Federal do Ceará (LEAT-UFC): Thiago Roniere, Cícero Erivaldo e Cícero Nilton, pelas leituras coletivas e discussões realizadas, pelos momentos de solidariedade, de diversão e apoio, tornando ainda mais rica nossa passagem pelo mestrado/doutorado.

Aos meus colegas de turma, em especial ao Cleiton, ao Michel, à Amanda, à Carol, ao Jucier e à Aleksandra, pela troca de ideias sempre engrandecedora, e pelo apoio nos momentos finais da pesquisa. Especialmente a Aleksandra, agradeço a elaboração do mapa da pesquisa. Seus ensinamentos e gentileza constantes me instigaram a buscar mais conhecimentos na área de cartografia.

Ao LEAT/UFC, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria do Céu, agradeço principalmente à Débora, ao Dennys e à Camila, pelo espaço de debate e produção acadêmica, no constante apoio às lutas dos movimentos sociais.

Ao Instituto Terramar, pela oportunidade de estágio e de convívio com as comunidades, que me proporcionaram acompanhar de perto algumas atividades da Rede TUCUM, sendo espaço permanente de diálogo e transformação.

À Associação Tremembé Onlus, especialmente a Gabriella, pela confiança e apoio, assim como à Associação Caiçara de Promoção Humana, em especial ao Padre Lopes e à Aparecida, pela oportunidade de acompanhar e construir as ações do projeto de turismo comunitário.

À banca do exame de qualificação formada pelo Professor Dr. Carlos Sampaio (FURB), que, inclusive, esteve ao meu lado em visita às comunidades de Jenipapo-Kanindé e Batoque, aceitando compartilhar seu olhar de pesquisador comigo. À Professora Dra. Luzia Neide (UECE), pelas contribuições no aprimoramento do entendimento sobre o turismo comunitário. À Mestre Sheyla Kelly (Instituto Terramar), que realizou uma leitura dedicada e atenciosa, apontando-me caminhos já não mais percebidos.

Gostaria de agradecer à Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP), pela concessão da Bolsa de Estudos que me possibilitou ficar, por um tempo, voltada exclusivamente aos estudos e à pesquisa do mestrado, sem a qual seria muito mais difícil realizar este trabalho.

Às lideranças e comunidades construtoras da Rede Tucum, sem as quais não haveria este trabalho. Agradeço por terem aceitado partilhar comigo as ideias para a superação dos desafios colocados por essa tão recente articulação. A convivência mais intensa durante esses dois anos (seja em trabalho de campo ou nas comunidades, seja pelas várias ligações telefônicas

e trocas de e-mail) foi sempre repleta de um aprendizado rico e constante. Meus sinceros agradecimentos àqueles com quem convivo sistematicamente: Tita e Mariazinha (Tatajuba), Mentinha, Laurena e Helena (Curral Velho), Valneide, Neo e Ieda (Caetanos de Cima), Raimundo e Mirela (Flecheiras), Fátima, Thiago e Francisco (Alojamento Frei Humberto), Beth e Cleciane (Conjunto Palmeiras), Heraldo e Juliana (Jenipapo-Kanindé), Mario, Raimundo e Josivânia (Batoque), Antonio Aires, Beto e René (Prainha do Canto Verde), D. Zildene, Zildenira e Messias (Assentamento Coqueirinho), Eliabe e Otoniel (Ponta Grossa), Douglas e Roseane (Pousada Tremembé).

Aos queridos Sr. Raimundo, Célia e Gabriel, pelo apoio e solidariedade em todos os momentos vividos, sendo alegria em minha vida e de minha família.

À minha sempre dedicada e amada mãe Socorro, pelo apoio incondicional, acreditando ser possível quando nem eu mesma acreditei, em todos os momentos da minha vida. Com esmero se dispôs a ensinar-me, na simplicidade dos seus gestos, seu exemplo de superação e de amor. Por eles aprendi a importância da confiança em Deus buscando saídas e disposição na superação dos desafios. Suas lições hoje se transformam em gratidão, pois jamais terei condições de retribuir tamanho gesto.

À Ianna, por ser porto seguro e acolhedor da nossa família. Sua alegria e discernimento tornaram mais fáceis e felizes muitos momentos vividos por nós. Sua vontade de transformação incentiva-me a buscar caminhos e possibilidades de realização profissional e pessoal.

Ao Pedro Henrique, melhor dos companheiros, pelos debates sobre os temas da pesquisa, por seu auxílio nos trabalhos de campo, na leitura atenta e crítica dos textos produzidos, bem como na formatação do trabalho. Agradeço pela compreensão nas minhas ausências, por ter aceitado compartilhar a vida ao meu lado, sendo esposo amado, cúmplice, conselheiro, proporcionando alegria e felicidade intensa que levarei por toda a vida.

“Tecer e ter nas mãos o fio, o desafio. Fio condutor da história. História que muito adormeceu a memória. Fio que passa, perpassa, vai construindo a rede. Passo a passo, formando laços, tecendo sonhos.”

Amauri Adolfo

RESUMO

Nas últimas décadas, a zona costeira cearense caracteriza-se pelo processo de valorização, o que fez surgir pontos de conflitos no uso do espaço. O turismo inseriu-se como um fator no processo de reprodução social, criando novas relações sociedade-espaço. Essa prática concentrou-se, inicialmente, na faixa litorânea, transformando a natureza e as culturas locais em bens de consumo. Os conflitos pela posse da terra tornam-se frequentes entre especuladores imobiliários, empreendedores turísticos e comunidades pesqueiras que veem o seu modo de vida e o direito ao território ameaçados pela construção de empreendimentos, principalmente turísticos. Por isso desencadearam, desde os anos 1980, movimentos de resistência. O processo de organização comunitária se destaca por formas complementares de geração de renda, que fez emergir a necessidade de um canal de articulação das comunidades envolvidas na construção do turismo comunitário. Assim, em 2006, foi articulada por oito comunidades, um povoado litorâneo e três núcleos de apoio à Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede Tucum. Reconhecer o movimento de organização das associações e grupos comunitários é preponderante para a manutenção das atividades tradicionais relacionadas ao turismo comunitário. Analisar como as comunidades pesqueiras desenvolvem o turismo comunitário e identificar as experiências da Rede Tucum nas comunidades participantes são os objetivos desta pesquisa. Na investigação foram utilizados procedimentos relacionados a pesquisa-ação, tendo na participação em eventos como as assembleias anuais e reuniões colegiadas da Rede Tucum, oficinas e rodas de conversas nas comunidades a possibilidade da identificação de construção coletiva, a aproximação com o tema proposto, o que serviu de base para a análise da realidade do turismo comunitário no Ceará.

Palavras-Chave: Zona Costeira. Comunidades Tradicionais. Rede Tucum. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

In the last decades, the Coastal Zone of Ceará is characterized by a recovery process, which has raised spots of conflicts in the use of space. Tourism becomes itself a factor in the process of social reproduction, creating new space-society relationship. This practice has focused initially on the coast, changing environment and local culture into consumer goods. Conflicts for the command of the land become common among land speculators, touristic businessmen and fishing communities who see their way of life and the right to the territory threatened by construction projects, especially touristic ones, and started from the 1980s, resistance movements. The process of community organization is highlighted by additional ways of generating income, which gave rise to the need for a channel to link the communities involved in the construction of community tourism. Thus, in 2006, articulated by the eight communities, one coastal town and three supporting cores, the Ceará's Community Tourism Network – Rede Tucum. Recognizing the organization's movement of associations and community groups is preponderant to maintain the activities related to community tourism. Analyze how the fishing communities develop community-based tourism experiences and identify the network Tucum in participating communities are the goals of this research. In this research were used proceedings related to action-research, plus the participation in events such as annual meetings, collegial meetings, workshops and rounds of conversations in the communities the opportunity of collective construction, the approach to the proposed theme, which served as background for the analysis of the reality of community-based tourism in Ceará.

Keywords: Coastal Zone. Traditional Communities. Tucum Network. Social Movements.

RIASSUNTO

Nell'ultimo decennio la Zona Costiera del Ceará si caratterizzò per il processo di valorizzazione che fece nascere punti di conflitto nell'uso dello spazio territoriale. Il turismo si inserì come un fattore nel processo di riproduzione sociale creando nuove relazioni società – spazio. Questa pratica si concentrò, inizialmente, nella fascia costiera trasformando la natura e le culture locali in beni di consumo. I conflitti per il possesso della terra ridiventarono frequenti fra speculatori immobiliari, imprenditori turistici e le comunità di pescatori che videro il loro stile di vita e il diritto alla terra minacciato per le costruzioni di strutture e imprese, principalmente turistiche, e scatenarono già dagli anni ottanta movimenti di resistenza. Dentro i quali, si evidenzia il processo di organizzazione comunitaria per forme complementari di generazione di rendita, che fece emergere la necessità di un mezzo di articolazione delle comunità coinvolte nella costruzione del turismo comunitario, cosicché nel 2006 otto comunità, una località di mare della città e tre nuclei di appoggio iniziarono la costruzione della Rete Cearense del Turismo Comunitario – Rete Tucum. Riconoscere il movimento di organizzazione delle associazioni e gruppi comunitari è fondamentale per il mantenimento delle attività inerenti al turismo comunitario. Analizzare come le comunità di pescatori sviluppano il turismo comunitario e identificare le esperienze della Rete Tucum nelle comunità coinvolte sono obiettivi di questa ricerca. Nell'indagine furono utilizzati procedimenti relativi alla ricerca azione, avendo nella partecipazione in eventi come assemblee annuali, riunioni collegiali, officine e le ruote di conversazione nelle comunità, la possibilità di costruzione collettiva, ad un approccio al tema proposto che serviranno di base all'analisi della realtà del turismo comunitario del Ceará.

Parole- Chiavi: Zona Costiera. Comunità Tradizionali. Rete Tucum. Movimenti Sociali.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAPCV	Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde
ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagem
AC	Assentamento Coqueirinho
ACOMOTA	Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba
ACOOPAC	Associação Cooperativista do Projeto Assentamento Coqueirinho
ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
AMIJK	Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo Kanindé
AMM	Associação Mulheres em Movimento
AMPCV	Associação de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho
AMPG	Associação dos Moradores de Ponta Grossa
APAC	Associação dos Produtores do Assentamento Coqueirinho
APAFG	Associação dos Produtores e Produtoras de Algas de Flecheiras e Guajiru
APAPAIS	Associação dos Pequenos(as) Agricultores(as) e Pescadores(as) Assentados do Imóvel Sabiaguaba
APIAC	Associação dos Parceiros Individuais do Assentamento Coqueirinho
ASCOM	Assessoria de Comunicação da Associação Brasileira de Agências de Viagem
ASTUMAC	Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDPDH	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza
CDCT	Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tatajuba
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CETRA	Centro de Assessoria e Estudos do Trabalhador
CETUR	Conselho Estadual de Turismo
CFCFH	Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto
COOPECANTUR	Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde
COOPSOL	Cooperativa de Grupos de Produção Solidária
COPPE	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
CP	Conjunto Palmeiras
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social Indígena
CTCES- PCV	Conselho de Turismo Comunitário e Economia Solidária da Prainha do Canto Verde
FDZCC	Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará
FENACAM	Feira Nacional do Camarão
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
FPPLC	Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense
FORTUR-CE	Fórum de Turismo do Ceará
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde

GT	Grupo de Trabalho
GTCL	Grupo de Turismo Comunitário Local
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEAT/UFC	Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais
MMTR-NE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEA-IBAMA	Núcleo de Educação Ambiental
NETTUR- UECE	Laboratório de Estudos do Território e do Turismo da UECE
NUAC	Núcleo Áudio Visual do Coqueirinho
ONG	Organização Não-Governamental
PCV	Prainha do Canto Verde
PMF1	Prefeitura Municipal de Fortim
PMF2	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PMI	Prefeitura Municipal de Icapuí
PMNT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PMT	Prefeitura Municipal de Trairi
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento Coqueirinho
PRODETUR-CE	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Ceará
PRODETUR-NE	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRODETURIS	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará
PSF	Programa Saúde da Família
REALCE	Rede de Educadores Ambientais do Litoral Cearense
REDETURS	Rede de Turismo Comunitário da América Latina
RENT	Rede de Terapeutas Holísticas
RESEX	Reserva Extrativista
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará.
SETUR	Secretaria do Turismo do Ceará
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TC	Turismo Comunitário
TURISOL	Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
UC	Unidade de Conservação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Fluxo Desembarques Internacionais e Domésticos no Aeroporto Pinto Martins nos anos de 2008, 2009, 2010	34
Figura 1	Cartograma das Regiões do PRODETUR- CE	34
Figura 2	Cartograma da Rede Tucum	41
Mapa 1	Mapa Participantes da Rede Tucum	46
Figura 3	Partilha e Venda do Pescado na Prainha do Canto Verde	48
Figura 4	Jangada SOS Sobrevivência e Equipe da Viagem da Prainha do Canto Verde	49
Mapa 2	RESEX Prainha do Canto Verde	52
Figura 5	Casa Redonda e Pousada Sol e Mar na Prainha do Canto Verde	56
Figura 6	Imagem Símbolo do Prêmio TODO	57
Figura 7	Placa da Rede Tucum e Caminho que dá Acesso à Comunidade de Tatajuba	58
Figura 8	Vista da Duna Encantada em Tatajuba	60
Figura 9	Centro de Artesanato de Tatajuba	61
Figura 10	Moradora Vendendo Artesanato	62
Figura 11	Chalé do Coração e Chalé do Sol Nascente, Construídos com a Técnica do Super Adobe	66
Figura 12	Barracas e Caiaques na Lagoa da Torta em Tatajuba	67
Figura 13	Comércios e Barracas em Batoque	69
Figura 14	Posto de saúde e Posto Policial em Batoque	70
Mapa 3	RESEX do Batoque	73
Figura 15	Pousada Comunitária Marisol em Batoque	74
Figura 16	Sinalização Rede Tucum em Ponta Grossa	76
Figura 17	Falésias em Ponta Grossa e Chalé Jabarana	77
Figura 18	Barraca Canaã	79
Figura 19	Trilha Ecológica em Ponta Grossa	79
Figura 20	Placa da Rede Tucum em Jenipapo Kanindé	80
Figura 21	Pousada Toca dos Encantados em Jenipapo Kanindé	83
Figura 22	Refeitório Cantinho do Jenipapo e Galpão de Artesanato Tio Odorico	84
Figura 23	Restaurante e Chalé Sabor da Terra em Coqueirinho	89
Figura 24	Manifestação na Lagoa da Sabiaguaba	94
Figura 25	Pousada Toca dos Grauçás e Chalé Velejador dos	95

	Sonhos	
Figura 26	Barraca das Mulheres em Caetanos de Cima	96
Figura 27	Postal Dança do Coco pelo Grupo Raízes do Coco de Caetanos de Cima	97
Figura 28	Currais de pesca em Curral Velho	98
Figura 29	Marisqueira de Curral Velho	99
Figura 30	Centro de Educação Ambiental e de Turismo Comunitário Encante do Mangue	101
Figura 31	Vista do Povoado Litorâneo de Flecheiras	103
Figura 32	Fachada Pátio Interno e Estacionamento da Pousada Tremembé	108
Figura 33	Fachada e Refeitório do Centro	111
Figura 34	Símbolo da Associação de Mulheres em Movimento	113
Figura 35	Calendário e Capa do Livreto de Calendários da Rede Tucum 2011	119
Figura 36	Logomarca que Identifica as Comunidades Participantes da Rede Tucum.	122

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	XII
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	XIV
INTRODUÇÃO	18
1 OS CAMINHOS INVESTIGATIVOS: ENTRE A PESQUISA ETNOGRÁFICA E A PESQUISA-AÇÃO	23
2 O TURISMO NA ZONA COSTEIRA CEARENSE: ATIVIDADE CONTRADITÓRIA?	29
2.1 O turismo comunitário no Ceará: uma proposta em construção	37
3 OS PARTICIPANTES DA REDE TUCUM	41
3.1 Reserva extrativista da Prainha do Canto Verde – Beberibe: na organização para a defesa do território, a contribuição do turismo comunitário	47
3.2 Tatajuba – Camocim: na organização comunitária, a preservação das paisagens e a realização do turismo comunitário	57
3.3 Reserva extrativista do Batoque – Aquiraz: na história de organização comunitária, a preservação da terra e dos costumes	68
3.4 Ponta Grossa – Icapuí: entre o mar e as falésias a construção do turismo comunitário	75
3.5 Jenipapo Kanindé - Aquiraz: o turismo comunitário fortalecendo a cultura indígena no Ceará	80
3.6 Assentamento Coqueirinho - Fortim: no cultivo coletivo da terra, a valorização dos saberes e costumes realizando o turismo comunitário..	85
3.7 Caetanos de Cima – Amontada: na luta pelo direito ao território a afirmação cultural e o turismo comunitário	91
3.8 Curral Velho - Acaraú: entre o manguezal e a praia, a organização da comunidade para a afirmação do turismo comunitário	97
3.9 O Povoado Litorâneo de Flecheiras – Trairi	103
3.10 A Pousada Tremembé – Icapuí: sabores da culinária tradicional e tranquilidade à beira-mar	107

3.11 Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto – MST - Fortaleza: entre encontros, trocas solidárias e lutas, a realização do turismo comunitário	110
3.12 Associação Mulheres em Movimento (AMM) - Conjunto Palmeiras, Fortaleza: na organização para a luta, a valorização da vida e do bem comum	112
4 AS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS: ARTICULAÇÕES E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	116
4.1 Caminhada na construção da Rede Tucum: reconhecendo desafios e possibilidades	120
4.2 A conformação dos Grupos de Turismo Comunitários Locais (GTCL) .	125
5 COMUNIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS: ENCONTROS PARA AFIRMAÇÃO E RESISTÊNCIA.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

A zona costeira cearense é reconhecidamente o lugar onde comunidades, na sua maioria pesqueira, têm desenvolvido um modo de vida¹ específico. As atividades relacionadas à pesca artesanal, ao cultivo de pequenos roçados e ao extrativismo vegetal, à estreita ligação com a natureza e os seus ciclos e à baixa acumulação de capital fazem parte do dia a dia de seus moradores, podendo, assim, ser caracterizadas como comunidades tradicionais.

Essas sociedades desenvolveram formas peculiares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural [...] marcada pela associação de idéia [...] com a natureza e dependência de seus ciclos. (DIEGUES, 1995, p. 68).

Nessas comunidades, o conjunto de conhecimentos diretamente relacionados às atividades desenvolvidas e às manifestações culturais tem no saber fazer sua principal condição de reprodução, o que assegura aos mais jovens possibilidade de acesso a esse universo, sendo garantia da permanência desse modo de vida, assim como afirma na prática a manutenção da vida dos seus moradores.

As comunidades pesqueiras marítimas cearenses caracterizam-se por explorarem recursos naturais e por terem, como marca de suas territorialidades, relações que se constroem na terra, no mar e na terra/mar... Construíram morada sobre topo de “morros”, em terras ao redor de lagoas, manguezais e a beira-mar- que no passado não eram consideradas áreas propícias a reprodução econômica – mas que na contemporaneidade tornaram-se muito valorizadas e possuidores de estratégicas potencialidades de uso para a sociedade (devido a incorporação da maritimidade com referencia de descanso e lazer. (LIMA, 2002, p. 85, 86).

Nas últimas décadas temos observado, especialmente na zona costeira cearense, a implementação de atividades segundo a lógica capitalista de apropriação dos espaços. (MENDES, 2006; QUEIROZ, 2007). A instalação da carcinicultura, das usinas de energia eólica e a atividade turística convencional

¹ Segundo Almeida (2005, p. 106), o modo de vida das “populações locais era e permanece ainda essencialmente rural. Esse modo de vida é determinado pelo cotidiano e pelas práticas culturais, pelas percepções da natureza e pela condição de morador do sertão com o plantio de milho, feijão, algodão, mandioca e cana-de-açúcar, pequena criação e a produção de farinha, queijos, leite e de rapadura.”

colaboram para a degradação e a desarticulação do modo de vida dessas comunidades, bem como de sua cultura e costumes, empreendendo a lógica de expropriação de suas terras e territórios.

Assim, o turismo “é uma atividade que consome elementarmente o espaço” (CRUZ, 2003, p. 25), e tem recebido de estados e municípios destacada atenção, através de programas de desenvolvimento destinados exclusivamente ao apoio dessa atividade, como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR - NE), o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará (PRODETURIS) e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Através de obras de infraestrutura como estradas e aeroportos, e de apoio a investimentos privados para instalação de fixos para o lazer, a exemplo dos *resorts*, tem promovido mudanças significativas na zona costeira, direcionando os usos dos espaços das praias para aqueles que podem usufruir dessa modalidade de consumo. Comumente, a presença de veranistas e turistas é apontada pelos moradores das comunidades como o motivo da perda de suas terras e das mudanças em suas vidas.

Diante desse quadro de desarticulação do modo de vida das comunidades tradicionais e dos intensos conflitos ocasionados, principalmente, pela instalação de empreendimentos turísticos na zona costeira, as comunidades organizadas na forma de associações e grupos têm se articulado para buscar apoio em instituições e movimentos sociais. Estes, através de metodologias de trabalho cooperado e participativo, buscam apoiar as iniciativas que valorizam a cultura e os costumes das comunidades, resgatando a interação com a natureza e promovendo melhoria na qualidade de vida de seus moradores.

Neste sentido, o turismo comunitário, apontado por pesquisadores como sendo aquele que é pensado, gerido e executado pelas comunidades, sem substituir as atividades tradicionais, complementando a renda (CORIOLANO, 2004, 2006, 2009; MENDES, 2006; SAMPAIO, 2005), surge como uma possibilidade de afirmação do direito à terra, bem como à realização da atividade turística em localidades onde seus moradores são sujeitos do processo de produção social do espaço. Dentre as primeiras experiências de turismo comunitário desenvolvido no Ceará podemos apontar as realizadas, em 1998, na comunidade da Prainha do Canto Verde, a partir da formação da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde (COOPECANTUR).

O modelo de turismo realizado na Prainha do Canto Verde norteou a construção de novas experiências de turismo na zona costeira cearense e, assim, outras comunidades começaram a vivenciar com pequenos grupos (na maioria estudantes e pesquisadores) a acolhida de visitantes. Além disso, a participação das comunidades no Seminário Internacional de Turismo Sustentável de 2005 e 2008 e em cursos de formação de lideranças possibilitaram a base para o surgimento de uma articulação que foi agregando comunidades e instituições, dando origem, em 2008, à Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum). (SEMINÁRIO..., 2010).

A Rede Tucum é um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará voltado para a construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade sócio-ambiental. A Rede busca o fortalecimento da proposta de turismo comunitário, oferecendo belas paisagens aliadas ao compromisso social. Juntas, cada comunidade se fortalece, fomentando a troca de experiências e a cooperação, tendo em vista o compartilhamento de saberes e a construção de estratégias coletivas de superação dos desafios a serem enfrentados. (REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO, 2010).

O nome Tucum é dado a uma espécie de palmeira nativa, muito comum na região amazônica. Suas palhas, quando postas para secar, se tornam matéria-prima para a confecção de bolsas, chapéus e redes. Através da habilidade das artesãs que trabalham com a palha, o entrançar dos fios vai ganhando forma e se transformando em belas peças. A semente é utilizada para a confecção dos anéis de tucum, que são utilizados por pessoas que assumem um compromisso transformador com as causas sociais. O anel também é usado para representar a preocupação com as causas populares, a luta contra o preconceito e o desejo de um mundo mais humano e justo. Hoje, ele une as pessoas que idealizam e querem um mundo melhor para todos.

Nada mais parecido com os propósitos de uma rede que se propõe construtora de um ideal de turismo comunitário diferente do hegemônico. Quando ouvimos falar em Rede Tucum lembramos a rede de dormir feita a partir da palha da palmeira, utilizada principalmente por indígenas, e que frequentemente pode ser encontrada nas casas dos moradores das comunidades, símbolo de descanso e lazer para turistas. Lembramos, também, da articulação entre as comunidades que promovem o turismo comunitário em rede, da troca de experiências e das lutas

empreendidas pelos povos do mar constituindo um elo que as torna um sujeito coletivo. E, por TUCUM, temos uma aproximação fonética de turismo comunitário, lembrando o anel feito através da semente da palmeira e dos compromissos assumidos por aqueles que pretendem usá-lo e se dispõem a pensar e construir juntos uma nova proposta de turismo comunitário.

Devido à sua recente formação, a Rede Tucum vem construindo seus caminhos através de experiências que desenham, dia a dia, um mosaico de realidades com níveis diferenciados de enfrentamento dos conflitos pelas comunidades e instituições de assessoria (Instituto Terramar e Associação Caiçara / Tremembé *Onlus*), concretizando a sua existência. Assim, surgiram os seguintes questionamentos que nortearam nossa aproximação com as comunidades e assessorias:

- Por que o turismo comunitário é visto como um modelo de turismo diferenciado?
- Como se dá a organização no local para realizar tal atividade?
- Como se dão a existência e o funcionamento da Rede Tucum? Quem são os seus membros?
- O que implica ser participante da Rede Tucum?
- Qual o envolvimento dos moradores na realização das ações da Rede Tucum?
- Que papel desempenham as instituições de assessoria na articulação dos roteiros turísticos?
- Que relações são construídas internamente nas comunidades a partir da realização do turismo comunitário?

A escolha pela análise da Rede Tucum, com o levantamento de dados sobre oito comunidades (Tatajuba- Camocim, Curral Velho- Acaraú, Caetanos de Cima- Amontada, Tapebas²- Caucaia, Jenipapo Kanindé-Aquiraz, Batoque- Aquiraz, Prainha do Canto Verde- Beberibe, Assentamento Coqueirinho- Fortim, Ponta Grossa- Icapuí), um povoado litorâneo, o de Flecheiras – Trairi, e os dois pontos de

² A comunidade indígena dos Tapebas, localizada no município de Caucaia, passou a compor a Rede Tucum a partir da aprovação na Assembleia Anual, que ocorreu em Tatajuba, no final de 2010 e, por isso, não fez parte do universo da pesquisa.

apoio em Fortaleza (Alojamento Frei Humberto – Movimento Sem Terra (MST) e Associação Mulheres em Movimento – Conjunto Palmeiras) e um em Icapuí (Pousada Tremembé) nos remeteu a uma situação nova, cheia de perspectivas e desafios, bem como permitiu traçar alguns objetivos que orientaram o olhar na investigação. Afinal, pela sua recente formação (três anos), principalmente os dados do Grupo de Turismo Comunitário Local (GTCL) de cada comunidade ainda não apareciam em outros trabalhos, havendo limitados registros e informações sobre esses grupos, de como se encontram, dos equipamentos de hospedagem e dos serviços disponíveis.

Nesse processo, a leitura de referências bibliográficas contendo informações sobre as comunidades (sentido maior da Rede), e a articulação geral do movimento, acompanhado de trabalhos de campo, deram subsídios para a delimitação da investigação. Houve, também, a necessidade de revisitar os conceitos sobre o turismo comunitário, as suas várias nomenclaturas; enfim, refletir sobre as diferentes problemáticas sociais associadas e a abrangência das atividades turísticas nas comunidades investigadas.

A reflexão ora desenvolvida, com momentos de avanço e recuo, deu origem aos itens: **1. Os caminhos investigativos: entre a pesquisa etnográfica e a pesquisa-ação**, onde apresentamos os caminhos percorridos bem como a aproximação da pesquisa com o estudo etnográfico, qualitativo. **2. O turismo na zona costeira cearense: atividade contraditória?**, apresenta a zona costeira como escolha prioritária para locação da atividade turística, a criação da imagem turística do Ceará, bem como apresenta a proposta de turismo comunitário vivenciada na zona costeira cearense. **3. Os participantes da Rede Tucum**, item que identifica as comunidades participantes da Rede através de mapa, as tipologias de participação e texto referencial para cada experiência vivenciada pelas comunidades. **4. As redes de movimentos sociais: articulações e formas de organização** discute a importância da articulação em rede para os movimentos sociais e a organização dos GTCL no acompanhamento das ações da rede **5. Comunidades e movimentos sociais: encontros para afirmação e resistência**, apresenta a organização das comunidades e a sua participação no movimento social em defesa da zona costeira sendo local de apoio das comunidades na superação dos desafios e, por fim, apresentaremos as considerações finais.

1 OS CAMINHOS INVESTIGATIVOS: entre a pesquisa etnográfica e a pesquisa-ação

A presente pesquisa foi elaborada como são tecidas as redes de captura do pescado, tão comuns nas comunidades, cujos fios se encontram, entrelaçam-se e fortalecem um elemento único e de formas diversas. Assim, a abordagem científica dos fenômenos pela ciência tem papel fundamental para a compreensão dos processos e elucidação da realidade apresentada.

[...] as realidades são completamente explicáveis e a ciência deve ser capaz de reconstruir os eventos a partir da enunciação de suas causas e de seus efeitos. Trata-se de traduzir, em uma linguagem clara, objetiva e geral, o movimento do real. O saber científico é sempre um produto da interface entre um conjunto de regras determinadas, o método e o objeto. (GOMES, 2000, p.67).

A aproximação com o tema do turismo comunitário deu-se inicialmente através do Laboratório de Estudos do Território e Turismo (NETTUR)/ UECE³ e da ligação com o movimento social a partir 2003, do Grupo de Trabalho (GT) de Turismo do Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC) e em estágio desenvolvido no Instituto Terramar, durante os anos de 2006 e 2009.

A participação/colaboração em oficinas, encontros e assembleias anuais da Rede Tucum ocorridas nos anos de 2009 e 2010, foram importantes para o entendimento dos novos rumos organizacionais e dos arranjos das comunidades, direcionando novas estratégias. Neste sentido a pesquisa-ação tornou-se uma possibilidade de análise, pois proporciona a construção de dados científicos, principalmente nos levantamentos realizados pela pesquisa de campo, tendo as comunidades papel de relevância.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLENT, 1988, p. 14).

³ Tendo como resultado a elaboração do Relatório de Iniciação Científica, intitulado “As formas de organização do Turismo de inclusão em comunidades litorâneas do Ceará”, em 2004, sob orientação da Profa. Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano.

Assim, compreende-se que a partir da pesquisa-ação é possível contribuir para o fortalecimento dos sujeitos coletivos e os movimentos, através da autocrítica da sua realidade política, econômica e institucional, sendo plausível aos sujeitos colaboradores dessa construção desenhar novos planos e estratégias de análise para execução e planejamento de atividades.

As dimensões de abordagem qualitativa trabalham com cultura, valores, crenças, hábitos, representações e simbologias que proporcionam a apresentação da diversidade de sentidos, principalmente no modo de vida das comunidades, que vão para além das estatísticas, permeando o decorrer da pesquisa e proporcionando a elaboração de dados que colaboram para o entendimento da articulação da Rede Tucum. Já a abordagem quantitativa (que dá ao pesquisador a possibilidade de elaboração de dados), é a etapa de formulação de indicadores, podendo apresentar indícios de considerável relevância para a compreensão da atividade turística comunitária.

A partir dessa vivência, foi necessário restabelecer diálogos com as instituições que apoiam as lutas em defesa da zona costeira e das comunidades. Essas instituições, apesar de diferentes identidades, discursos e metodologias de trabalho, unem-se para contribuir na melhoria da qualidade de vida na zona costeira, através do acompanhamento de ações afirmativas da identidade dos povos do mar, na busca pelo fortalecimento das atividades tradicionais desenvolvidas e que promovam o desenvolvimento social. Foram escolhidos:

- O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), com sede em Fortaleza, é

uma pastoral social ligada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O CPP é composto por agentes pastorais, leigos, religiosos e padres comprometidos com o serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária. (CONSELHO PASTORAL..., 2011).

- Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal, com sede em Fortaleza,

é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, do campo popular democrático que atua na zona costeira do Ceará, visando ao desenvolvimento humano com justiça socioambiental, cidadania, participação política, autonomia dos grupos organizados e fortalecimento da identidade cultural dos povos do mar do Ceará. (INSTITUTO TERRAMAR, 2011).

- Associação Caiçara de Promoção Humana, com sede em Icapuí, no Estado do Ceará, tem por finalidade prestar apoio e orientação às comunidades locais carentes do Nordeste do Brasil, elaborando projetos estratégicos na área de formação de lideranças, qualificação profissional, promoção e desenvolvimento do turismo participativo, formação de parcerias com órgãos públicos e privados, além de apoio a comunidades organizadas, como associação de classe, associação de moradores, cooperativas e outras. (ASSOCIAÇÃO CAIÇARA..., 2006).

Entre essas três entidades têm papel destacado no acompanhamento e assessoria da Rede Tucum as duas últimas entidades citadas. Em 2009 acompanhei como colaboradora os projetos do Instituto Terramar, e em 2010 - 2011 o projeto de turismo da Associação Caiçara de Promoção Humana (Icapuí), ambos vinculados às ações da Rede Tucum.

Nesse percurso consideramos estratégico dar ênfase ao que pensam os moradores das comunidades sobre os novos desafios postos, pois apesar de terem no plano maior a perspectiva de realização do turismo comunitário, apresentam diversidade e conflitos quanto à participação e articulação na/da Rede Tucum, seja pelas diferentes temporalidades presente nas lutas, seja pelos seus diferentes anseios e buscas de saídas que fortaleçam as suas existências.

É importante ressaltar nesse processo que o amadurecimento das lideranças comunitárias e, conseqüentemente, a consolidação das esferas de atuação dos movimentos sociais, como FDZCC, Rede de Educadores Ambientais do Litoral Cearense (REALCE) e associações comunitárias, cada um na sua temporalidade, contribuiu para o entendimento de como se processou o fortalecimento das bases do movimento social na zona costeira e como, ao seu modo, cada um colaborou para a formação da Rede.

Para compreender a existência da Rede Tucum, sua forma de organização e participação, foi necessário elaborar uma descrição densa dos participantes (comunidades, povoado litorâneo e pontos de apoio), o que requer

esboçar tendências e regularidades da vida sociocultural, no sentido de descrever as ações humanas como um emaranhado de teias de significados, cujos códigos precisam ser decifrados como manuscritos a serem decodificados a fim de se encontrar os sentidos que os indivíduos atribuem as suas ações. (GUEERTZ, 1989, p. 68).

A escolha pelo trabalho de campo em todas as comunidades, povoado litorâneo e pontos de apoio, mostrou-se essencial, pois só a partir dele é que teríamos a dimensão da Rede Tucum, que pelas singularidades apresentadas em cada caso, sua existência se dará de forma diversificada. Ao se juntarem, as comunidades, principalmente, formam o grande mosaico de experiências, lutas e vivências e se diferenciam do modelo padronizado que marca o turismo convencional. Ao assumir essa necessidade nos aproximamos de um dos elementos aportados pela etnografia, pois “uma boa descrição levaria ao cerne do que se propõe interpretar.” (GUEERTZ, 1989, p. 67).

Para a ciência geográfica, a pesquisa etnográfica proporciona um olhar diferenciado sobre a cultura das comunidades a serem investigadas, ressaltando as entrevistas com os moradores, a história oral⁴ e a história de vida como técnicas importantes para o desvelar do objeto de pesquisa, pois abrem caminhos para a percepção do cotidiano das comunidades.

Baztán (1996, p. 34) destaca que a metodologia etnográfica contribui para a percepção das culturas e para a compreensão do modo de vida particular das comunidades e de como elas se relacionam com a natureza, justificando o surgimento de conflitos pelos diferentes usos e apropriações às quais a zona costeira é submetida.

La etnografía es el estudio descriptivo de la comunidad, o de alguno de sus aspectos fundamentales, bajo la perspectiva de comprensión global de la misma [...] La etnografía es el estudio descriptivo (graphos) de la cultura (ethnos) de una comunidad.

Para o referido autor há dois momentos que caracterizam a metodologia: o processo (que corresponde ao trabalho de campo, quando o contato com os moradores proporciona o acesso ao dia a dia da comunidade), e o produto

⁴ Durante o período de agosto de 2009 a julho de 2010, acompanhamos a realização do projeto “Historiando a Tucum”, que foi realizado a fim de cumprir parte das atividades da ação educativa, aprovada no Edital 01/2008 do Ministério do Turismo para Apoio e Incentivo às Experiências de Turismo de Base Comunitária no Brasil (CONVÊNIO MTUR No. 700499/2008), pelo Instituto Terramar. Teve por “objetivo pesquisar coletivamente e contar a história de comunidades tradicionais (indígenas e de pescadores) a partir da perspectiva de seus moradores, utilizando metodologias que estimulam a autonomia e buscam o extrapolar os conteúdos escolares, experimentando maneiras diferenciadas de vivenciar o processo de ensino-aprendizagem através da educação para o patrimônio cultural, fortalecendo a organização local a partir da apropriação da memória enquanto instrumento de articulação comunitária.”

(resultado do esforço de aproximação com a nova cultura e organização, quando se encontram as informações para análise, seja da própria comunidade ou do espaço onde vivem).

Nesse sentido, construiu-se uma dissertação em movimento⁵, onde a reorganização das comunidades e a dinâmica das instituições envolvidas, bem como as relações entre elas se dão de uma maneira intensa, que a todo instante exigia aprofundar o olhar, identificar uma nova narrativa, uma nova compreensão e, ao mesmo tempo, como pesquisadora, colaborar com a construção das articulações, participando ativamente das propostas de atividades e acompanhando de perto os desafios e avanços de uma articulação tão recente.

Entre as belezas, as dificuldades e os avanços da Rede Tucum, buscou-se percorrer o caminho no qual as comunidades despertaram para a necessidade da organização comunitária e solidária, onde o conflito pelos diferentes usos da terra na zona costeira é o principal motivo para a organização.

Reconhecer o movimento de resistência das comunidades pesqueiras artesanais implica considerar, que movimento indica mudança de lugar e, aqui, movimento social quer exatamente significar que determinados movimentos sociais, ao se movimentarem, estão recusando os lugares que a sociedade, através de seu pólo hegemônico, quer lhes atribuir. (LIMA, 2002, p. 16).

Dos diálogos com as lideranças e moradores surgiu um mundo repleto de significados onde os sabores, os sons, os cheiros, as contações de histórias e os gestos falavam mais do que questionários e fichas. Coube ao olhar⁶ de pesquisadora tentar compreender o significado dessas experiências e, assim, dialogar no tempo e no jeito de se expressar das comunidades.

Em todo o percurso, as conversas nos luaus, o trabalho nas oficinas, o planejamento estratégico de ações, além das rodas de conversa e debates

⁵ Essa ideia é apontada por Diógenes (1998), quando da sua experiência em analisar as relações entre as gangues e galeras de Fortaleza e a relação com as redes de comunicação que, mais do que dar a notícia, tornam em espetáculo os trágicos eventos de violência que ocorrem na cidade.

⁶ Para Diógenes (1998), o pesquisador só poderá enxergar aquilo que está preparado para ver, pois a superação das diferenças de linguagem, a informalidade das conversas, a utilização de gestos e olhares como resposta nos colocam na condição de aceitar entrar no “mundo” dessas comunidades, e a partir da relação de confiança que vai sendo construída, novos sentidos além do olho do pesquisador são aguçados para compreender o emaranhado de teias que confirmam a existência dessas comunidades.

compartilhados nas comunidades foram geradores do ânimo e da responsabilidade de propor uma análise sobre a Rede Tucum, tendo sempre como referência que

a análise de processos organizacionais é uma tarefa que requer, além de um compromisso ético, que evite a manipulação e os silogismos, um certo rigor metodológico, o que não significa, necessariamente, posturas acadêmicas. (MATOS, 2003, p. 46).

Nessa perspectiva, ao nos aproximarmos da criação e do fortalecimento das experiências da Rede Tucum e, principalmente, das comunidades que a integram, buscamos compreender a dimensão e a grandiosidade do desafio ora posto, cientes de que o que estamos propondo é uma singela contribuição aos estudos sobre as comunidades e o turismo comunitário na zona costeira cearense. Esta, devido à implementação de empreendimentos turísticos, usinas eólicas e viveiros de camarão, tem sido alvo de ocupação desordenada, comprometendo o fluxo das energias naturais (transporte de sedimentos e ação dos ventos) que compõem essa zona, sendo importante manter o uso racional e adequado desse espaço, não comprometendo a sua existência:

A zona costeira é área de fragilidade e vulnerabilidade ambiental, inequívoca e, por isto, atrai para si a preocupação com a degradação e a responsabilidade do seu uso de forma racional e adequada. Portanto, é condição prioritária analisar a aplicação da informação geológica na redução de conflitos ambientais, objetivando minimizar as degradações adversas no meio ambiente. (MORAIS, 2000, p. 107).

Ao longo dos anos, as relações sociais e de produção (principalmente a agricultura e a pesca) influenciam o uso e a apropriação dos recursos naturais que foram se modificando. Na conjuntura atual, esses recursos passaram a ser explorados não mais sob a ética do bem de uso comum, mas como mercadoria para ser consumida. A zona costeira, com sua exuberante beleza cênica, vai sendo expropriada, tornando-se cobiçada por grileiros e empreendedores turísticos. Tais grupos, movidos por interesses privados, transformam a paisagem, interferindo na dinâmica dos ecossistemas de mar, dunas, mangues, lagoas e populações tradicionais que há muito habitam esse espaço.

2 O TURISMO NA ZONA COSTEIRA CEARENSE: atividade contraditória?

A massificação da atividade turística em vários locais do mundo e no Brasil ocorreu de acordo com a formação e a sedimentação da própria sociedade de consumo, que se desenvolveu a partir da Revolução Industrial. Sendo uma atividade seletiva e competitiva, instalou-se nos espaços mais propícios à sua exploração, ao mesmo tempo em que excluiu municípios e comunidades, seja pela ausência de potencialidades naturais, seja por não possuírem infraestrutura turística satisfatória. A instalação do turismo visto como globalizado apropria-se do local, introduz novos valores aos pré-existentes, pois o que não pertence ao mundo globalizado está sujeito (através do dinamismo espacial) a se globalizar. A exemplo disso, os *resorts*⁷, comumente encontrados na zona costeira nordestina, envolvem o turista em atividades específicas nos próprios hotéis e promovem a instalação de enclaves turísticos modernos, com relações políticas específicas que tendem a desestruturar os arranjos produtivos locais e as relações de identidade, não proporcionando oportunidade de convívio com a comunidade.

Este rompimento ocorre uma vez que os habitantes locais passam a se relacionar com outros territórios impostos [...] as atividades econômicas, a vida social, as relações das populações que aí residem defrontam-se, portanto, com o novo, o ambiente desconhecido. (ALMEIDA, 2005, p. 43).

Para Sampaio (2005), o lazer transformou-se em mercadoria dentro do sistema capitalista a partir do Iluminismo/Revolução Industrial, no século XVIII, quando, a partir do surgimento das condições ideais de *stress* no trabalho, o lazer apareceria na forma de descanso e prazer, servindo àqueles que podem pagar pelos seus benefícios, tornando o turismo uma atividade seletiva que pressupõe trabalho e, dependendo do destino da viagem, seleciona o público pelo ônus que ela gera, o que faz com que apenas uma pequena parcela da população tenha acesso ao lazer em forma de viagem.

⁷ “O turista hospedado em um *resort* não tem a necessidade de sair do empreendimento, embora possa fazê-lo a qualquer momento. A estratégia para manutenção do hóspede no interior do *resort* é entretenimento 24 horas por dia e isolamento espacial. Quer dizer, vários desses complexos hoteleiros estão localizados em trechos de praias ou outros pouco ou nada urbanizados e seus entornos não têm outra coisa a oferecer ao turista além da natureza. Mas a natureza é um produto oferecido pelo *resort*. Por que sair então do paraíso?”. (CRUZ, 2003, p. 67).

Para atender uma demanda seletiva formam-se os chamados territórios turistificados, que são espaços submetidos a

[...] uma onda avassaladora de turistificação, que nem medidas restritivas de proteção ambiental, juridicamente respaldadas conseguem deter [...] não é isolado, muito pelo contrário, faz parte da frenética expansão do turismo global, capitaneada pelos atos hegemônicos. Respaldados por alta racionalidade técnica e informacional selecionam estrategicamente algumas regiões do globo para onde expandir seus domínios, garantindo, sem riscos, a reprodução voraz do capital. (LIMA; SILVA, 2004, p. 8).

Nesses locais o capital não tem pátria nem se fixa, pois tende a migrar facilmente, e ao se instalar transforma a dinâmica anteriormente vivenciada pelas comunidades. Ao optar por obras turísticas de grande porte, o modelo de turismo adotado refere-se ao chamado “turismo de luxo que provoca também impactos, muitas vezes invisíveis a olho nu, como a banalização ou a artificialidade da cultura das comunidades locais.” (SAMPAIO, 2005, p. 22). A partir do uso feito para a atividade turística, com o passar do tempo a tendência é tornar-se banal e não mais interessante ou lucrativo, buscando novos espaços, dotando-os de equipamentos turísticos modernos, propícios à sua reprodução capitalista.

A zona costeira nordestina passa a ser usufruída por turistas a partir da divulgação das suas belezas cênicas peculiares aos países tropicais. Neste sentido, o Ceará firma-se como um destino turístico no cenário internacional, gerando fluxo de turistas durante todo o ano e, com isso, as transformações socioespaciais levam à geração e acumulação de capital.

O modelo de turismo priorizado e incentivado nos planos e ações no Nordeste, onde o *trade*⁸ turístico tem recebido grandes quantidades de recursos visando não apenas promover a instalação dessas empresas, mas também garantir o acesso à capacitação da mão de obra, tem promovido uma lógica diferenciada de apropriação da zona costeira (área escolhida como prioritária para o desenvolvimento do turismo).

De forma globalizada, tal modelo superficializa as relações de respeito mútuo e cordialidade, investindo em equipamentos turísticos que além de degradarem o meio ambiente, tendem a descaracterizar culturalmente os modos de

⁸ O *trade* do turismo envolve vários atores na realização dessa atividade. Governos, empresários, turistas e comunidades fazem parte, uns com menos, outros com mais intensidade, gerando a formulação de políticas e programas que buscam o aumento do fluxo de turistas.

vida das comunidades na zona costeira. Tal degradação ambiental (poluição de lençóis freáticos, privatização dos acessos aos mangues e à praia, descaracterização da paisagem local), atinge diretamente as comunidades, recaindo sobre elas a maior parte dos impactos advindos de tais ações.

É possível constatar que sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente. (ACSELRAD, 2009, p. 64).

O turismo de sol e praia, escolhido como prioritário para o desenvolvimento das ações do Estado do Ceará, onde o *trade* turístico tem recebido grandes quantidades de recursos, tem promovido uma lógica diferenciada de apropriação da zona costeira, caracterizando-se: 1 - presença do investimento estrangeiro com aparelhos turísticos para hospedagem do tipo *resorts* e grandes hotéis, onde o espaço (território e relações sociais) é alterado de acordo com a clientela que se pretende atender e o tipo de turismo que se pretende promover; 2 - aumento do fluxo turístico internacional, pois o público-alvo para esses empreendimentos são turistas internacionais que apresentam alto poder aquisitivo. Prova disso são as estatísticas dos órgãos de turismo que comprovam o aumento do fluxo internacional e nacional principalmente para o Nordeste brasileiro; e 3 - criação de espaços construídos exclusivamente com o propósito de oferecer ao turista um mundo desconectado da realidade, no qual os *resorts* estão inseridos, negando a natureza dos lugares, estimulando, assim, relações fetichizadas, marcadas pela impessoalidade no trato e mediadas pelas relações mercadológicas. (ROCHA, 2006).

No Ceará, o aproveitamento da zona costeira para as atividades de lazer, entre elas o turismo, apresenta duas fases: o veraneio e segundas residências na década de 1980, com a obtenção, por parte da classe média emergente, de casas em praias próximas a Fortaleza. Esse modelo entrou em declínio na década seguinte, pois ao adquirir uma segunda habitação tinha-se apenas o conhecimento de uma praia que em pouco se tornaria habitual.

A partir do final da década de 1980, o turismo no Ceará entrou nos planos de estratégias de marketing desenvolvidos pelo “Governo das Mudanças⁹” do empresário Tasso Jereissati. Este, durante o seu primeiro período de governo, entre os anos de 1987 e 1990, implementou várias ações na tentativa de promover a modernização do Estado, investindo em programas para a valorização das segundas residências e o desenvolvimento do mercado imobiliário. Houve estímulo à valorização da zona costeira do Ceará através da especulação imobiliária, que teve como resultado imediato a desapropriação de comunidades pesqueiras em vista da expansão da atividade turística no Estado.

Na década de 1990, o aproveitamento da zona costeira para as atividades de lazer é caracterizado pela presença dos grandes hotéis e *resorts* com uma nova ideologia de turismo, onde o conforto e o bem-estar padronizados tornam-se exigências frequentes em toda a orla nordestina.

Para além do potencial turístico apresentado por características naturais, como a extensa faixa de praia, elevadas temperaturas, brisa leve e sol durante a maior parte do ano, a reorganização das estruturas do Estado para proporcionar o implemento da atividade turística se deu através da criação de instâncias, como conselho se fóruns. Assim, a Secretaria do Turismo do Ceará (SETUR), o Conselho Estadual de Turismo (CETUR), o Conselho Pólo do Ceará Costa do Sol¹⁰ e o Fórum de Turismo Litoral Leste e o Fórum de Turismo do Ceará (FORTUR/CE) provocaram o redimensionamento do mercado, que na tentativa de suprir essa demanda emergente cria imagens e estereótipos para a venda do turismo cearense e intensifica a criação de serviços voltados diretamente ao novo mercado consumidor.

A imagem turística criada, a partir do ideal que se deseja produzir, construiu a imagem do Ceará como Estado onde o principal atrativo, o sol e a praia, marcam o lugar da diversão e do lazer durante todo o ano. Moradores hospitaleiros e bem-humorados (a imagem de celeiro de humoristas) fazem parte do cotidiano das localidades praianas e da cidade de Fortaleza, “portão de entrada do turista”, evidenciando a criação de uma imagem que desperta no visitante o desejo de viajar e conhecer.

⁹ Some-se a esse mais dois mandatos enquanto governador do Estado, durante os anos de 1995/1998 e 1999/2002.

¹⁰ Como estratégia de planejamento do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR Nordeste II), criaram-se os polos turísticos, que garantem as suas ações através das decisões dos conselhos.

Para o turismo a imagem é uma condição *sine que non* de sua sobrevivência, porque a atividade turística “vive” da produção e da projeção de imagens. Cada lugar para se tornar turístico, tenta construir sua própria imagem, de acordo com suas especificidades. (ARAGÃO, 2004, p. 4).

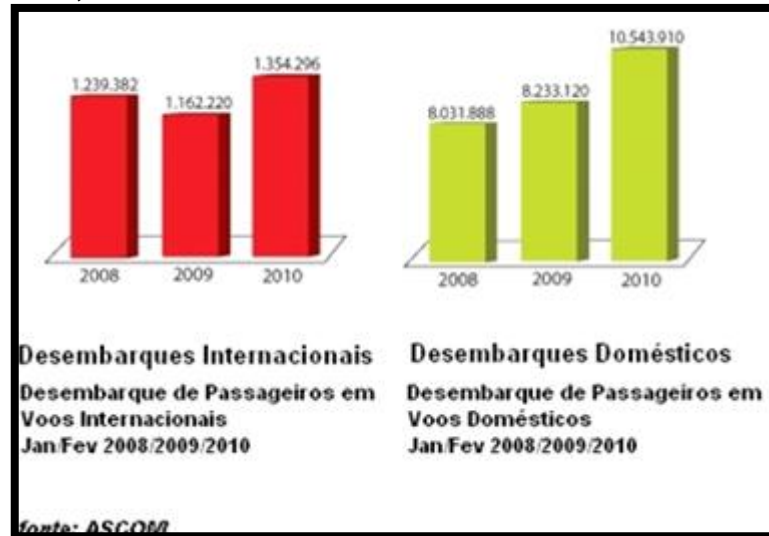
A zona costeira torna-se espaço de disputa pela posse da terra, principalmente no Ceará, onde os atrativos turísticos são motivos de marketing e propaganda, tornando contraditório o movimento de homogeneidade dos lugares, pois para o turista a busca do exótico e diferente é sempre uma meta que não é bem entendida pelos programas de apoio a essa atividade. Ao urbanizarem a orla de todo o Nordeste com os mesmos equipamentos, os mesmos edifícios, criando um artesanato que pouco difere, gera uma padronização que acarreta problemas socioambientais, pois:

Torna-se natural que, em um espaço restrito pelo adensamento populacional, grupos distintos disputem uma mesma área para atividades diferentes, muitas vezes conflitantes e até mesmo antagônicas. A ocupação desse espaço ocorrido está entre as principais causas de riscos ambientais na zona costeira. (VASCONCELOS, 2005, p. 16).

Um fator que pode tornar um lugar turístico é a interação dos atrativos naturais e artificiais através da inserção da infraestrutura e do marketing. Dentre esses fatores podemos constatar que a zona costeira cearense tem se tornado receptivo a uma demanda real e crescente de turistas, favorecendo os números da balança comercial do turismo. A viagem turística é diferenciada dos demais tipos de viagem pelo prazer que proporciona a quem a executa, pelo imaginário de descanso e lazer que pode proporcionar.

Assim, o crescimento econômico proposto pela atividade turística globalizada por vezes contrapõe-se ao desenvolvimento social, pois as misérias crescentes nos países de economia capitalista central afirmam que o estigma (crescimento econômico versus desenvolvimento social) continua mais forte do que nunca. Fortaleza, segundo o Gráfico 1, apresentado pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), desponta como a segunda capital nordestina mais visitada pelos turistas no período de alta estação. No ano de 2010, o Estado atingiu o recorde de desembarques nacionais e internacionais. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2010).

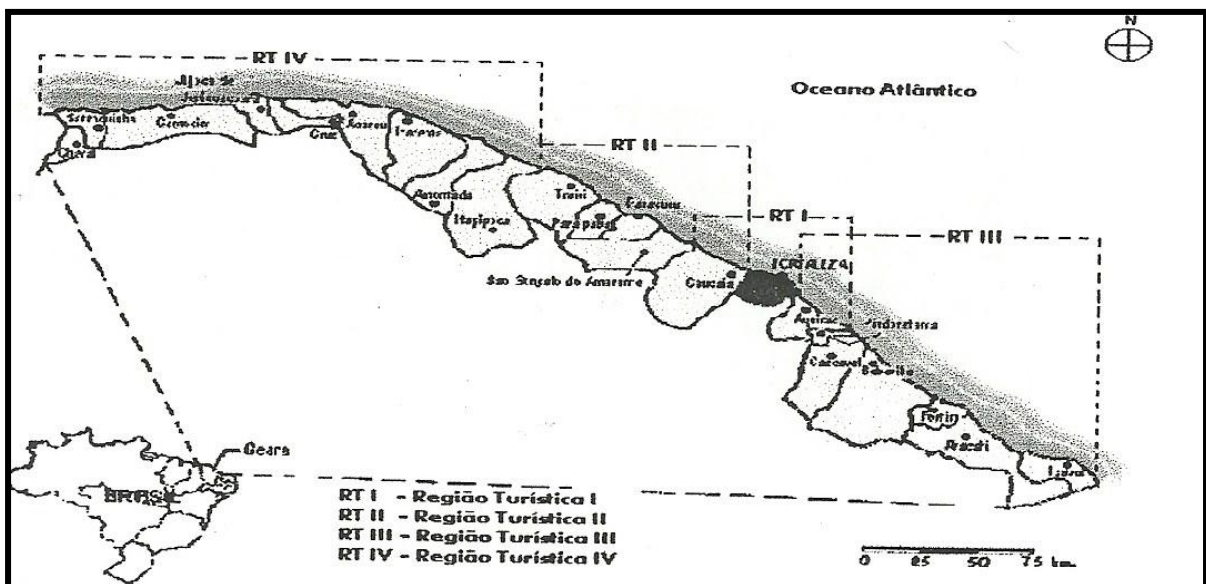
Gráfico 1 – Fluxo Desembarques Internacionais e Domésticos no Aeroporto Pinto Martins nos Anos de 2008, 2009, 2010



Fonte: Associação Brasileira de Agências de Viagem (2012).

Dentre os principais programas de apoio e incentivo a essa atividade, destaca-se o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Ceará (PRODETUR-CE), que adota a divisão da zona costeira estabelecendo quatro sub-regiões turísticas, conforme o Figura 1.

Figura 1 – Cartograma das Regiões do PRODETUR-CE



Fonte: PRODETUR-CE.

Desde 1995, o PRODETUR-CE promoveu modificações estruturais, como a construção das rodovias Sol Poente (CE 085) e Sol Nascente (CE 040) e a reforma de estradas de acesso às localidades praianas, a ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins e a construção de novos aeroportos em Camocim e Aracati como base para o desenvolvimento da atividade turística. As ações desse programa são financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a contrapartida de recurso federal e estadual.

Dentre as críticas realizadas pelos movimentos sociais de apoio às comunidades da zona costeira sobre as intervenções do PRODETUR-CE estão:

1) Modelo de desenvolvimento que baliza o Programa se voltou preferencialmente ao turista internacional que se hospeda nos *resorts* comandados pelo capital estrangeiro - o qual exige uma mão-de-obra mais qualificada e não aproveita os recursos locais, gerando e aumentando a segregação sócio-espacial; 2) Inadequação e conseqüências de ações realizadas (construção da estrada de Canaã - Trairi sem o Trevo de Acesso, provocando acidentes e mortes); 3) Localização de obras questionadas (pólo de lazer de Paracuru); 4) Abrangência do sistema de saneamento básico (no centro das sedes municipais, excluindo as periferias e praias); 5) Relação recursos investidos x desenvolvimento do turismo bastante desproporcional, em função da não alteração do quadro de miséria existente; 6) Deslocamento na aplicação de recursos previstos (decisão de gabinete); 7) Prioridade dada para construção de infraestruturas; 8) Incentivo exclusivo aos grandes projetos empresariais; 9) Falta de crédito para pequenas iniciativas; 10) Capacitação inadequada. (FÓRUM EM DEFESA..., 2010).

Considerado o fato de que as comunidades localizadas nas áreas de intervenção do referido programa e os movimentos sociais de atuação na zona costeira cearense não terem sido ouvidos nem consultados sobre as propostas, a concretização do PRODETUR-CE se deu sem a participação popular, tendo “sido projetado de cima para baixo, voltado ao turismo internacional [...] não considerando as populações locais para ouvi-las nem deu oportunidade para inserção das comunidades na proposta.” (CORIOLANO, 2006, p. 114).

No mesmo sentido argumentou Dias e Costa (2002, p. 38):

Um programa desse porte e com essas dimensões e importância não teve contudo a participação das comunidades litorâneas na sua implementação. Desmistifiquemos, então, a propaganda de que seja um programa participativo e de que gere muitos empregos e um aumento da renda nas comunidades.

O turismo é apontado como uma das atividades que mais têm se desenhado no novo quadro de reprodução do capital na zona costeira. Em conjunto com a pesca predatória, a carcinicultura, o veraneio e, mais recentemente, a instalação das usinas de energia eólica, tem promovido a transformação do uso dos espaços tradicionalmente utilizados pelas comunidades (LIMA, 2007; TUPINAMBÁ, 1999), contribuindo para a geração de conflitos de todas as ordens, desde a transformação dos modos de vida, a grilagem e vendas ilegais de terra e a posse do território, até os confrontos internos nas comunidades atingidas por empreendimentos turísticos.

A atividade turística é, em essência, uma atividade de mercado, cujos serviços também são oferecidos por quem dispõe de capital. Assim, as comunidades localizadas na zona costeira ficam à margem desse modelo, que não leva em consideração o potencial do saber fazer turístico dos moradores e moradoras das comunidades, relegando sua participação à oferta de mão de obra para pousadas e restaurantes de pequeno porte. A precarização do trabalho e a baixa remuneração atingem diretamente as mulheres e os jovens, grupos mais vulneráveis às mazelas da prostituição e do uso de drogas. Seja pela falta de programas que estimulem as potencialidades locais, seja baixa capacitação, esses grupos acabam submetidos a essas condições.

Apesar dessa realidade, cabe ressaltar que as comunidades, nas suas temporalidades e por motivos variados (mas diretamente relacionados ao direito de permanência e luta pela terra), buscam fortalecer a organização de base comunitária através de associações e grupos organizados, como instrumento de defesa do território. Para isso contam com apoio e ações concretas por parte de instituições e movimentos sociais para buscar garantir, em especial, a visibilidade dos conflitos vivenciados pelos moradores.

Neste sentido torna-se importante rememorar o fortalecimento das instâncias de debate sobre os temas da zona costeira. Esses espaços permitiram a solidariedade entre as organizações de moradores, que culminaram com o fortalecimento dos movimentos e lideranças comunitárias, criando as bases de atividades econômicas e arranjos produtivos cooperados, dentre eles o turismo comunitário.

2.1 O turismo comunitário no Ceará: uma proposta em construção

O turismo apresenta-se como atividade contraditória. Dependendo da forma como é pensado pode ser aproveitado pela comunidade para a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida, mas também pode assumir um caráter segregador que faz com que a natureza e a comunidade sejam vistas apenas como lucro, e não como valores de uso e tradição que assumem na construção do contexto histórico local.

Tal contradição apresenta-se como fruto de relações capitalistas, que através do tempo livre e do lazer materializado em viagens turísticas produziram os mitos vendáveis. As imagens dos paraísos naturais destinados ao lazer são divulgadas envoltas em sons, sabores, cheiros e cores repletos de aventuras. O cerne da atração da demanda turística em territórios comunitários está na heterogeneidade, sendo a vivência comunitária, as trocas de saberes e as experiências os verdadeiros atrativos turísticos. Assim, "a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime [ess]as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima". (SANTOS, 2002, p. 103).

A proposta de turismo comunitário¹¹ traz características peculiares tanto pelos diferentes equipamentos turísticos que apresenta quanto pela forma de gerenciamento (a comunidade participa diretamente das escolhas promovidas por essa atividade) e nas relações que se estabelecem com os variados setores da sociedade (pela busca de políticas públicas que apoiem essa iniciativa). A partir desse entendimento, e observando o contexto no qual o turismo comunitário se originou no Ceará, concordamos que:

Deve-se ter em mente que o propósito fundamental não é o turismo, mas a preservação de outros modos de vida reforçando a preservação da diversidade e das identidades locais e regionais. O turismo não é a meta, o turismo é o meio. A meta é defender o espírito que está na diversidade e nas identidades que nossa rede de comunidades tem. (MAX-NEFF 2005 apud SAMPAIO, 2005, p. 14).

¹¹ Segundo o Convênio MTUR/IBAM/2010, o turismo comunitário "considera que a cultura e os modos de vida locais são a principal motivação da visita, onde há o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade. Além disso, o turismo é uma atividade complementar as atividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades. Constitui-se como característica fundamental a auto-gestão e o protagonismo das comunidades, o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo e a valorização da cultura local." (IBAM, 2010, p.8).

No turismo comunitário não há megaempreendimentos. Pelo contrário, a simplicidade faz parte do cotidiano dos moradores, refletindo no tipo de turismo que é oferecido, criando oportunidade de emprego e renda. Direciona-se ao turismo de natureza e ao cultural, ressaltando a importância do planejamento integrado e participativo, a valorização das culturas locais, alertando para o uso responsável dos recursos naturais, a proteção à biodiversidade e apoiando o desenvolvimento de projetos econômicos em âmbito local. Tudo isso voltado à prática, e não apenas ao discurso.

Para Coriolano (2004, p. 41), a gestão dos próprios moradores no planejamento e execução da atividade turística é uma forte característica do turismo comunitário, garantindo a organização local dos moradores para sua promoção:

O turismo comunitário é aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida; levar todos a se sentirem capazes de contribuir, e organizar as estratégias de desenvolvimento do turismo.

As comunidades sabem que o turismo pode contribuir para a divulgação das lutas e vivências cotidianas, além de ser uma atividade que proporciona a possibilidade de diálogo com o poder público na busca por infraestrutura básica e apoio para captação de recursos para projetos que promovam o bem-estar local. Por isso iniciaram um processo de pensar essa atividade de forma que trouxesse benefícios coletivos, especialmente na tentativa de articular estratégias de formação política e de geração de renda para seus moradores.

Nas principais estratégias para o desenvolvimento do turismo no Ceará, porém, várias comunidades ficaram fora do contexto das políticas públicas para implementação de infra-estrutura [sic]. Desse modo, buscam planejar suas próprias metas de desenvolvimento, cujo objetivo é inserir-se no mercado turístico como uma das alternativas de geração de emprego e renda para seus habitantes. (MENDES, 2004, p.56).

A esse diferenciado modo de fazer turismo que promove troca de vivências entre as comunidades e os turistas, pauta a defesa dos recursos naturais, além da possibilidade de fortalecer as lutas e as organizações sociais da zona costeira denomina-se turismo comunitário. Nele tem-se como objetivo garantir que a

atividade se instale na comunidade como forma de complementar a renda das famílias, principalmente em tempo de constantes crises enfrentadas pelos pescadores que praticam a pesca artesanal. Para que o turismo possa trazer benefícios ele deve contribuir para o fortalecimento da base econômica local, inserindo-se como atividade complementar.

Por isso, Coriolano (1998, p. 40) evidencia que a atividade turística deve ser entendida como oportunidade de integração cultural e social das comunidades:

No litoral cearense as atividades turísticas apresentam-se como oportunidade para uma participação. Num Estado carente de recursos e ávido por opções econômicas, como ficar contra o turismo? O que se questiona é como comunidades podem se beneficiar do turismo ou participar de forma que o turismo promova o desenvolvimento local, distribua renda e diminua as desigualdades sociais.

A proposta de turismo comunitário, pela sua filosofia, se contrapõe ao turismo convencional, pois a comunidade torna-se participante ativa do projeto de concepção do turismo, assim como estimula a distribuição mais igualitária dos lucros que se obtém com ele, promovendo o verdadeiro desenvolvimento que foge das esferas do capital para pensar o homem como sujeito essencial de todo e qualquer processo. Mendes (2004, p. 14) aponta que o turismo comunitário requer a participação das comunidades e seus moradores, na tentativa de se construir um modelo com estratégias condizentes com a realidade e a vocação do lugar através de pequenas pousadas, pequenos restaurantes e algumas casas de aluguel:

Turismo comunitário é aquele realizado pela participação dos moradores de um lugar através de pequenos empreendimentos turísticos como pousadas comunitárias, quartos de aluguel domiciliar, restaurantes comunitários, passeios, venda de artesanato local, entre outros.

Para esse tipo de turismo há uma demanda específica. Os grupos que mais o realizam são pesquisadores universitários, famílias, parentes dos moradores e um número cada vez mais crescente de turistas europeus que têm conhecimento das experiências comunitárias de turismo e vêm experimentar o diferencial que ele proporciona. A vivência da organização comunitária, o conhecimento das ações de planejamento e execução da atividade turística que são realizadas pelos participantes dos GTCL de cada comunidade, a participação nas rodas de conversa sobre o patrimônio histórico e cultural das comunidades, a aproximação com as

experiências do movimento social e cooperado e o contato com a culinária típica de cada comunidade, em conjunto colaboram para a valorização ambiental associada ao desenvolvimento local.

Assim, propõe-se que os territórios das comunidades de turismo comunitário sigam a lógica dos territórios alternativos sinalizados por Haesbaert (2002, p. 14), cujas ações de resistência em pequena escala tentam “impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso mesmo, embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada.”

Ações e interesses dos sujeitos sociais promovem o intenso processo de construção e desconstrução territorial, configurando, assim, o território móvel, dinâmico e articulado em rede, não como algo estático, posto que é produto constituído de relações sociais, e não configurando, apenas o espaço físico. (BARBOSA, 2011, p. 27).

Ao tornarem concreta uma organização em rede de turismo comunitário, as comunidades e instituições de apoio pretendem, para além de reunir experiências de turismo que eram vivenciadas isoladamente, se articular com outras redes nacionais e internacionais¹², também organizados em rede de comunidades. Esses movimentos apresentam diferenciadas possibilidades de vivenciar o turismo, aproveitando o potencial que existe entre os próprios moradores das comunidades, ressaltando suas lutas e conquistas ao direito de resistir aos desafios da zona costeira na busca pelo fortalecimento das organizações de base. Além disso, fortalece a reivindicação por infraestrutura básica e políticas públicas que estimulem e subsidiem ações voltadas diretamente ao turismo comunitário.

Na busca pela compreensão da formação desses territórios alternativos fez-se necessário conhecer os participantes da Rede Tucum, as infraestruturas e serviços oferecidos, assim como as histórias e experiências de luta e organização que trazem consigo, criando as bases para a compreensão da real importância da atividade turística comunitária.

¹² A exemplo da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede TURISOL) no Brasil e da Rede de Turismo Sustentável da América Latina (REDTURS).

3 OS PARTICIPANTES DA REDE TUCUM

A experiência de realizar o turismo comunitário no Ceará é anterior ao surgimento da Rede Tucum. Esta é o resultado de novas conquistas no campo organizacional, onde a conexão das experiências de turismo comunitário, que antes estavam isoladas, passam agora a compor um grupo unificado por princípios e objetivos comuns.

O olhar sobre o cartograma (Figura 2) indica 12 pontos de presença da Rede Tucum na zona costeira do Ceará, mas as especificidades locais detectadas no processo da pesquisa mostram a diversidade de participantes e diferentes níveis de organização comunitária, na oferta do turismo comunitário e até mesmo no grau de contato que essas comunidades apresentam com o turismo convencional. Devido a essas diferenças foi necessário construir uma tipologia de identificação dos participantes da Rede Tucum: comunidades, povoado litorâneo e pontos de apoio.

Figura 2 - Cartograma da Rede Tucum



Fonte: Rede Cearense... (2010).

Assim, a Rede Tucum, que integra o FDZCC, é formada atualmente por nove comunidades (Tatajuba - Camocim, Curral Velho - Acaraú, Caetanos de Cima - Amontada, Jenipapo Kanindé - Aquiraz, Batoque - Aquiraz, Prainha do Canto Verde - Beberibe, Assentamento Coqueirinho - Fortim, Ponta Grossa - Icapuí e a Comunidade Tapeba - Caucaia). Um povoado litorâneo, o de Flecheiras - Trairi e os dois pontos de apoio em Fortaleza (Alojamento Frei Humberto – MST e Associação Mulheres em Movimento – Conjunto Palmeiras), e um em Icapuí, a Pousada Tremembé. Na assessoria institucional participam duas organizações: o Instituto Terramar (com sede em Fortaleza, atual secretaria executiva), que apoia as comunidades localizadas no litoral oeste; Associação Caiçara de Promoção Humana (com sede em Icapuí), com ações relacionadas diretamente às comunidades do litoral leste e que através da sua parceria com a Organização Não Governamental (ONG) italiana Tremembé *Onlus* também coordena atividades relacionadas ao fortalecimento da atividade turística comunitária. Com a tipologia identificada elaborou-se um mapa da Rede (Mapa 1) que busca evidenciar os diferentes papéis na conformação atual da articulação.

Dentre as comunidades que integram a Rede Tucum estão as que se caracterizam por serem pesqueiras marítimas, indígenas, reservas extrativistas e assentamento rural. Independentemente da valorização ou motivo para a ocupação da zona costeira, essas comunidades afirmam na diversidade da sua existência diferentes possibilidades de relação com a natureza e com as comunidades vizinhas. Elas vão de encontro à lógica de valorização imposta, estabelecendo relações sociais e atividades produtivas, sendo o espaço de moradia, de viver e criar os filhos.

A comunidade se configura por um grupo de pessoas que se convergem, articulam e interagem através de relacionamentos primários, que consiste naquela cadeia de contatos e vínculos que as pessoas vão paulatinamente, mas constantemente formando entre elas, ao longo de suas cotidianidades de vida, de maneira fortuita, espontânea e informal, por eles as pessoas se conhecem, se avaliam e controlam o ambiente comum de suas existências. Esses laços de vinculações interpessoais se iniciam, expandem e consolidam do âmbito da vizinhança para os bairros, cidades e assim por diante. (ÁVILA, 2000, p. 56).

Nelas se empreendem manifestações culturais próprias, como as danças (em especial o coco, que de formas diferentes se manifesta em diversas comunidades) e cirandas, que trazem nas suas letras a relação com a natureza e os

costumes de cada comunidade. A elaboração de pratos típicos na culinária com a utilização de frutos do mar, ou mesmo a base da culinária sertaneja, apresentam um traço característico. A realização das regatas, que na maioria das vezes está ligada ao santo padroeiro, denotando a importância da religiosidade na contribuição às manifestações características a cada comunidade, conta também com a presença de comunidades de maioria evangélica onde essa manifestação não é realizada.

Outra prática cultural que chama a atenção é a realização do merol por alguns grupos de famílias nas comunidades. É o momento de lazer, quando cada um colabora com um alimento ou bebida e durante todo o dia há danças, músicas, brincadeiras e banhos de mar, de rio ou de lagoa.

Nas comunidades pesqueiras marítimas a pesca é desenvolvida em ambientes marinhos e lacustres, com predominância da primeira em relação à segunda. Em ambientes lacustres ela é exercida em nível de subsistência, enquanto em ambiente marinho se desenvolve em escala comercial. Tem como diferencial a utilização de equipamentos artesanais, como fio de algodão, linha, caçoeira de peixe e manzuás. As embarcações são de pequeno porte, como as jangadas, paquetes e catamarãs, sendo caracterizadas, sobretudo, por serem:

Aquela em que os pescadores sozinhos ou em parceria, participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples. A remuneração é feita pelo sistema tradicional de divisão da produção em partes, sendo o produto destinado principalmente para o mercado. (DIEGUES, 1995, p. 31).

Nessas comunidades a atividade da pesca é a base da cadeia produtiva. Dentre os tipos de extrativismo a pesca tem sido um dos que resistem ao intenso processo de desmonte das atividades tradicionais pelo processo de modernização (com o incremento de novas tecnologias) e das novas relações de trabalho desenvolvidas. Devido à estreita ligação, a comunidade depende em grande parte dos ecossistemas costeiros e lacustres da região e desempenha papel relevante na sua proteção, assim como sobre as paisagens de estimado valor paisagístico e ambiental. Estes continuam conservados justamente porque essas populações mantêm relações históricas de uso e exploração da terra sem ameaçar a sua diversidade biológica, criando mecanismos de proteção e manejo que diminuem os

impactos da exploração dos ecossistemas e dos recursos naturais de que dependem a sobrevivência das famílias e as futuras gerações.

O trabalho coletivo e cooperado, o movimento de organização popular em torno da defesa do direito nato ao uso do espaço¹³, o uso racional e comum dos recursos naturais e o resgate da cultura local demonstram o real sentido da palavra comunidade. E sua existência fundamenta a criação de unidades de conservação, a exemplo das reservas extrativistas.

[...] instrumento de ressurgimento do 'comum' e seu reconhecimento social mostra a importância de se reconstruir as formas tradicionais de apropriação de espaços e recursos naturais renováveis na gestão ambiental, na proteção da biodiversidade e da diversidade sócio-cultural. (DIEGUES, 1995, p. 34).

As Resexs são habitadas por populações tradicionais que vivem da agricultura de subsistência, pequenos comércios e da criação de pequenos animais. Além da sua importância para a conservação dos recursos naturais renováveis, possibilitam a preservação da cultura local e os direitos das populações extrativistas, oferecendo condições de sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem nesses espaços. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pela Lei 9.985/2000 artigo 18, elas são:

Áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte e tem por objetivos básicos os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (IBAMA, 2010, p. 34).

Um passo importante para a organização interna das RESEX é a formação do conselho deliberativo, segundo a Instrução Normativa do ICMBIO, de 18/09/2007. Deverá ser composto por representantes do poder público, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais da unidade, seja de forma legalmente constituída, formalmente organizativa ou pessoas físicas, desde que a escolha seja legitimada pela comunidade.

¹³ Mediante a valorização da terra, em curso na zona costeira, e o interesse do Estado em induzir atividades de impacto econômico (a exemplo do turismo e da indústria), o uso do espaço baseado na tradição de direito nato, praticado pelas comunidades pesqueiras marítimas do Ceará, parece ter poucas chances de permanecer existindo. (LIMA, 2002, p. 92).

O conselho deliberativo da Resex é o espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da unidade de conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, ambientais e culturais. (IBAMA, 2010, p. 5).

Especialmente para uma parte significativa dos moradores de Batoque e da Prainha do Canto Verde a constituição das RESEX é considerada uma vitória para os movimentos sociais da zona costeira do Ceará na garantia da sustentabilidade dos ecossistemas costeiros e dos direitos das comunidades tradicionais.

Como única experiência de povoado litorâneo na Rede Tucum, identifica-se Flecheiras, localizada no município de Trairi. No contexto atual, as relações de uso e apropriação da terra onde está localizado o povoado ganharam dimensões outras que se diferenciam do direito ao uso do espaço, sendo um reflexo da atividade turística convencional. Flecheiras já perdeu muitas das suas características de comunidade pesqueira marítima, através dos incrementos provocados pelo turismo, que transformou seu território e o modo de vida dos seus moradores. Devido a essas transformações sofridas pela comunidade e a forma como as relações e os processos de ocupação pela atividade turística vêm se dando, numa clara demonstração de adaptação às novas condições, acreditamos que a melhor definição para a realidade de Flecheiras atualmente é a de povoado litorâneo.

Povoados Litorâneos - caracterizados pelo baixo percentual de moradores envolvidos com a pesca; pelo aumento de moradores que se dedicam ao comércio (bodegas, mercadinhos, padarias), “envolvidos” em atividades de prestação de serviço doméstico para proprietários de segunda residência (caseiros, cozinheiras, faxineiras) e para turistas (hospedagem, alimentação, entretenimento); pela tendência ao distanciamento entre os que são do lugar e o permanente convívio com “estranhos” à comunidade (uns chegam e ficam outros apenas passam horas e/ou dias e vão embora). (LIMA, 2002, p. 93).

Entre os pontos de apoio da Rede Tucum estão a Pousada Tremembé, o Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto – MST e a Associação Mulheres em Movimento do Conjunto Palmeiras, que são espaços construídos e conquistados a partir das vivências dos grupos nos movimentos sociais. Têm como característica principal a oferta do serviço de hospedagem, passeios e alimentação.







Universidade Federal do Ceará
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

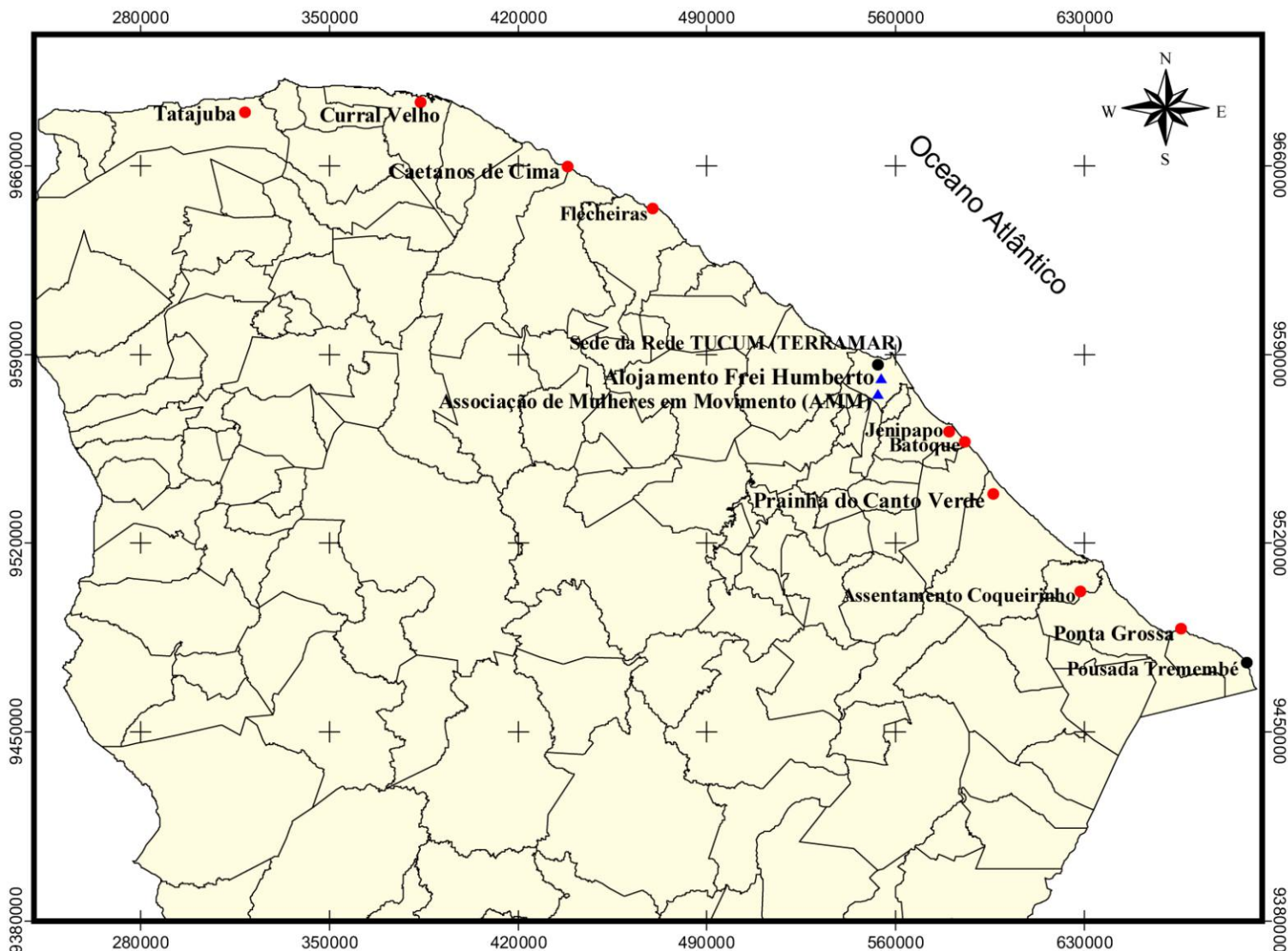
Mapa - Participantes da Rede TUCUM

Dissertação: O turismo comunitário em comunidades tradicionais na zona costeira do Ceará: em foco a experiência da Rede Tucum

Autor: Cicera Inara Oliveira Sousa Borges
Orientador: Prof^a Dra Maria do Céu de Lima

Legenda

-  Apoio
-  Assessoria
-  Comunidade
-  Limites Municipais



Fonte: Base digitalizada do IBGE
e trabalho de campo
datum SAD69, zona 24 e projeção UTM

3.1 Reserva extrativista da Prainha do Canto Verde – Beberibe: na organização para a defesa do território, a contribuição do turismo comunitário

A Prainha do Canto Verde está localizada no município de Beberibe, distante 126 km de Fortaleza, pela CE 040. Duas linhas de ônibus interurbano fazem diariamente o percurso em horários diversos. O trecho final da viagem pode ser percorrido com carro de passeio, sendo possível agendar o traslado diretamente com a comunidade. Importante destacar que o trajeto pela CE 040 apresenta na sua sinalização oficial referência à comunidade, e no último trecho para a chegada ao lugar há sinalização feita pelos próprios moradores. Segundo dados da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, a comunidade possui atualmente 1.552 moradores distribuídos em 352 famílias.

Duas histórias versam sobre a formação da comunidade. A primeira atribui sua formação ao Sr. Joaquim Cabloco e Dona Filismina, que chegaram por volta de 1850 e tiveram doze filhos. A segunda versão, mais aceita pela comunidade, conta que:

A Comunidade passou a existir pelos anos de 1860, os primeiros moradores vindos da região, Jardim, Córrego do Sal, entre outros. A maioria fugindo dos períodos de estiagem mais intensas, para viver num lugar tranquilo. Tudo começou com a chegada de duas ou três famílias, das redondezas. Segundo relato dos moradores registrado no livro Nossa História a primeira família a chegar foi a de Raimundo Canto Verde, vindo de Campestre da Penha, na condição de escravo liberto, veio viver e trabalhar em terras livres. (PEREIRA, 2008, p. 24).

Entre as atividades que compõem os arranjos produtivos da comunidade está a pesca da lagosta, realizada em regime familiar e com embarcações do tipo jangadas, paquetes e catamarãs. As espécies com maior incidência são a lagosta vermelha, cabo verde ou saramango e vários tipos de peixes, como cavala, serra, guaiúba, agulha, bonito, arraia, dentão, cioba, pargo e outros. Podem-se ver na comunidade tartarugas-marinhas e botos.

Outras atividades importantes são os pequenos plantios, cultivados pelas próprias famílias, geralmente realizados nas vazantes. Servem para a subsistência básica: batata, milho e feijão. A realização do artesanato de labirinto é uma característica do lugar. Há pequenos comércios como padarias, mercadinhos e barracas de praia. Um dos diferenciais da comunidade é que logo pela manhã o

turista pode acompanhar as jangadas retornando da pescaria e ali mesmo adquirir o peixe, que depois de separado pelos pescadores²⁰ é colocado à disposição dos compradores. (Figura 3).

Figura 3 – Partilha e Venda do Pescado na Prainha do Canto Verde



Foto: Inara Borges, 2005.

Quanto à infraestrutura, a comunidade possui luz elétrica (instalada em 1990), abastecimento de água a partir de poços artesanais, telefones públicos, escola (Escola de Ensino Fundamental Bom Jesus dos Navegantes), e atendimento médico através da equipe do Programa Saúde da Família (PSF), com atendimento médico duas vezes por semana e duas agentes de saúde com atendimento permanente. A estrada asfaltada, concluída em 1998, que liga a comunidade à CE-040, também foi uma conquista dos moradores, pois antigamente o caminho era realizado por cima das dunas, num percurso de areia e piçarra.

A comunidade ganhou visibilidade nacional a partir de 1993, com a viagem SOS Sobrevivência¹⁴, quando quatro jangadeiros fizeram uma viagem de 3.000 km do Ceará ao Rio de Janeiro em 76 dias, denunciando os conflitos

²⁰ Em toda pescaria artesanal existem as hierarquias de navegação. Na hora da partilha do resultado da pesca os pescadores separam os peixes por cortes diferentes no rabo. Por exemplo: dois cortes indicam que os peixes pertencem ao mestre, um corte horizontal pertence ao ribique etc.

¹⁴ Faz [mais de] 18 anos (04 de abril 1993) que quatro bravos pescadores e duas mulheres saíram da Prainha do Canto Verde numa despedida emocionante da população e de pescadores de todo o Ceará para enfrentar três mil quilômetros até chegar ao Rio de Janeiro, no dia 14 de junho. Pelo mar e por terra eles articulavam pescadores de todo o litoral para protestar contra a pesca predatória da lagosta. Disponível em: <<http://www.prainhadocantoverde.org/comunidade/historia/mar/>>.

existentes na zona costeira. No decorrer da viagem, várias paradas (em 20 portos) em diferentes pontos da costa brasileira permitiram o contato dos jangadeiros com os desafios de outras comunidades, aumentando as vozes de incentivo e apoio à causa. Uma equipe por terra, composta por duas mulheres, assessorou a viagem, garantindo a articulação com os movimentos sociais de cada local visitado, bem como mobilizando a imprensa para a cobertura da viagem. (Figura 4).

Infelizmente, ao final de todo esse esforço de articulação, a audiência solicitada junto ao Presidente da República, à época Itamar Franco, não aconteceu, tampouco o então governador do Estado do Ceará, Ciro Gomes, recebeu os pescadores após esse protesto. Mas a semente da denúncia e da mobilização popular já estava devidamente plantada na Prainha do Canto Verde e o maior objetivo da viagem-protesto foi tornar públicos os problemas vivenciados pelas comunidades pesqueiras, bem como mostrar a força dos homens e das mulheres que moram nessas comunidades.

Figura 4 - Jangada SOS Sobrevivência e Equipe da Viagem da Prainha do Canto Verde: Michelle Scharer e Marlene Fernandes (por Terra) e os Pescadores (pela Costa): Edilson Fernandez, Mamede Dantas de Lima, Francisco da Silva, Francisco Bilio



Fonte: Prainha... (2011).

Iniciativa parecida já havia sido realizada na década de 40 do século XX, quando quatro jangadeiros cearenses (Jacaré, Tatá, Mané Preto e Mestre Jerônimo) partiram com o intuito de entregar uma jangada à esposa de Getúlio Vargas e reivindicar oficialmente o direito aos benefícios da legislação trabalhista brasileira aos pescadores. Na época, os dois mil quilômetros de litoral foram percorridos sem nenhum suporte mecanizado, orientados apenas pelo saber do mestre que perdura por gerações. Por onde passaram sentiram que as necessidades não eram apenas

dos pescadores cearenses, mas também dos pescadores brasileiros. 61 dias após saírem de Fortaleza chegaram ao Rio de Janeiro.¹⁵

Outras lutas realizadas pelos moradores da Prainha do Canto Verde (PCV) antecederam a viagem-protesto dos pescadores da jangada SOS Sobrevivência. Com a ajuda do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), que assessorou a comunidade, em 1989 surge a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, que teve papel fundamental na organização dos moradores para a defesa do seu território.

Porém, a luta em defesa da terra e contra a especulação imobiliária nunca parou. Prova disso são as agressões sofridas pelos moradores por parte de capangas, que também os ameaçavam de morte. Outra forma de intimidação foi queimar as casas dos moradores e construir cercas separando os locais para construção dos empreendimentos. As lideranças sofrem sempre com as ameaças. Essa realidade é comum em outras comunidades que se defrontam com os mesmos problemas.

Na tentativa de tomar posse das terras, de modo geral os grileiros usam de maneiras inescrupulosas, como a falsificação de registro de imóveis e escrituras, e de contrato de compra e venda, a fixação de dunas e a compra de coqueiros. Em 2001, a comunidade uniu-se para a derrubada de mil metros de cerca que foram construídas por um grileiro com o intuito de separar o terreno de um empreendimento turístico. Com a participação dos representantes de várias comunidades e o apoio das entidades como o CDPDH e o Instituto Terramar, os moradores da Prainha do Canto Verde afirmaram sua organização comunitária e o fortalecimento da sua identidade coletiva com a ação do Desate evidenciando a importância do território, retomando a posse da terra. A ação jurídica questionando a legalidade dos documentos do Grileiro foi encaminhada para a associação de moradores.

A primeira ameaça à posse da terra e do território aconteceu em 1972, quando os moradores descobriram que a terra que era ocupada pela comunidade havia sido concedida por cessão de usucapião a Antonio Sales Magalhães. Este, posteriormente, repassou para a imobiliária Henrique Jorge Imóveis, gerando uma

¹⁵ Essa saga foi registrada no livro *Diário dos Jangadeiros*, publicado pela Fundação Demócrito Rocha, em 1998.

disputa judicial que se estendeu por 17 anos, tendo como resultado, em 2006, a anulação desse usucapião.

INCLUÍDO NA PAUTA DO DIA 14/03/2006 DA TERCEIRA TURMA – Os Juízes do STJ votaram contra o recurso da Imobiliária Henrique Jorge com 5 votos a favor e 0 contra. RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL: A TURMA, POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECEU DO RECURSO ESPECIAL, NOS TERMOS DO VOTO DO SR. MINISTRO RELATOR. OS SRS. MINISTROS CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, NANCY ANDRIGHI, CASTRO FILHO E HUMBERTO GOMES DE BARROS VOTARAM COM O SR. MINISTRO RELATOR. (KEZIANO, 2011)

Hoje, a PCV é uma reserva extrativista (Mapa 2), a segunda que foi criada no Ceará, em 05 de junho de 2009, como resultado de toda uma vida de luta, organização e resistência da comunidade.

Porém, quando se pensava que a posse definitiva da terra havia sido conseguida ocorreu a convocação para uma audiência pública, em 24 de maio de 2010, na Assembleia Legislativa do Ceará, sob clima de muita tensão entre os moradores, deputados e professores convidados, que lotaram o auditório onde estavam ocorrendo os debates. Essa audiência¹⁶ foi pedida pela Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e questionava, entre outros pontos, as dimensões legais da área da RESEX e a escolha por fazer uma reserva com dimensões na terra e no mar, alegando, ainda, que a maior parte da comunidade não estava ciente do que estava acontecendo.

O objetivo foi especificar os limites demarcados pela reserva extrativista - atualmente em 610 hectares - e fazer com que as propriedades existentes no local sejam adequadas à legislação que compete às reservas extrativistas. (RESERVA..., 2011).

¹⁶ Audiência Pública ocorrida no dia 24 de maio de 2010, solicitada e presidida pelo deputado Edson Silva, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com participação do deputado Fernando Hugo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS DO BRASIL
-Reservas Extrativistas-
-Reservas de Desenvolvimento Sustentável-



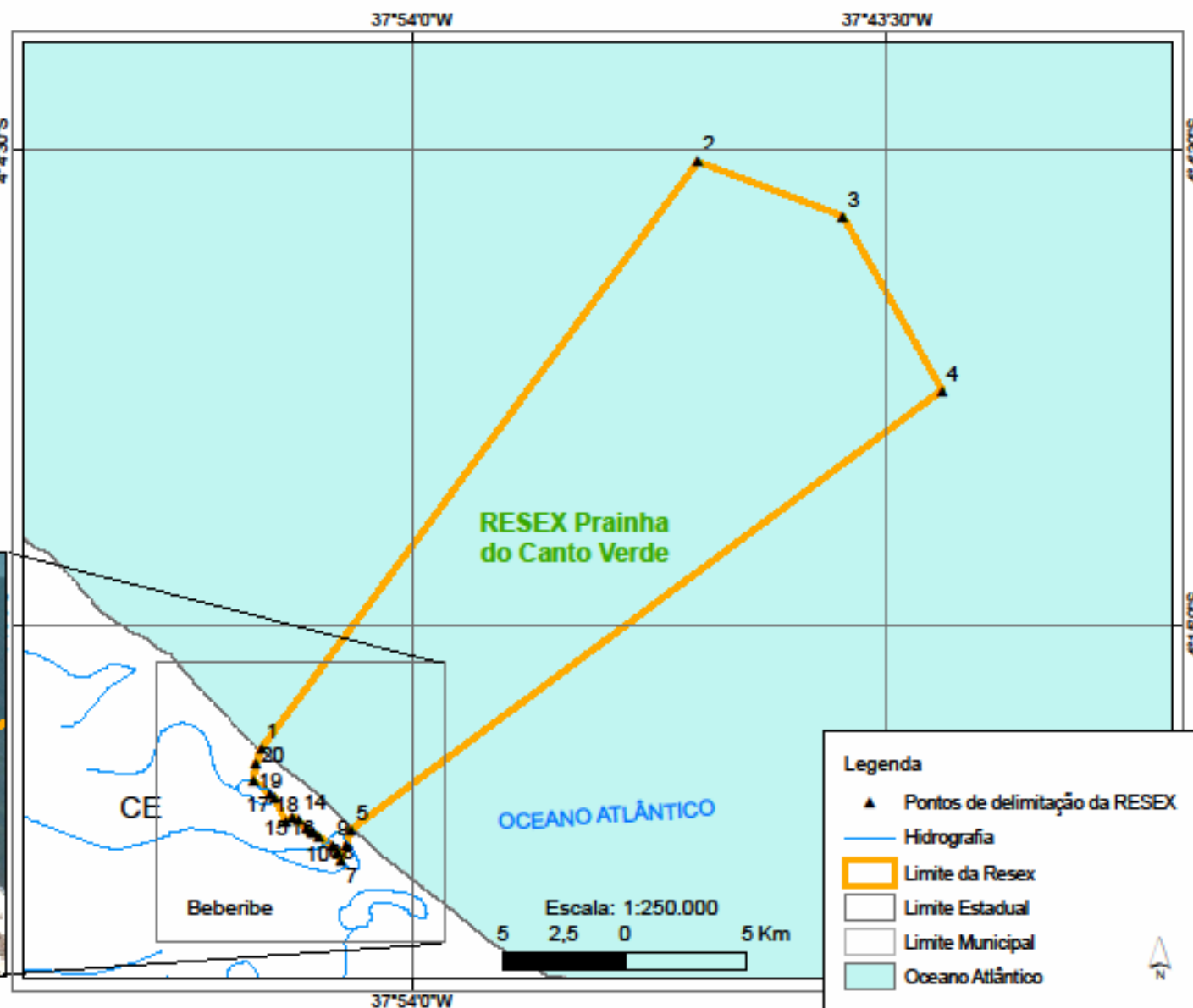
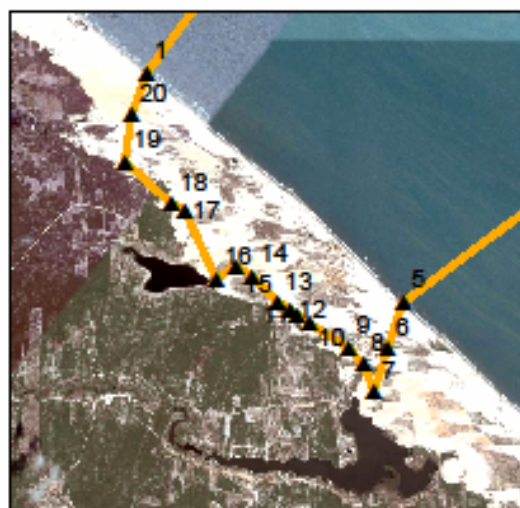
MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais Renováveis
DISAM - Diretoria de Desenvolvimento
Socioambiental

Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde - CE (Proposta de Criação)



Área aproximada da Proposta: 29.794,44 ha
Perímetro aproximado da Proposta: 82.377,17 m
Municípios: Beberibe/CE
Cartas Utilizadas: SB-24-X-A-III, na escala 1:100.000,
publicadas pelo IBGE.
Imagem Extraída Google Earth em 07/03/2007

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sad-69



A figura de Thales de Sá Cavalcante aparece nesse contexto como possuidor de 315 hectares que estariam localizados nas terras da RESEX. Questionado sobre o assunto, o mesmo declarou:

Estou defendendo a minha propriedade e os pescadores ficaram revoltados com o fato de não terem o documento de suas propriedades [...] Minha briga é judicial e vou ganhar pelo que posso analisar junto com os meus advogados. Os moradores assinaram um documento sobre a reserva marítima e não previa nenhum documento sobre a titularidade do terreno. Os pescadores se sentiram enganados. Uma decisão sem a concordância deles. (RESERVA..., 2011).

Numa demonstração da prevalência de interesses particulares e de benefícios próprios por parte dos moradores da comunidade e da Associação Independente, a forma de regulação da terra instituída com a decretação da RESEX garante o contrato de concessão de direito real de uso, e não de posse definitiva do terreno, evitando, assim, as possibilidades de especulação e venda da terra e garantindo o repasse interno entre os familiares e moradores que fazem uso delas. Segundo esclarecimentos da Professora Dra. Maria do Céu, convidada a participar como integrante da mesa na audiência, os pescadores não vivem apenas no mar. É na terra que se dão as relações sociais, onde se criam os filhos e filhas, sendo necessário pensar nos exemplos das outras comunidades que foram expulsas de suas terras após terem optado pelo direito individual de posse. Os debates sobre as modificações da área da RESEX estão apenas começando e vão exigir mais uma vez organização por parte da associação, pois a situação de conflito está dividindo a comunidade em dois grupos com interesses distintos.

Recentemente, foi constituído o Conselho deliberativo da Reserva, publicado no Diário Oficial da União, no dia 15 de dezembro de 2010. Formado por dezenove conselheiros que representam grupos organizados da comunidade, dentre eles a AMPCV, parceiros dos movimentos sociais, representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no Ceará, compõem a equipe que deverá encaminhar as sugestões de criação do plano de manejo da reserva.

É preciso evidenciar que a participação da comunidade em projetos¹⁷ busca fortalecer a caminhada pela conquista do território, assim como atua nos conselhos da comunidade discussões quanto às melhorias nas áreas de educação, saúde, terra, pesca, turismo e artesanato, tendo a presença de aproximadamente 300 membros. Algumas participações importantes da comunidade foram no I Seminário Terra e Vida na Zona Costeira, 2003, na Assembleia dos Movimentos Sociais da Zona Costeira, 2006, I e II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, 2004 e 2008, Encontro Cultural dos Povos do Mar, 2007, e mais recentemente ao Seminário Gestão do Território e Turismo Comunitário, 2009. Neste último os problemas das comunidades foram socializados e repensados coletivamente. Novas estratégias foram lançadas e experiências foram compartilhadas entre comunidades que passam pela mesma situação.

Como podemos perceber na história da comunidade, o desejo por realizar atividades que agreguem os seus moradores e valorizem o seu modo de vida permeiam as fases de organização e capacitação da comunidade no entendimento do tipo de turismo que gostariam de promover e vivenciar. Perguntada sobre o que tem no turismo convencional que não agrada a comunidade, a moradora, proprietária de pousada na PCV, de imediato responde: “Prostituição, drogas, que nós não queremos para cá.”

O turismo comunitário integra o quadro das atividades realizadas pela comunidade e contribui para o incremento da renda das famílias. É considerado importante pelos moradores para a manutenção da cadeia produtiva local, sendo o turismo uma atividade complementar. O principal objetivo do projeto de turismo é desenvolver a atividade de forma comunitária para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os valores culturais e as belezas naturais da região.

O turismo que é discutido na comunidade é junto dos moradores, pensando na melhoria da qualidade, o melhor é que a comunidade resiste ao direito à moradia, que é o espaço onde mora, que vive em conflito com a imobiliária e hoje o direito foi concedido para a comunidade. (Depoimento de liderança comunitária da PCV, 2010).

¹⁷ Dentre os projetos desenvolvidos pela comunidade em parceria com o Instituto Terramar e a organização suíça dos Amigos da Prainha do Canto Verde estão: 1- Projeto Estaleiro Escola, 2- Bodega Nordeste Vivo e Solidário, que integra a Rede de Socioeconomia Solidária, 3- Projeto Gestão Coletiva do Lixo, 4- Projeto do Telecentro, 5- Projeto de Turismo Comunitário, 6- Projeto Historiando a Rede Tucum.

Durante o processo de instalação do turismo comunitário várias formas de organização foram vivenciadas pela comunidade. Num primeiro momento a Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde - COOPECANTUR agregava os moradores interessados na proposta, organizando discussões sobre sua possibilidade de realização, capacitando os grupos familiares para receber os turistas, realizando pacotes de viagem e acompanhando a distribuição dos visitantes nas hospedagens comunitárias.

Atualmente, como a comunidade integra a Rede Tucum, a organização para o turismo comunitário se dá com o Conselho de Turismo Comunitário e de Economia Solidária da Prainha do Canto Verde (CTCES). Agrega 70 moradores na oferta de serviços completos de receptivo seguindo as normas coletivas adotadas pelos equipamentos turísticos do local, como o rodízio de hospedagens e alimentação para garantir a boa distribuição dos recursos financeiros entre os participantes do Conselho.

Como forma de manter as ações do CTCES, foi estabelecido entre os prestadores do serviço turístico o recolhimento de dois tipos de taxas: 1- Hospedagem: para cada diária que o turista passar nas pousadas conveniadas há o recolhimento de uma taxa de R\$ 2,00 (dois reais) para colaborar com as despesas do CTCES. 2- Serviços: acréscimo de 10% sobre os serviços oferecidos pela comunidade, principalmente quando se trata da organização no trabalho dos passeios, guias e alimentação. As duas taxas são incluídas diretamente nos valores pagos pelo turista e são utilizadas para cobertura de serviços com o receptivo, gastos com marketing, promoção e venda, pagamento de pessoal, capacitação, infraestrutura, comunicação e limpeza.¹⁸

Atualmente, cinco empreendimentos de hospedagem estão conveniados à Rede Tucum:

1- Pousada Refúgio da Paz: quatro quartos (cama de casal, cama de solteiro/a, ventilador e banheiro privativo).

2- Pousada Sol e Mar: cinco quartos, equipados com cama de casal, cama de solteiro/a, ventilador, banheiro privativo, sofá, frigobar. Possui restaurante com atendimento diário de pratos com ingredientes à base de frutos do mar. (Figura 5).

¹⁸ Nesse sentido, a Rede Tucum aprovou em Assembleia o pagamento de uma taxa anual de R\$120,00 para todas as comunidades participantes, sendo o recurso arrecadado para custear os encontros da Coordenação Colegiada e da Executiva.

3- Casa Cangulo: casa mobiliada com uma suíte (uma cama de casal e uma cama de solteiro/a), cozinha, banheiro, sala, lavanderia, tanque e espaço para estacionamento.

4- Casa Redonda: casa mobiliada com uma suíte (uma cama de casal e uma cama de solteiro/a), cozinha, sala e lavanderia. (Figura 5).

5- Casa Bajural: casa mobiliada com uma suíte (uma cama de casal e uma cama de solteiro/a), cozinha, sala e lavanderia.

Figura 5 - Casa Redonda e Pousada Sol e Mar na Prainha do Canto Verde



Foto: Inara Borges, 2011.

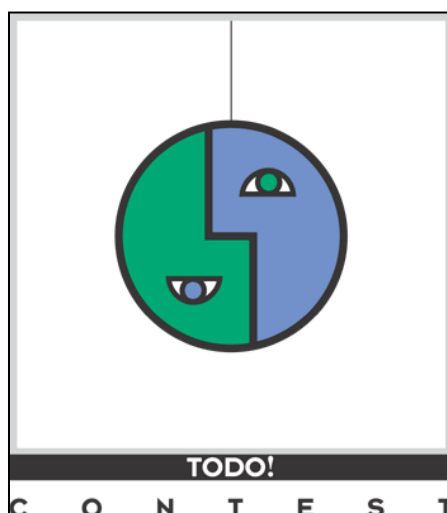
A comunidade possui estrutura para a realização de feiras e eventos (500m² de espaço coberto) e auditório com capacidade para sessenta pessoas, equipado com TV/vídeo, retroprojeto, impressora, tela, *data-show*, computador e aparelhagem de som.

Entre os passeios e trilhas mais oferecidos estão: Trilha Ecológica da Lagoa do Córrego do Sal, Trilhas da História Natural e Comunitária, passeio de *buggy*, passeio de jangada, passeio de catamarã e pesca esportiva. Já nos luaus há a apresentação de danças típicas, contação de histórias e cantorias elaboradas pelos moradores, que ressaltam a beleza natural do lugar onde a comunidade está localizada.

Prainha do Canto Verde é tão linda e tem valor
 Aquele mar verdejante é obra do criador
 Os seus morros tão bonitos de areia bem branquinha
 É mesmo um paraíso o Canto Verde da Prainha
 É mesmo um paraíso o Canto Verde da Prainha.
 (Trecho da Canção Prainha do Canto Verde. Letra e Música de morador da comunidade).

Em 1999, em reconhecimento à iniciativa do projeto de turismo sustentável, a comunidade recebeu o prêmio TODO (Figura 6) na feira de Turismo em Berlim, na Alemanha, e o prêmio TOURA D'ORCOOO pelo documentário sobre o projeto de turismo comunitário.

Figura 6 - Imagem Símbolo do Prêmio TODO



Fonte: Garcia (2010).

3.2 Tatajuba – Camocim: na organização comunitária, a preservação das paisagens e a realização do turismo comunitário

A comunidade de Tatajuba está localizada no distrito de Guriú, que pertence ao município de Camocim, penúltimo município do litoral oeste, a aproximadamente 360 km de Fortaleza. Duas empresas de ônibus, com saída da rodoviária de Fortaleza, disponibilizam horários diários com destino a Camocim. A partir daí, a opção é contratar o transporte usado pelos moradores, conhecido como Rural. A partir de Parasinho, a única opção disponível é o frete para chegar até Tatajuba.

Chegar a Tatajuba não é uma tarefa fácil¹⁹. Apesar de agora o acesso direto (sem passar pelo porto de Camocim) ser garantido por conta da reforma e construção de trechos da rodovia estruturante (CE-085), a viagem ainda apresenta-se repleta de desafios, pois não existem placas de orientação. Apenas no município de Granja há uma placa que aponta a direção a seguir para chegar a Tatajuba, sendo o restante do trajeto indicado por pequenas placas feitas pelos moradores e donos de barracas indicando os acessos (todos de piçarra). Na entrada da comunidade encontra-se uma placa da Rede Tucum informando sobre o projeto de turismo comunitário. (Figura 7). A comunidade é formada por 1.000 moradores, distribuídos em 413 famílias.

Figura 7 – Placa da Rede Tucum e Caminho que dá Acesso à Comunidade de Tatajuba



Foto: Inara Borges, 2010.

A chegada dos primeiros moradores a Tatajuba, segundo relatos orais, deu-se no início do século XX, por volta de 1902, quando pescadores em busca de um bom lugar para fincar morada perceberam o potencial que aquelas terras apresentavam: uma grande fartura de água doce e vazantes com atracadouros naturais para as canoas, principal instrumento de navegação da região, e terras para realizar pequenos plantios.

Os moradores asseveram que a pesca foi uma das principais motivações da formação da vila. Os relatos colocados informam que as primeiras famílias a

¹⁹ A questão da acessibilidade à comunidade é considerada tema prioritário entre os moradores, que nas discussões sobre as melhorias de infraestrutura apontam esse problema como um grave empecilho para a realização de compras, garantia de acesso hospitalar aos doentes e idosos e da juventude à escola.

chegarem nesse lugar vieram de núcleos de povoamento dos arredores, atraídos pela pesca em abundância, o que estimulou a formação da comunidade. (CORIOLANO; MENDES, 2007, p.32).

A abundância de peixes, que era no início um atrativo aos pescadores, hoje é motivo de grande preocupação, pois a cada dia se torna mais difícil viver e sustentar a família só com a pesca devido à diminuição do pescado (percebida a cada ano) e à falta de apoio e investimento. Isso dificulta a vida do pescador e contribui para o quadro de crise da pesca artesanal. No relato dos pescadores percebe-se a desmotivação e as dificuldades na permanência dessa atividade:

Nos tempos do meu pai existia todos os tipos de peixe que você pode imaginar! Desde arraia, a cavala de metro se pegava por aqui. Hoje além das condições serem poucas, pois o auxílio além de difícil, só chega no período da necessidade. Falta apoio para desenvolver a nossa forma de pescar. (Ex-pescador e morador de Tatajuba, 2010).

De início, formaram-se duas vilas: Cabaceiras de Cima (localizada no alto do morro) e Cabaceiras de Baixo (mais próxima à praia e às gamboas), que receberam esse nome devido à grande quantidade de árvores que têm como fruto uma espécie de cabaça²⁰.

Um fato marcante e decisivo para a ocupação e o reordenamento da comunidade aconteceu em 1978, quando pela ação natural dos ventos o deslocamento das areias promoveu o soterramento de boa parte da localidade e alterou a direção dos pequenos riachos, gamboas e vazantes. Com isso a população decidiu ocupar novas áreas e quatro vilas foram formadas: Tatajuba (onde se localiza a maior parte das casas e os equipamentos de assistência básica), Vila São Francisco, Vila Nova e Vila da Baixa da Tatajuba. O receio de que um novo soterramento pudesse acontecer estimulou a construção de casas mais espaçadas umas das outras, com passagem para as dunas e distantes das margens dos córregos, pois durante o período do inverno é comum o aparecimento de pequenas lagoas e a subida do nível da água dos rios e vazantes.

Há cerca de 30 anos Tatajuba foi soterrada pelas areias de uma imensa duna e os moradores assistiram impotentes à destruição de suas casas. Na vila que existe hoje, a Nova Tatajuba, os moradores refizeram suas casas e

²⁰ Ao ser retirado o fruto passa por um processo de secagem para extração de sua polpa. A casca, como é mais resistente, é utilizada como reservatório de pequenas quantidades de água. É comum também fazer parte de objetos decorativos como luminárias e enfeites.

aproveitam o fato para contar aos visitantes a história do vilarejo impregnado de mistérios e superação. (LAZER..., 2008).

A duna que cobriu a comunidade é conhecida como Duna Encantada (Figura 8) local que é frequentado por moradores e turistas que observam, do alto, o pôr do sol. Segundo as histórias e as lendas dos moradores, ela recebeu esse nome devido aos encantos que estão enterrados em suas areias. Em noite de lua cheia um navio fantasma fica atracado no alto da duna, despertando medo e estimulando a imaginação dos causos que ocorreram com o aparecimento dessa “visagem”.

Figura 8 - Vista da Duna Encantada em Tatajuba



Fonte: <www.tatajuba.com.br>.

As vilas São Francisco, Nova e Baixa da Tatajuba apresentam características rurais. Boa parte dos moradores se dedica ao cultivo de pequenos plantios e à criação de animais, assim como ao extrativismo de frutas da estação. No núcleo central de Tatajuba encontram-se os serviços públicos: escola, posto de saúde, telefone público, igreja católica, templo evangélico e a sede do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tatajuba (CDCT). Na praça da vila, que fica em frente à igreja católica, localizam-se pequenos comércios do tipo bodega e bares, sendo um referencial de encontro para os moradores nos finais de tarde. Em 2007, foi construído o Centro de Artesanato de Tatajuba (Figura 9), direcionado ao atendimento do turista. Conta com a estrutura de dois banheiros, nove boxes para exposição de produtos, uma cantina/refeitório e uma palhoça. Devido ao baixo fluxo turístico na comunidade, em boa parte do ano o local fica fechado, sendo utilizado pelos moradores para realizar encontros das associações e pequenas festas.

Figura 9 - Centro de Artesanato de Tatajuba



Foto: Inara Borges, 2010.

Os antigos moradores relatam que a ocupação dos terrenos do “morro”, onde está localizado o núcleo central de Tatajuba era baseada no uso que faziam daquele espaço e que o direito das famílias era assegurado a partir da convivência estabelecida entre os vizinhos. Na atual condição de ocupação da vila central de Tatajuba, os moradores vendem suas terras e os veranistas colaboram para a formação de uma nova lógica de uso e apropriação do espaço, rompendo com os costumes e gerando ocupação desordenada.

A regra para ocupação dos terrenos antigamente era assim, o tamanho que era a frente da minha casa, me dava direito a ocupar o mesmo tamanho do terreno da frente e esse terreno da frente ficava ligado a mim para passar a um filho ou filha que casasse e construísse família. Agora mesmo você está vendo, na frente da minha casa, que seria o local para meus filhos, estão construindo casas de antigos moradores da praia que venderam seus terrenos, e agora invadem os terrenos dos outros. Isso sem contar com os de fora, que constroem suas casas de veraneio que passa a maior parte do tempo fechadas. Hoje ninguém respeita mais os costumes não. (Moradora da vila central de Tatajuba, 2010.)

A intensa ocupação do núcleo central da vila de Tatajuba é apontada pela comunidade como um reflexo, principalmente, da valorização dos terrenos da praia, devido aos interesses dos especuladores, que incentivam alguns moradores a vender suas terras. Logo após a venda ocupam terrenos do morro para construir novas residências, o que provoca conflitos. Existe na comunidade a identificação dos envolvidos no sentido de coibir tal prática, denunciando e combatendo, papel este que é exercido pela Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA).

Por estar a 30 km de Jericoacoara, pela praia, e a 18 km do centro de Camocim, Tatajuba foi inserida como ponto turístico e opção de passeio, atraindo visitantes²¹ pela beleza cênica onde está localizada a comunidade e pela história de ocupação do território.

Figura 10 - Moradora Vendendo Artesanato



Foto: Inara Borges, 2010.

Devido ao intenso fluxo de carros nos finais de semana, os moradores identificam que é nesses dias que os turistas de Camocim e de outras cidades da região resolvem fazer os passeios pelas praias. A visita a Tatajuba é o segundo passeio mais vendido, ficando atrás apenas da famosa Pedra Furada, afirma a artesã e moradora da Baixa da Tatajuba:

Nós ficamos esperando os grupos que passam de *buggy* para mostrar o nosso artesanato [cortinas feitas de búzios, luminárias e pequenos *souvenirs*]. Muita gente passa por aqui, nós mostramos o nosso produto e conseguimos um dinheiro com isso, (Figura 10).

²² Ao serem interpelados quanto aos motivos que os fazem ir a Tatajuba, frequentemente dizem que a história de uma comunidade que havia sido soterrada desperta a curiosidade do visitante. Não se percebeu entre os motivos a vontade de conhecer a comunidade e o seu dia a dia, mas apenas saber sobre a história de soterramento da antiga vila.

A artesã expõe seus produtos (a maioria feita a partir de escamas e búzios coletados na praia) debaixo do cajueiro que fica em frente à ACOMOTA. Quando questionada sobre o motivo que a impede de expor seus produtos no Centro de Artesanato, a resposta foi:

Quase nunca os turistas passam por lá. Eles passeiam mais de carro e eu ficando aqui no cajueiro, consigo ser mais vista por eles pois estou no meio do caminho por onde eles passam. Além disso, o problema nas minhas pernas dificulta minha subida no morro. Prefiro ficar aqui em baixo, perto da minha casa. (Depoimento da artesã e moradora da Baixa da Tatajuba, 2010).

Diante desta situação caberiam as perguntas: A decisão de construir o Centro de Artesanato levou em consideração o tipo de visita que está ocorrendo na comunidade? Será que os moradores foram convidados a apontar as necessidades do turismo em Tatajuba?

Devido às demandas de consumo pelo turismo naquela região²², a disputa das terras por especuladores, empreendimentos turísticos e moradores das localidades próximas tem ocasionado conflitos pela posse da terra e uso do espaço. É comum encontrar casas de veraneio nas vilas, bem como equipamentos turísticos de estrangeiros²³ que têm como público-alvo os visitantes de outros países, criando um circuito de turismo internacional de pequena escala na comunidade, que fica alheio ao convívio com os proprietários dos empreendimentos turísticos e com os turistas que os frequentam.

O marco apontado pela comunidade como o primeiro conflito de terras foi em 1991, quando das tentativas de posse da terra por parte de alguns grileiros da região. Porém o conflito mais grave e que deu visibilidade à comunidade iniciou-se em 2001, com a descoberta pelos moradores da “compra de terras” por parte da empresa Vitória Regia²⁴, que se diz proprietária de 5.275 hectares, incluindo a área

²² Atividade turística vem sendo financiada pelo governo do Estado, através programa Roteiro Turístico Integrado, com a construção de rodovias e do novo aeroporto interligando os estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

²³ Em Tatajuba os empreendimentos são: Pousada Santa Maria, Pousada Matusa e Cabana dos Ventos.

²⁴ Empresa que iniciou um processo de especulação imobiliária das terras da comunidade com o objetivo de instalar no local um empreendimento turístico intitulado “Condado Ecológico de Camocim”. De posse de documentos de origem questionada, a empresa se dizia proprietária de aproximadamente 5.275 hectares de terras e utilizou a divisão da comunidade como uma das estratégias para tomar suas terras.

onde a comunidade está localizada. A empresa pretende construir um grande empreendimento turístico na área, o “Condado Ecológico do Camocim”²⁵.

A estratégia da Vitória Régia para se aproximar dos moradores e estabelecer relações com a comunidade foi a criação de um plano de marketing, que incluía cenas do dia a dia da comunidade e um calendário com as principais datas comemorativas do lugar. Outra ideia comumente difundida entre os moradores é de que o “investimento implementará o desenvolvimento econômico e social sustentável”. As primeiras ações desenvolvidas pela empresa nesse sentido foram os financiamentos de um curso de artesanato, aulas de canto e doação de instrumentos musicais para jovens.

Desde 2001, os documentos de propriedade da empresa são questionados, na justiça, gerando conflitos entre os moradores e situações de violência, como denuncia a nota assinada pela ACOMOTA, assim intitulada: “Homens armados em nome da empresa Vitória Régia espancam agricultor-pescador de Tatajuba”, em 14 de março de 2006.

Dia 21 de fevereiro em Tatajuba, Camocim, pessoas ligadas à Empresa Vitória Régia espancaram e ameaçaram de morte o agricultor-pescador Raimundo Ferreira da Silva. Na ocasião, oito homens ligados à Vitória Régia pretendiam derrubar o cercado de seu Raimundo, que ao contestar esta ação, foi violentamente agredido e imobilizado no chão com um pau em seu pescoço. Os agressores, que afirmaram ser policiais, derrubaram o cercado e arrancaram plantações. Ao final, foram até um veículo, pegaram armas e o ameaçaram de morte. Vale registrar que a Toyota de cor branca utilizada é de propriedade da empresa Vitória Régia e quem comandava a ação era o Sr. Claudiomar Cândido Dias, morador de Tatajuba e conhecido empregado da referida empresa. No dia 23 de fevereiro o Sr. Raimundo foi até a Delegacia da Polícia Civil de Camocim, fez o boletim de ocorrência e o exame de corpo de delito. No dia 06 de março o caso foi apresentado ao (RELATÓRIO DA REDE..., 2010).

Nas manifestações culturais produzidas pelos moradores e o conflito com a empresa Vitória Régia tornam-se frequentes em versos e prosas, sendo importantes ferramentas de conscientização das consequências da chegada da empresa e do provável futuro da comunidade.

²⁵ Sobre o tema, ver *site*. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/?acao=noticias&subacao=ler_noticia&cadernoID=19¬icialID=1875>.

Quem mora nesse lugar bom resultado terá
Mas cuide com bem cuidado tem gente que quer tomar
E quem tiver seu quintal cuidar não e nada mal só não pode vacilar.
Tudo que estou falando para vocês podem acreditar
Eu sou contra essa empresa que quer nos atormentar
Agora caros amigos, vocês sabem o resultado
Nem o pequeno cercado vamos poder aumentar
Por causa dessa empresa que se encantou com a beleza
Que existe nesse lugar. (Autor: Morador da Vila São Francisco).

Como forma de defender suas terras de modo mais estratégico, a ACOMOTA discutiu com os moradores e encaminhou o pedido de criação de uma RESEX para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA-CE), em 2006. A criação de uma reserva extrativista é o modelo de ocupação sustentável na área capaz de garantir a posse definitiva das terras pelos moradores. Através de uma gestão participativa os moradores poderão continuar exercendo suas atividades tradicionais como pesca, agricultura, criação de animais, artesanato, além do turismo comunitário.

O que nós queremos é fazer o turismo do nosso jeito, mostrando a nossa capacidade de se organizar e a beleza de se morar na praia, junto da comunidade, assim é que nós vemos o turismo comunitário como uma possibilidade de nos sentirmos mais felizes. (Morador e dono de chalé em Tatajuba, 2010).

Na Rede Tucum desde 2007, o processo de aproximação da comunidade com o tema do turismo comunitário se deu no Grupo de Turismo do FDZCC, em 2003. Essa aproximação proporcionou o contato com outras experiências de turismo comunitário ainda em construção e a reflexão sobre os dilemas enfrentados pelas comunidades com o turismo convencional.

Com a formação da Rede Tucum a comunidade viu a possibilidade de fortalecer o diálogo entre os membros da ACOMOTA e construir uma política comunitária e social de turismo, com o objetivo de resistir e permanecer na zona costeira. Nessa perspectiva, incentivou-se a formação do GTCL, com os moradores que se identificavam e desejavam trabalhar com o turismo, formando as equipes de coordenação, cozinha, artesanato, trilha e hospedagem, o que garante o envolvimento de sete moradores. Apesar de todos os esforços, a atuação do GTCL em Tatajuba é incipiente, pois os encontros para definição de estratégias e repasse de informações sobre as ações da Rede Tucum são limitados, comprometendo o andamento das atividades e o engajamento de novos membros.

Os equipamentos de hospedagem²⁶ que pertencem aos moradores filiados à ACOMOTA e que integram a Rede Tucum são:

- 1- Chalé Sol Nascente: um quarto equipado com uma cama de casal e espaço para uma rede e banheiro privativo.
- 2- Chalé Duna Encantada: um quarto equipado com uma cama de casal, uma cama de solteiro, espaço para uma rede e banheiro privativo.
- 3- Chalé do Coração: um quarto equipado com uma cama de casal, uma cama de solteiro e espaço para duas redes, banheiro privativo.

Dentre esses equipamentos, o Chalé do Coração e o Chalé do Sol Nascente (Figura 11) foram construídos com os princípios da permacultura, aproveitando todos os recursos materiais que o local oferece e a técnica escolhida foi o Super Adobe²⁷. Durante o período de construção vários pacotes turísticos para a vivência da prática da permacultura foram realizados, tendo os próprios turistas colaborado para a edificação dos chalés.

Figura 11 – Chalé do Coração e Chalé do Sol Nascente, Construídos com a Técnica do Super Adobe



Foto: Inara Borges, 2010.

Quanto às possibilidades de alimentação, é possível realizar as refeições na casa dos proprietários dos chalés, nas casas das mulheres que fazem parte do grupo da cozinha e nas quatro barracas na Lagoa da Torta (Barraca da Lagoa,

²⁶ A Pousada Brisa do Mar e os dois Chalés da D. Mazé, apesar de pertencerem aos moradores da comunidade, não fazem parte da Rede Tucum.

²⁷ O Super Adobe é uma técnica simples, que não necessita mão de obra especializada, sendo também uma ótima opção para construir residências populares. Ela utiliza sacos de propileno preenchidos com a terra, que são sobrepostos e moldam o formato das paredes e da cobertura. (BUSSOLOTI, 2010).

Barraca do João, Barraca Tatajuba, Barraca Recanto da Lagoa²⁸). Os proprietários dessas barracas não participam das reuniões do grupo de turismo, pois em divergência com os ideais do grupo, acreditam que o aumento do fluxo turístico só trará benefícios ao local. É fácil constatar que a opinião dos barraqueiros é reflexo da lógica que baliza a atividade turística: quanto mais turistas vierem para Tatajuba, mais lucros eles vão conseguir.

A Lagoa da Torta é destino certo de visitação. Conta com infraestrutura de lazer (com passeios de caiaque e tirolesa) e alimentação (quatro barracas oferecem comidas típicas e bebidas). (Figura 12). Apesar de a infraestrutura das barracas ser precária, com espaços pequenos para as cozinhas e balcões de atendimento, além dos banheiros em péssimo estado de conservação e higiene, e de a capacidade de atendimento ser limitada, o local é visitado durante o ano inteiro. Os preços das refeições e o valor das bebidas são considerados altos, inclusive pelos próprios moradores, reflexo de uma cultura de exploração do turista.

Figura 12 - Barracas e Caiaques na Lagoa da Torta em Tatajuba



Foto: Inara Borges, 2010.

Quanto aos passeios e trilhas, o grupo ainda não está formado, sendo esse serviço oferecido sem preços pré-estabelecidos pelos donos dos meios de hospedagem. Os locais mais indicados como atrativos de beleza singular para visitação são: duna do funil, lagoas interdunares que se formam principalmente no período do inverno e o mangue seco.

²⁸ Proprietário é associado à ACOMOTA.

3.3 Reserva extrativista do Batoque – Aquiraz: na história de organização comunitária, a preservação da terra e dos costumes

A comunidade de Batoque localiza-se no município de Aquiraz, distante 54 km de Fortaleza, pela CE 040. Apesar de pertencer a esse município, o principal acesso à comunidade é feito por Pindoretama, município vizinho. Através da sinalização oficial pode-se facilmente encontrar a entrada que leva à comunidade. A partir daí, os últimos 12 km são percorridos em estrada carroçável, sem sinalização, e em determinados períodos do ano encontra-se em péssimas condições, sendo o seu melhoramento uma antiga reivindicação dos moradores. Devido à proximidade com Fortaleza, há várias opções de transporte (ônibus ou vans), com saídas diárias em horários diversos. A partir de Pindoretama é possível contratar serviço de traslado. Atualmente, a comunidade é composta por aproximadamente 1.200 moradores.

Muitas são as histórias contadas sobre a origem do nome Batoque. Os mais velhos contam que o lugar antigamente era habitado por índios que eram conhecidos como Batocudos, daí o nome da comunidade. Batoque também é o nome dado à madeira branca, que depois de secar ao fogo é utilizada por indígenas como ornamentos, tanto no lábio inferior quanto nos lóbulos das orelhas. Outra versão para a origem do nome, e esta é mais conhecida na comunidade, seria de que devido aos movimentos das águas batendo nas margens do Rio Batoque, um som constante e muito alto era escutado por todos e os índios chamavam esse som de batuque. Com o passar do tempo e a influência da colonização portuguesa, o nome do lugar, numa referência ao barulho das águas do rio que batiam nas margens, passou a ser Batoque.

Através de narrativas dos moradores de Batoque constata-se que a partir de 1860, as primeiras famílias começaram a ocupar a comunidade:

Nessa época em Batoque tinha mais ou menos uma vinte famílias. Algumas delas, as mais antigas, eram: os Coko, os Miranda, os Piauí, os Bilina, os Carnaúba, os Pifani, os Viturino e os Pereira. Hoje ainda tem a família Pifani, Viturino, Pereira e Coko. (GOMES; VIEIRA NETO, 2010a, p. 10).

As primeiras famílias que residiram na comunidade realizavam a pesca artesanal e a agricultura de subsistência para garantir a sobrevivência. Nos relatos do ex-pescador se percebem as dificuldades de deslocamento (a pé ou através de animais) enfrentadas para realizar a troca dos alimentos, pois a prática da troca do excedente da produção era muito comum entre os moradores e as comunidades vizinhas, de acordo com depoimento de ex-pescador:

Logo quando cheguei ao Batoque, via meu sogro pescando e trazendo calão de peixe nas costas, não tendo para quem vender na comunidade. Ele ia para Pindoretama e Pratiús para vender o peixe ou trocar por outros alimentos, como a farinha de mandioca. Esse peixe era salgado ainda no mar, para agüentar todo o período da viagem. (GOMES; VIEIRA NETO, 2010a, p. 7).

Atualmente, as atividades realizadas pelos moradores estão ligadas à pesca artesanal no mar, no rio e na lagoa, à agricultura nas áreas de vazante, ao artesanato de renda de bilro e de quengas de coco. Existem, ainda, os pequenos comércios, bares e barracas de praia (Figura 13), que na sua maioria são de pessoas da comunidade, além do serviço de caseiros para os proprietários das segundas residências.

Figura 13- Comércios e Barracas em Batoque



Foto: Inara Borges, 2005.

A comunidade conta com um posto de saúde (Figura 14) que, quando há equipe médica, atende a demanda durante a semana; os casos mais graves são encaminhados ao hospital municipal. Há um posto policial (Figura 14), que apesar das condições precárias, realiza policiamento ostensivo, sendo intensificado aos finais de semana e dias de festa, quando aumenta o fluxo de pessoas na praia. Há uma escola de ensino fundamental, sendo que para concluir os estudos do ensino médio os jovens precisam se dirigir à sede do município.

Figura 14 - Posto de Saúde e Posto Policial em Batoque



Foto: Inara Borges, 2005.

O histórico de luta pela posse da terra na comunidade foi elencado por Lima (2002), em três importantes momentos: 1- 1983: Quando houve um grande confronto dentro da comunidade entre a polícia e os homens a serviço do Sr. Antonio Sales Magalhães, que já vinha realizando a prática da compra de coqueiros na comunidade²⁹. 2- As investidas do Sr. Domingos Miguel Antonio Gazinneo, que na busca de se aproximar da comunidade promoveu vários churrascos e distribuiu presentes, apresentando-se como dono de uma área da comunidade para construir um hotel cinco estrelas³⁰. 3- 1998: As iniciativas de Francisco Ivens e Sá Dias Branco e sua mulher, Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, que desejavam construir na área o Complexo Turístico Aquiraz Resort. Naquele momento a Reserva

²⁹ Algumas práticas podem ser apontadas como características de grilagem de terras e especulação imobiliária. A mais comum é a compra “desinteressada” de coqueiros nos espaços ocupados pela comunidade. Ao se tornarem donos dos coqueiros, o segundo passo é a construção da cerca e a partir daí a legalização do terreno.

³¹ Como resultado dos processos e petições, “a justiça reconheceu apenas a existência de uma posse, que o Sr. Miguel Gazzineo ainda mantém como segunda residência.” (LIMA, 2002, p. 148).

Extrativista foi pensada coletivamente como forma de colaborar para a manutenção das atividades desenvolvidas pela comunidade e a posse da terra.

É importante destacar que a Associação Comunitária dos Moradores do Batoque surgiu em 1989, a partir da necessidade de mobilização e busca de apoio. Atuaram junto aos moradores instituições, entre elas o CDPDH, CPP, na afirmação do direito de permanecer nas terras que historicamente são ocupadas pela comunidade e discordando das ações fraudulentas e desonestas empreendidas por aqueles que tentaram se apropriar, indevidamente, do território da comunidade.

A criação da RESEX do Batoque (Mapa 3), declarada em 05/06/2003, foi uma conquista histórica dos moradores que, desde o final da década de 1970 lutam contra a especulação imobiliária e pelo direito à terra. A Resex é considerada um instrumento de gestão ambiental que pode colaborar para “manter a preservação e conservação do meio ambiente, a sustentabilidade social e a garantia do espaço territorial dos batoqueiros.” (COELHO, 1999, p. 42). Batoque foi a primeira Unidade de Conservação (UC) a ser reconhecida no Ceará e caracteriza-se pelas práticas ecológicas de uso e exploração que os batoqueiros estabelecem com a terra, a lagoa e o mar, em seus 601 hectares.

Atualmente, os moradores do Batoque vêm discutindo, junto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)³¹, a formação do Conselho Deliberativo da RESEX. A primeira reunião para esclarecimentos sobre a escolha e funcionamento da equipe de trabalho para a composição do referido Conselho ocorreu em 10 de dezembro de 2010, na escola do Batoque, e contou com representantes da Associação dos Moradores, pescadores, agricultores, pedreiros, grupos de artesanato, turismo e barraqueiros³².

³¹ Para dar ênfase à conservação na gestão ambiental federal, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o mais novo órgão ambiental do governo brasileiro, criado pela Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. Com a atribuição de realizar a gestão de 304 Unidades de Conservação (atualmente), propor a criação de novas áreas protegidas e apoiar aproximadamente 500 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), a instituição ainda é responsável por definir e aplicar estratégias para recuperar o estado de conservação das espécies ameaçadas por meio dos Centros Especializados de Pesquisa e Conservação. O ICMBio é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Essas informações estão no *site* Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/menu/institucional>>.

³² Apesar de todos os esclarecimentos e debates realizados durante a reunião para a formação do Conselho Deliberativo da RESEX do Batoque, não foi definido o grupo de trabalho que irá colaborar nas discussões para a escolha das entidades e grupos que irão compor o Conselho. Ficou o encaminhamento que em reuniões internas da comunidade, mobilizadas pela associação de moradores, o grupo definirá os nomes para a equipe de trabalho.

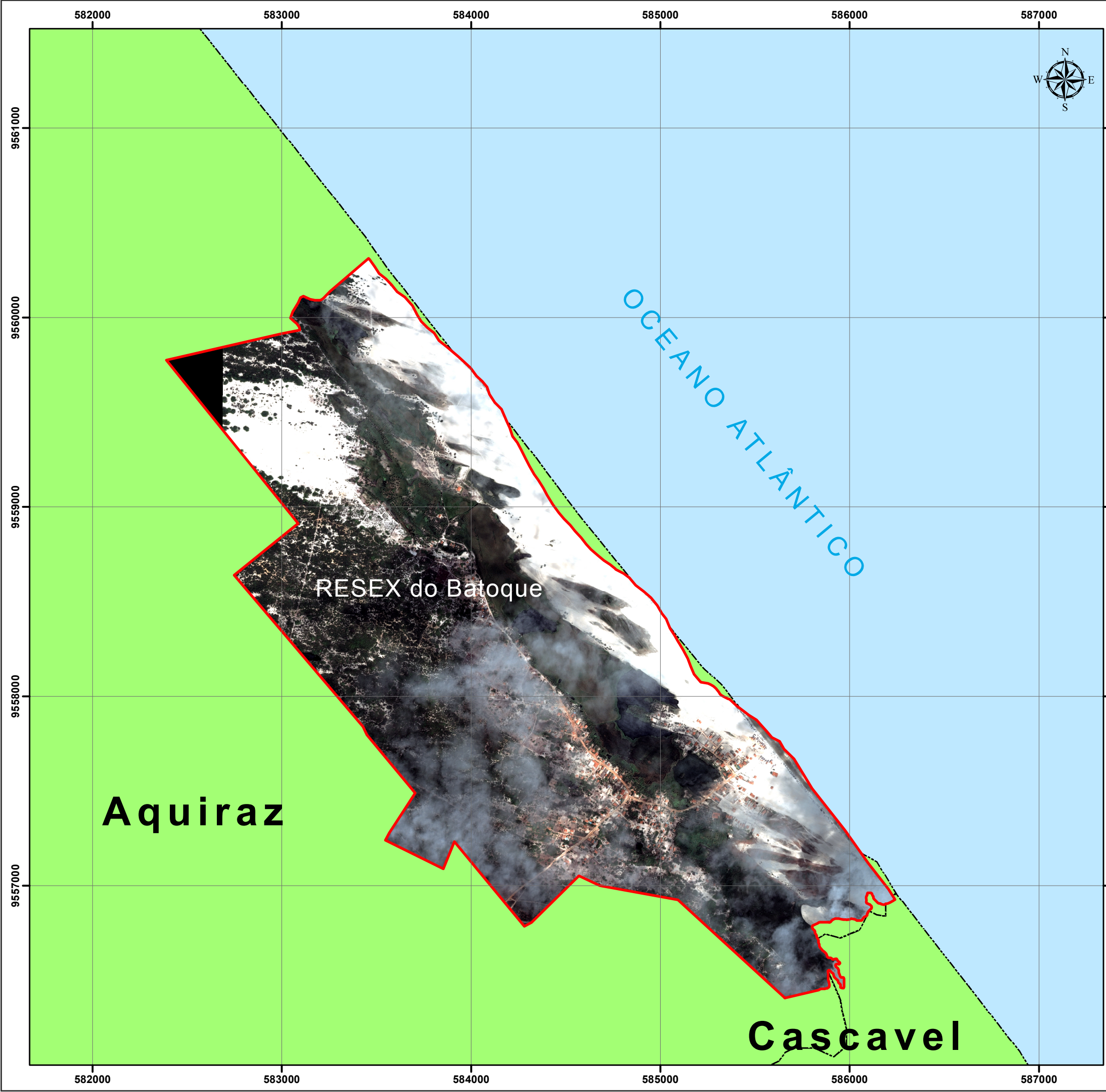
É importante ressaltar que existem divergências na comunidade quanto à criação da RESEX e ao papel do ICMBio, pois alguns moradores chegam a declarar que a criação da reserva “não melhorou em nada a nossa vida, pelo contrário, hoje até para tirar uma pá de terra tem que pedir para o Chico Mendes.” Em oposição, outros moradores acreditam que “se não fosse a criação da RESEX, não teria mais batoqueiro nenhum morando aqui, pois os resorts já teriam ocupado a praia, e atrás de dinheiro muitos batoqueiros já teriam vendido suas casas também.”³³

Isso demonstra as divergências internas com relação ao uso e apropriação da terra, onde o conflito se apresenta com mais dureza, pois quando o inimigo é externo à comunidade, a solidariedade e a luta são objetivos comuns, fortalecendo os laços de luta coletiva. Quando as divergências ocorrem no plano da comunidade, com parentes e amigos em condições opostas, a dificuldade de articulação e negociação para o apoio às atividades comunitárias são prejudicadas, como mostra Lima (2002, p. 168):

No geral, o resgate histórico mostra posições antagônicas: se uma parte significativa dos moradores questiona os interesses e as estratégias dos grileiros, especuladores imobiliários e intermediários, outra parte acredita em discursos que falam das boas intenções e que os empreendimentos turísticos vão trazer o progresso, gerar emprego e renda, e, há, também, alguns que em razão de interesses pessoais aliam-se a favor de quem as comunidades estavam lutando contra.

Apesar da participação da comunidade na Rede Tucum desde 2007, e das constantes tentativas de aproximar os moradores e grupos organizados no debate sobre o turismo comunitário, através de eventos, rodas de conversa e oficinas temáticas, realizadas na comunidade, o que se constata é a desarticulação do GTCL.

³³ Fragmentos colhidos em diversos momentos do trabalho de campo realizados na comunidade.

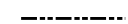



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
 CENTRO DE CIÊNCIAS
 DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
 TRABALHO DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA
 EM GEOGRAFIA

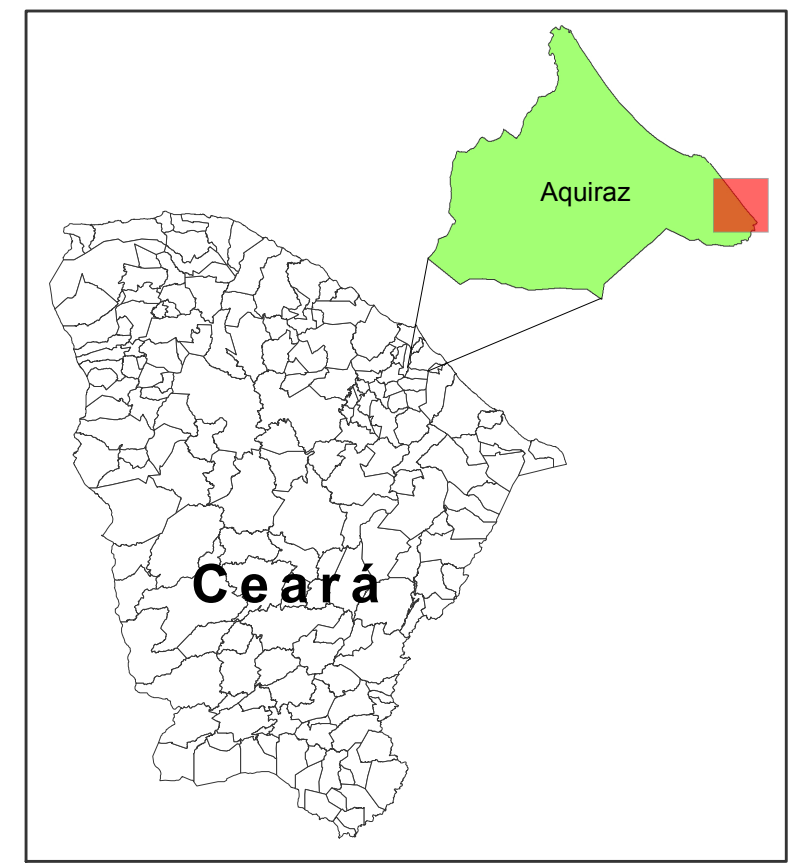
Autora: Débora Raquel Freitas da Silva
 Orientadora: Maria do Céu de Lima

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA RESEX DO
 BATOQUE - AQUIRAZ - CE

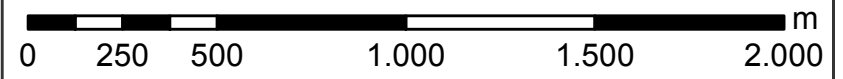
Convenções Cartográficas/Legenda

-  Limites Municipais
-  Limites da RESEX do Batoque

Mapa de Localização



Escala 1:20.000



Sistema de Coordenadas: Universal Transversa de Mercator
 Projeção: UTM
 Datum Planimétrico Geocêntrico: WGS 84 - Zona 24 Sul
 Fonte: Imagens do Sensor QuickBird Ortorretificadas
 Fusionadas (bandas multiespectrais com resolução
 de 2,40 m fusionadas com banda pancromática de 0,60 m).
 Base cartográfica do IPECE e os limites da Resex do ICMBio.

A fragilidade é evidente: a Pousada Comunitária Marisol (Figura 15) é o único equipamento turístico conveniado à Rede Tucum. Possui restaurante e quatro quartos equipados com cama de casal e solteiro, espaço para uma rede e banheiro privativo. Ela foi construída e mobiliada a partir de recursos captados pelo projeto de turismo comunitário, financiado pela Associação Tremembé Onlus. A partir do acordo estabelecido, o projeto custeou as despesas com o material de construção e a mobília e a contrapartida da comunidade foi a mão de obra. As dificuldades de articulação e mobilização dos participantes comprometeram a inauguração do prédio, que só aconteceu um ano depois do início da sua construção, o que reduziu ainda mais a participação dos moradores.

Como havia uma participação muito grande da comunidade nas reuniões sobre a construção da pousada, em torno de 50 pessoas, e a necessidade de um local para os turistas se hospedarem, o Batoque foi contemplado com a aprovação do projeto, financiado pela Tremembé Onlus, para construção de uma pousada comunitária. (Depoimento de Mônica Bonadiman, assessora da Tremembé Onlus, 2010).

Figura 15 - Pousada Comunitária Marisol em Batoque



Foto: Inara Borges, 2010.

Atualmente, participam do grupo apenas dois moradores, que enfrentam dificuldades para dar conta da coordenação e da gestão da pousada. Mesmo com a sobrecarga de trabalho, revezam-se na recepção, no acompanhamento dos turistas e na tentativa de fazer funcionar o grupo de turismo. Dos relatos dos moradores ainda envolvidos com a proposta em pauta depreende-se que o processo de implementação da atividade em Batoque foi de bastante diálogo, pois a atividade do turismo comunitário traz consigo uma nova postura em relação à organização

comunitária, que exige dos participantes a sensibilidade para a realização do trabalho cooperado. Essa proposta exige que os interesses do grupo sejam colocados acima dos interesses individuais, o que em parte não foi compreendido por alguns moradores que, desmotivados, optaram por se afastar do projeto. A falta de apoio por parte da associação de moradores e de grupos organizados nas ações promovidas pela Rede Tucum é, também, identificada como causa da desmobilização para a realização das atividades de recepção dos turistas.

Algumas ações na tentativa de colaborar com a reestruturação interna do GTCL estão sendo realizadas, como oficinas sobre as propostas do turismo comunitário, cursos de capacitação da oferta do serviço turístico, incentivo à abertura do diálogo entre o GTCL e os demais grupos organizados da comunidade, como a Associação de Moradores e o Grupo de Artesanato, compreendendo que a cooperação entre tais grupos pode render novas experiências e proporcionar a rearticulação e o fortalecimento dos movimentos da comunidade.

3.4 Ponta Grossa – Icapuí: entre o mar e as falésias a construção do turismo comunitário

A comunidade de Ponta Grossa, distante 170 km de Fortaleza, tem acesso pela CE 040 e pela BR 304, e é localizada no município de Icapuí. Possui uma população de 250 moradores distribuídos em 64 famílias. Duas empresas de ônibus interurbano disponibilizam vários horários diariamente, com saída da Rodoviária de Fortaleza para Icapuí. Ao desembarcar é possível contratar um traslado para percorrer o último trecho de 10 km que separa a comunidade da sede do município. Durante esse percurso não se percebem placas de sinalização indicando o caminho e a distância para Ponta Grossa, restando ao turista perguntar aos moradores as coordenadas para chegar à comunidade. A única placa de sinalização é da Rede Tucum (Figura 16) e localiza-se na entrada da comunidade, divulgando a existência do projeto de turismo comunitário.

Figura 16 - Sinalização Rede Tucum em Ponta Grossa



Foto: Inara Borges, 2010.

Atribui-se a formação da comunidade à chegada da família Crispim, vinda do Estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente da cidade de Areia Branca, no século XIX. De origem holandesa, a família instalou-se nas terras onde hoje se encontra a comunidade devido à fartura e à qualidade da água que encontraram.

Segundo relatos dos moradores mais antigos, em alguns momentos as famílias que residiam na praia viram-se obrigadas a abandonar suas casas e procurar abrigo na parte superior da falésia, em razão do avanço do mar (registrado nos anos de 1924, 1970 e 1977). Quando a maré se distanciava os moradores retornavam, atraídos pelas boas condições para a atividade da pesca que existia no antigo lugar. Não há registros de moradores que tenham migrado.

Ponta Grossa é uma pequena comunidade que ocupa dois espaços distintos: a praia, onde se encontram as pousadas e equipamentos turísticos, e o alto da falésia onde estão as moradias. (Figura 17). O cenário é de uma beleza ímpar. Encanta os turistas e eleva a autoestima dos moradores do lugar, que se orgulham de não perceberem a presença de prostituição e o uso de drogas entre a juventude.

“A vida aqui é uma vida simples, de pescador, de comunidade que mora na beira da praia, onde a atividade principal ainda é a pesca. Viver aqui é viver nessa tranquilidade, nessa serenidade que é a praia e o vento do mar”. (Depoimento Morador da Comunidade, 2011).

Figura 17- Falésias em Ponta Grossa e Chalé Jabarana



Foto: Inara Borges, 2010.

Os primeiros conflitos pela posse das terras ocorreram em 1973, quando a área de cultivo da comunidade (onde havia pequenos roçados e plantações de caju e algodão) foi adquirida pela empresa “MARVIN AGRO-INDUSTRIAL S/A, que alega ter comprado todas as plantações da comunidade. Alguns venderam por bem e outros foram obrigados, a partir de ameaças.” (TERRAMAR, 2003, p. 58). Outro momento de tensão vivido com a referida empresa ocorreu em 1992, quando se constatou que a mesma havia comprado todas as terras próximas à comunidade, não havendo mais terrenos disponíveis para a construção das casas dos moradores. Várias manifestações foram organizadas, entre elas a que ocupou as terras adquiridas pela empresa, que após reuniões e negociações decidiu pela doação de 19 hectares à comunidade.

A chegada da Igreja Assembleia de Deus, em 1975, difundiu uma cultura religiosa diferente da existente nas demais comunidades do entorno. Ali não existem festas religiosas tradicionais em homenagem aos padroeiros e santos, nem procissões no mar, como são vistas em outras comunidades pesqueiras. Hoje as festividades em Ponta Grossa são relacionadas a seminários, encontros e cultos.

A pesca artesanal é realizada na comunidade, com destaque para a pesca da lagosta, muito apreciada pelos turistas. Além da pesca há pequenos comércios, tipo bodega, produção de artesanato de labirinto feito pelas mulheres, para complementar a renda familiar. Não há plantios e é comum a criação de pequenos animais, principalmente galinha e capote.

O turismo surge como uma importante atividade, promovendo a ocupação das famílias donas dos empreendimentos, além de aproximadamente 30 pessoas

que prestam serviços nas barracas. Estima-se que 70 moradores estejam envolvidos de alguma maneira com o turismo. No início, quando da chegada dos primeiros turistas, era comum a hospedagem ser realizada na casa dos moradores. Durante o período de permanência dos turistas a família se retirava da casa e abrigava-se em casa de parentes. Atualmente essa prática não existe mais na comunidade.

As primeiras iniciativas de organização comunitária ocorreram em 1989, quando um grupo decidiu solicitar algumas melhorias de infraestrutura básica na comunidade junto à Prefeitura Municipal de Icapuí (PMI). Nesse primeiro momento era apenas um grupo de moradores. Depois fundaram, em 1993, a Associação dos Moradores de Ponta Grossa (AMPG), que desde então tem colaborado na reivindicação nos direitos dos moradores, principalmente no que se refere ao enfrentamento das ameaças pela posse da terra. Reconhecendo a importância da organização comunitária, outras associações foram sendo articuladas. Hoje funcionam, além da AMPG, Associação Pesqueira e Associação de Cultura Neo Pindu e a Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (ASTUMAC), principal parceira das ações da Rede Tucum na comunidade.

A ASTUMAC é formada por 40 sócios ativos, principalmente por barraqueiros e donos das pousadas que se articulam para definir a instalação de novos empreendimentos turísticos e a melhoria de infraestrutura e dos serviços oferecidos. Para a manutenção da associação foi criado um pequeno fundo rotativo, com contribuição mensal de 5% sobre a arrecadação do empreendimento. Parte desse recurso também é destinada para custear as despesas de deslocamento dos participantes dos encontros e assembleias da Rede Tucum e a outra parte garante o pagamento das despesas para a manutenção da sede.

A estrutura de hospedagem turística é formada por propriedades familiares individuais, que se dividem em chalés e pousadas:

- 1 - Chalé Canaã: capacidade para quatro pessoas, equipado com cama de casal e cama, uma rede e banheiro privativo;
- 2 - Chalé Jabarana: capacidade para quatro pessoas dormirem de rede, pois não tem mobília; banheiro privativo;
- 3 - Chalé Pinzon: capacidade para quatro pessoas dormirem de rede, pois não tem mobília; banheiro privativo;
- 4 - Chalé Esperança: capacidade para quatro pessoas, equipado com cama de casal, uma cama de solteiro, uma rede e banheiro privativo.

5 - Pousada Crispim: possui cinco quartos todos, equipados com cama de casal e cama de solteiro, uma rede e banheiro privativo;

6 -Pousada Canaã: possui cinco quartos todos com banheiro privativo, equipados com cama de casal, cama de solteiro e uma rede;

7 - Pousada Ponta Grossa: possui três quartos equipados com cama de casal e cama de solteiro, todos com banheiro privativo.

Além das hospedagens existem três barracas de praia (Pantanal, Canaã e Sidrak) (Figura 18) que, juntas, têm capacidade de servir 270 pessoas. O prato principal servido é a lagosta (assada, ao molho ou frita empanada), sendo um grande atrativo para visitantes da região.

Entre os passeios mais realizados pelos turistas estão a trilha ecológica (caminhada por cima das falésias) (Figura 19), o passeio de barco e a visita à Associação de Cultura Neo Pindu (onde são guardados vestígios coletados principalmente na praia, da passagem das etnias indígenas Tremembé, Batoque e Jenipapo). Todos os passeios são acompanhados por guias locais, formados a partir do projeto coordenado pela Fundação Brasil Cidadão, que capacitou 25 jovens da comunidade.

Figuras 18 e 19 – Barraca Canaã em Ponta Grossa e a Trilha Ecológica em Ponta Grossa.



Foto: Inara Borges, 2010.

3.5 Jenipapo Kanindé - Aquiraz: o turismo comunitário fortalecendo a cultura indígena no Ceará

A comunidade indígena Jenipapo Kanindé localiza-se no município de Aquiraz, a 50 km de Fortaleza, pela CE-040. Apenas uma linha de ônibus interurbano faz o percurso Fortaleza-Iguape, com vários horários durante o dia e, também, nos fins de semana. Do Iguape até a comunidade é possível agendar o traslado diretamente com a comunidade. A estrada de acesso é de piçarra, o que provoca grandes transtornos e limita o acesso dos visitantes, pois não raro ela se encontra em péssimas condições, que se agravam durante o período de chuvas. Devido à falta de sinalização os moradores improvisaram placas na entrada e no centro da comunidade (Figura 20), que é formada por 302 moradores, distribuídos em 76 famílias.

Figura 20 - Placa da Rede Tucum em Jenipapo Kanindé



Foto: Inara Borges, 2010.

Os desafios enfrentados pelos Jenipapo Kanindé são anteriores à década de 1970, quando a comunidade relata o preconceito sofrido e a intimidação à qual foi submetida, perdendo, inclusive, a herança linguística devido ao fortalecimento do discurso de que no Ceará não haveria índio. Uma cultura de discriminação foi incentivada na sociedade, restando aos povos indígenas se submeterem para sobreviver.

Era hábito a comunidade conviver entre si sem o uso de roupas, não havendo malícia ou despertar de interesse sexual. A qualquer hora, homens, mulheres e crianças eram vistos nus. Segundo os moradores mais antigos, os Jenipapo Kanindé são resultado da união de cinco etnias: Paiacu, Tapuio, Cabeludo, Jenipapo e Kanindé. Dos encontros e desencontros deles surgiu a identificação com o nome Jenipapo Kanindé, que permanece até hoje.

Na memória dos moradores mais antigos ainda é recorrente a lembrança dos tempos em que os Cabeludos da Encantada, como eram chamados os Jenipapo Kanindé, eram reconhecidos pelas ruas do Iguape. Tinham esse nome devido aos modos rústicos com que se relacionavam com as pessoas de fora da comunidade e ao corte de cabelo que todos usavam, pois “não havia cabeleireiros na comunidade, nós pegávamos uma tesoura e usa[vamos] uma cuia de melancia para dar o modelo do corte”. (Liderança da comunidade de Jenipapo Kanindé, 2010).

Quando interrogada sobre como se descobriram índios, a liderança evidencia no relato informações sobre o modo de vida e os costumes do povo:

Nós comíamos com a mão, cozinhávamos em panela de barro que nós mesmo construíamos, a casa era de palha, sem quarto, sem nada! Nós dormíamos de rede e quando uma mulher estava para parir, era feita uma cama de madeira, a partir do entrelaçar das varinhas com as forquilha e o colchão era feito de junco, uma vegetação que dá na lagoa. (Depoimento Liderança, 2010).

Atualmente, a economia local está baseada na agricultura, na pesca, no artesanato e na coleta de sementes e frutas da estação. A coleta de caju, murici, manga, coco e outras frutas ocorre em períodos específicos do ano. Plantam mandioca o ano todo e no período das chuvas cultivam milho, feijão, batata-doce, jerimum, maxixe e hortaliças. Os homens fazem trançados de cipó e palha de carnaúba, na forma de cestos, chapéus e caçuás (cestos longos para cargas), além de tarrafas e redes de pesca. As mulheres são exímias rendeiras e fazem louça de barro.

Na comunidade existem quatro equipamentos de serviço público básico, compreendidos como uma conquista para a melhoria da sua qualidade de vida: 1- Centro de Referência e Assistência Social Indígena (CRAS); 2- Posto de Saúde; 3- Escola de Ensino Fundamental dos Jenipapo Kanindé; e 4- Sala de Assistência Jenipapo Kanindé. Após o autorreconhecimento da etnicidade indígena, o maior

desafio é o do reconhecimento da terra, pois a especulação imobiliária, as agressões ao meio ambiente, em especial à Lagoa Encantada, são motivos de conflitos e brigas judiciais. O principal deles é com a empresa Ypióca Agroindustrial Ltda, que é alvo de denúncias ao promover a poluição das águas da lagoa e fazer bombeamento ilegal para irrigação da monocultura da cana-de-açúcar, “prejudicando o abastecimento, a pesca e a agricultura de subsistência das comunidades que margeiam a Lagoa, em detrimento dos serviços ambientais de fundamental importância para a qualidade de vida dos índios Jenipapo Kanindé.” (CASO JEOVAH..., 2010).

Instituições como a Pastoral Indigenista, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Centro Popular de Defesa dos Direitos Humanos Frei Tito têm prestado assessoria e buscado, através de ações na justiça, garantir o reconhecimento da existência dos índios Jenipapo. Através da organização local os moradores formaram o Conselho Indígena Jenipapo Kanindé e a Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo Kanindé. (AMIJK).

Participante da Rede Tucum desde 2007, o GTCL é ligado à AMIJK e ao Conselho Indígena, onde são levadas as demandas e os debates que precisam de aprovação da comunidade. É formado pela equipe de coordenação (um membro), guia (dez membros) e cozinha (cinco membros). A participação dos moradores nas atividades ocorre de maneira rotativa e de acordo com o fluxo turístico.

O ponto forte do turismo na comunidade hoje são as trilhas e as refeições, sendo que a Pousada Comunitária Toca dos Encantados (Figura 21) está sendo construída com recursos do Edital dos Amigos da Prainha do Canto Verde. Junto com a pousada foram reformados os espaços que receberão o refeitório, o Museu do Índio e o Cantinho do Jenipapo.

Figura 21 - Pousada Toca dos Encantados em Jenipapo Kanindé



Foto: Inara Borges, 2010.

As trilhas foram elaboradas a partir do projeto Educação Integral para a Sustentabilidade e o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na Terra Indígena Jenipapo Kanindé, com cinco opções de trilhas que variam entre 1 km e 10 km. A maior contribuição que as trilhas proporcionam aos visitantes e moradores é a troca de saberes e modos de fazer específicos da comunidade. A atuação dos jovens como guias é vista pelos moradores como algo positivo, garantindo o envolvimento da juventude em atividades sadias e que proporcionam a descoberta de uma vasta riqueza ambiental. “O projeto ajudou os moços que, sem perspectivas, se entregavam à bebida e pensavam em deixar a aldeia. Agora, todos estão conscientes da necessidade de preservar”, afirma a moradora e professora e comunidade.

Como infraestrutura voltada para o atendimento turístico pode-se enumerar:

1 - Centro de Artesanato Tio Odorico: espaço onde ocorrem os eventos da comunidade. Tem capacidade para receber 80 pessoas e conta com dois banheiros na sua estrutura. Não são disponibilizados equipamentos multimídia, ficando a cargo dos organizadores do evento. (Figura 22).

2 - Refeitório Cantinho do Jenipapo: com cardápio variado é a referência em serviço de alimentação para os visitantes. Oferece, entre outros serviços, café da manhã com alimentos típicos (que fazem parte da alimentação dos moradores) e que são produzidos no local, como macaxeira, tapioca, bolo de batata, ovos de galinha caipira etc. Já o almoço é feito pelo grupo de cozinheiros e são servidos pratos da

culinária regional, como galinha-caipira, peixe do mar (serra) e da lagoa (cará tilápia), baião de dois com batata-doce. Os horários das refeições ficam a critério do visitante. (Figura 22).

3 - Museu do Índio Jenipapo Kanindé: Como um dos resultados do Projeto Historiando, foi organizado um pequeno acervo que retrata as histórias e as memórias da comunidade e resgata a importância do patrimônio cultural dos povos indígenas. A inauguração do Museu aconteceu com a exposição “Uma história sobre os Cabeludos da Encantada” e reuniu vários moradores e lideranças políticas do Estado.

Figura 22 - Refeitório Cantinho do Jenipapo e Galpão de Artesanato Tio Odorico



Foto: Inara Borges, 2010.

Dependendo das datas escolhidas para visitação   possível compartilhar com a comunidade as festividades locais. Além do tradicional Dia das Mães, as festas juninas e a comemora o pela Independência do Brasil, em setembro, que envolve diretamente a participa o da escola, e as comemora es da Festa do Marco Vivo são momentos que demonstram a força empreendida na resistência pela garantia da terra e reflexão sobre as estratégias de fortalecimento dos grupos organizados.

A primeira edi o da Festa do Marco Vivo ocorreu em abril de 1999, quando um grupo de lideranças Jenipapo Kanindé resolveu dar início a essa a o e convidar outras etnias (como os Tapeba, Pitaguaris e Trememb s) para esse momento sagrado. Durante a festa cantam-se músicas indígenas e realiza-se a “dança do tor m com v rtice”, cocar, colares, “maracá”. Na ocasião também   servido o “mocorr ” feito pelos  ndios. Geralmente   realizada uma programa o

cultural e a tradicional caminhada pelos limites da reserva, que termina com o plantio do marco vivo (truncos de imburana), árvore típica da comunidade.

3.6 Assentamento Coqueirinho - Fortim: no cultivo coletivo da terra, a valorização dos saberes e costumes realizando o turismo comunitário

O Assentamento Coqueirinho localiza-se no município de Fortim, a 135 km de Fortaleza, com acesso pela CE 040. A chegada ao assentamento é parcialmente garantida por duas empresas de ônibus, com horários variados e diários até Fortim. O trecho final da viagem (5 km de estrada carroçável) para quem não está de transporte próprio requer transporte alternativo, sendo possível agendar o traslado diretamente com a comunidade. Importante destacar que durante o trajeto apenas duas placas de sinalização da Rede Tucum informam o acesso à comunidade. Segundo dados da Associação Cooperativista do Projeto Assentamento Coqueirinho (ACOOPAC), a comunidade possui 61 famílias, entre agregados e assentados.

O Assentamento Coqueirinho é um projeto de reforma agrária criado pelo Governo Federal, em 23 de agosto de 1995, com área total de 1.473 hectares, sendo 20% (25 hectares) de proteção permanente, às margens do Rio Jaguaribe. Na chegada dos primeiros moradores, vindos da comunidade do Pedregal, do município de Aracati, a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte garantiu a alimentação para as famílias durante o primeiro mês. A hospedagem deu-se nas poucas estruturas existentes: cinco casas, dois galpões e uma estrebaria, que foram sorteadas entre as famílias, ficando as demais habitando em lonas até a chegada do recurso para a construção das moradias.

A lembrança dos moradores desse tempo difícil, quando apenas trator chegava ao assentamento devido às condições na estrada, a dificuldade para garantir alimentação (os moradores tiveram que se alimentar com caldo de sebo, uma mistura de sebo, rapadura e farinha), demonstra a persistência em transformar a antiga fazenda de cavalos num lugar de memória coletiva, fruto da vivência de seus moradores.

A ocupação do terreno se deu através da criação de duas agrovilas (Coqueirinho I e Coqueirinho II). Por decisão dos próprios moradores resolveram se

separar e assim garantir uma maior segurança quanto à ocupação das terras e à entrada de caçadores. O primeiro plantio ocorreu em março de 1996, sendo cultivados em regime de mutirão 17,5 hectares de mandioca, produzindo 120 sacas de farinha.

A chegada da energia elétrica foi 1998, e a partir desse fato a comunidade começou a se reunir para realizar as comemorações e festejos. Dentre as manifestações culturais mais presentes estão os festejos juninos, com a realização de arraial em homenagem aos santos. Há quadrilhas e forró pé-de-serra, além das brincadeiras ao redor da fogueira e das comidas típicas.

A Escola de Ensino Fundamental do Coqueirinho foi construída pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e recebe os alunos até a 4ª série do ensino fundamental. Para completar o ensino fundamental, os alunos são encaminhados à comunidade Mundo Novo, em transporte escolar garantido pela Prefeitura Municipal de Fortim (PMF1). Para concluir o ensino médio o aluno se dirige até a sede do município. Na comunidade não existem posto de saúde e posto policial. Em caso de necessidade a comunidade e o turista terão que se deslocar até Fortim (12 km). O posto policial que atende à comunidade também é localizado em Fortim. A falta de tais equipamentos pode ser apontada como um empecilho à oferta do produto turístico.

Atualmente, conta com telefone público, salão para reuniões e projeção, energia elétrica, casa de farinha, restaurante e seis chalés, onde moradores e visitantes entram em contato com a cultura e os sabores da culinária regional, sendo os visitantes convidados a vivenciar um jeito diferente de fazer turismo.

No Assentamento Coqueirinho existem quatro Associações: a ACOOPAC, fundada no dia 6 de dezembro de 1995, na implantação do Assentamento. Em 1996 surgiu a Associação dos Parceleiros Individuais do Assentamento Coqueirinho (APIAC), que resultou de divergências internas quanto ao uso da terra e foi fundada em 12 de setembro de 1996, contando com 25 assentados. Fruto de uma nova divisão na APIAC surgiu posteriormente a APAC (Associação dos Produtores do Assentamento Coqueirinho). A quarta associação ainda está em processo de eleição de sua diretoria e não foi definido um nome para a organização. O principal motivo apontado pelos moradores para as divisões na organização comunitária local é a forma de uso e exploração da terra, principalmente no que se refere à posse, pois

parte dos moradores defende o trabalho e a posse coletiva, enquanto outra parte prefere o trabalho e a posses individuais.

O sistema produtivo no Assentamento caracteriza-se pela atividade extrativa, como da palha da carnaúba, pela prática de agricultura de subsistência e pela criação de animais, especialmente a ovinocaprinocultura. Sobre a produção coletiva em parcelas é destacada a utilização da agricultura de sequeiro (acentuando a vulnerabilidade e dependência em relação às variações climáticas), com destaque para a produção de frutas, que garantem o abastecimento dentro do assentamento e em comunidades vizinhas:

Conta com uma área de 8,0 ha. de cajueiro anão precoce com uma produção anual, aproximada, de 6.800 kg e 3,0 hectares de horta orgânica para o abastecimento do restaurante e venda na comunidade e municípios vizinhos. Exploram também culturas de sequeiro como: feijão, milho e mandioca contemplando em média de 1,0 ha. por família. Possuem criação de caprinos e ovinos e atuam também na área de apicultura. (INCRA, 2008, p.12).

Tendo em vista essa realidade, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) caracterizou, em 2004, o sistema produtivo no qual o Assentamento Coqueirinho está envolvido como muito frágil, conforme Plano de Recuperação do Assentamento Coqueirinho (PRA):

Esse sistema não tem condições de sustentação, pois, primeiramente, ele é pouco diversificado e isso aumenta grandemente os riscos de perdas por parte dos produtores. Os plantios dependem somente das chuvas e os solos, pouco férteis, estão sendo utilizados, e recebendo em contrapartida apenas o esterco deixado pelos animais que pastam durante o verão todo nas áreas de plantio. A parte agrícola não tem nenhuma cultura de caixa que garanta aos assentados uma produção além dos produtos para subsistência. (Secretária de Desenvolvimento Agrário, 2004).

Apesar das dificuldades, descobriram novas maneiras de cultivar a terra. Hoje desenvolvem sistemas agroflorestais, banco de sementes, apicultura, trilha ecológica e cultivo de produtos orgânicos e diversas espécies frutíferas que são utilizadas no preparo dos alimentos das próprias famílias e dos turistas que visitam o Assentamento, além da comercialização na Bodega Nordeste Vivo e Solidário.

Em 2003, surgiu a proposta de inserir dentre as atividades realizadas no assentamento o turismo comunitário. No começo as reuniões eram acompanhadas pela Cáritas e pela ONG Tremembé Onlus, que trouxe os primeiros turistas italianos e que hoje em parceria com a Associação Caiçara de Promoção Humana,

acompanha as atividades do turismo na comunidade. Como afirmação do saber-fazer turístico dos moradores, em 2004, durante a elaboração do Plano de Recuperação do Assentamento Coqueirinho (PRA), o turismo comunitário foi apontado como uma das atividades que integravam o sistema produtivo na comunidade, sendo a experiência reconhecida como única de turismo em assentamento de reforma agrária no Ceará.

A importância e colaboração do turismo na dinamização das atividades produtivas do Assentamento são destacadas pelos envolvidos na realização da atividade como diversificação das atividades que geram renda. Em 2008, demonstrando a consolidação do turismo como atividade complementar de renda, foi solicitado, por parte da ACOOPAC, ao Governo do Estado, através do projeto São José II, que fosse realizado um projeto de infraestrutura e recuperação ambiental.

Os associados do Assentamento Coqueirinho vem empreendendo no PA um projeto ligado ao Turismo Rural Comunitário, que conta com uma estrutura de hospedagem e alimentação, no contexto do Turismo Solidário, vem recebendo periodicamente grupos de turistas nacionais e oriundos da Europa (Itália, Alemanha, França) que vem à procura da comida típica regional, oferecida na sede do assentamento, necessitando esse projeto de uma ampliação da estrutura de serviços turísticos e de recuperação ambiental. (INCRA, 2008, p.15).

Atualmente seis chalés (Figura 23), cada um com capacidade para abrigar até quatro pessoas, conveniados à Rede Tucum, são disponibilizados aos turistas. Quanto ao restaurante (Figura 23), a capacidade de atendimento é de, no máximo, 40 pessoas. Os pratos oferecidos no cardápio apresentam produtos diferenciados das demais comunidades da rede. Um traço característico da cultura do assentamento é a culinária tradicional, com pratos da cultura regional, como galinha-caipira tradicional, galinha ao molho e à cabidela, feitos pelas moradoras e que podem ser apreciados pelos visitantes, além de outros quitutes como bolo de milho, macaxeira e batata, servidos no café da manhã.

A comunidade conta com estrutura de auditório disponível para eventos com capacidade para 60 pessoas. Há possibilidade de servir lanches, com prévio agendamento com a comunidade. O aluguel de equipamentos de mídia como data-show e microfones, projetores e som também podem ser acordados com a comunidade, que dispõe de todos esses equipamentos.

Como forma de proporcionar ao turista uma maior interação e diversificar as possibilidades de atrativos turísticos foi elaborada uma trilha ecológica, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará, através do projeto “Implantação de uma Trilha Ecológica no Assentamento Coqueirinho para o Desenvolvimento do Ecoturismo”. Nela podem ser observadas árvores nativas da vegetação de caatinga como: catingueira, juazeiro, imburana, murici, pitanga, entre outras. A capacidade de suporte da trilha é de 20 pessoas por passeio, podendo ser realizada duas vezes por dia. Os guias são moradores que receberam formação específica para acompanhar os visitantes durante esse passeio. A trilha tem duração de 1 hora e percorre aproximadamente um quilômetro. É comum ser oferecido o apoio de carro de boi caso algum turista não queira fazer o percurso de volta a pé.

Figura 23 - Restaurante e Chalé Sabor da Terra em Coqueirinho



Foto: Inara Borges, 2010.

Ao final da visita são oferecidos (para venda) doce de leite e compotas de caju, produzidos com os frutos cultivados no assentamento. A sugestão é adquirir tais produtos como lembrança da visita realizada. Outro momento de trocas culturais acontece nas datas comemorativas, dentre elas o São João, com forró pé-de-serra, brincadeiras em torno da fogueira e quadrilhas que estimulam a permanência do visitante e o desejo de retornar e vivenciar os saberes e modos de fazer do assentamento e as suas tarefas cotidianas, buscando promover a difusão do modo de vida camponês.

É importante ressaltar o envolvimento das famílias na prestação do serviço turístico. Algumas colaboram de maneira direta com a oferta de hospedagem

e alimentação, outras na prestação de serviços como monitoria nas trilhas, nos meios para realização dos passeios (donos de carros-de-boi, cavalos, carroças) e na oferta da mão de obra, principalmente na cozinha, nos períodos de aumento do número de turistas.

Na participação indireta podemos relacionar os responsáveis pelo transporte e os fornecedores de produtos para os chalés e restaurantes, já que a maior parte dos alimentos consumidos no restaurante é produzida no próprio local, o que garante o envolvimento indireto de outras famílias na cadeia produtiva do turismo. Destacamos que a produção do assentamento não contém agrotóxicos, sendo mais um diferencial oferecido.

Através do envolvimento da juventude no projeto de turismo é possível promover o protagonismo juvenil na comunidade, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e capazes de compreender a importância da defesa dos seus direitos. O Núcleo Áudio Visual do Coqueirinho (NUAC) é um dos espaços de debate e ação da juventude, formado por quinze jovens da comunidade (das diversas associações) que têm entre quinze e vinte e cinco anos, sendo a maior presença feminina. O objetivo é promover a capacitação para realização de filmagens e pequenos documentários. Entre outros trabalhos realizados pelo grupo estão as filmagens das experiências da produção agrícola em mandalas, bem como o registro de eventos da PMF e os promovidos pela Rede Tucum em outras comunidades.

O GTCL do Assentamento Coqueirinho é composto por pessoas da ACOOPAC (sendo a maioria e ocupando cargos de coordenação), da APIAC (com a participação dos moradores na prestação dos serviços de alimentação) e a da APAC (no fornecimento de produtos que abastecem o restaurante e os chalés). Devido ao fato de a maior parte dos envolvidos ser associada à ACOOPAC, a maior parte dos recursos fica entre os membros dessa associação. Quanto ao recurso arrecadado com o turismo, uma parte é destinada para cobrir as despesas do grupo, outra parte paga as diárias dos trabalhadores envolvidos com a prestação do serviço. 12% são destinados a um fundo coletivo no qual as ações do GTCL podem ser financiadas.

3.7 Caetanos de Cima – Amontada: na luta pelo direito ao território a afirmação cultural e o turismo comunitário

Caetanos de Cima é uma das três comunidades do Assentamento Imóvel Sabiaguaba e está localizada a 170 km de Fortaleza, pela CE 085, no município de Amontada. Duas linhas de ônibus partindo da Rodoviária de Fortaleza, diariamente, com horários diversos, garantem o transporte até as localidades mais próximas. Para chegar à comunidade percorrem-se os últimos 18 km de estrada carroçável, em péssimas condições. Durante todo o percurso não se percebe sinalização turística, apenas na praia da comunidade há uma placa da Rede Tucum indicando a existência do projeto de turismo comunitário. Segundo dados da Associação dos Pequenos (as) Agricultores (as) e Pescadores (as) Assentados do Imóvel Sabiaguaba (APAPAIS), a comunidade é composta por 46 famílias.

Atribui-se ao negro Caetano a origem da comunidade. Morador que no século XIX fixou-se na praia onde hoje se encontra a comunidade. Não se sabe de que localidade ele veio nem que fim levou. Sabe-se apenas que ele existiu e vivia do trabalho com a pesca e que por causa dele o lugar ficou conhecido como “Caetanos.”

Em verso os moradores contam a história do lugar:

Pelo o século XIX
Veja o que aconteceu
No lugar que habitamos
Certo homem pareceu
Era Caetano dos Santos
Este nome que lhe deu.

Ninguém sabia de onde veio
E qual a sua comunidade
Qual o seu interior
Ou a sua localidade
A região que nasceu
Sua naturalidade.

Mesmo Caetano dos Santos
Tendo desaparecido
O lugar ganhou seu nome
Pra todos tinha sentido
E hoje é bem divulgado
Pelo povo conhecido. (RODRIGUES; SOUSA: 2006, p. 14).

Entre as principais atividades desenvolvidas, atualmente, na comunidade estão a pesca artesanal, que é realizada com canoas e paquetes, e a agricultura de subsistência, principalmente a produção de mandioca que abastece as casas de farinha da comunidade, e que é matéria-prima para a elaboração de comidas típicas do lugar, a exemplo do grolado, servido como acompanhamento nas refeições. Há, também, a produção de doces com as frutas da estação (principalmente caju), e do artesanato, destacando-se a renda de bilro produzida pelo Grupo de Mulheres.

Na comunidade existe a Escola de Ensino Fundamental Maria Elisbania, conquistada em 2000. Outra conquista é o Ponto de Cultura Abrindo Velas, Pescando Cultura, local de encontro da juventude que disponibiliza acesso gratuito à internet. Através dele os jovens criaram o blog da comunidade, que disponibiliza informações sobre eventos e projetos. Não há posto policial nem posto de saúde.

O grande desafio vivido pela comunidade está na luta contra a especulação imobiliária e a ocupação irregular de suas terras. Desde 2002, as comunidades do Assentamento Maceió e a comunidade de Caetanos de Cima sofrem com as ações de especulação e grilagem de terras, questionando na justiça o título de propriedade do Sr. Júlio Trindade. O empresário português é dono da Fundação Pirata Marinheiros, que pretende instalar um empreendimento turístico no local, impedindo a população de desenvolver suas atividades tradicionais através de ações truculentas, como as relatadas a seguir:

Um clima de tensão e medo tem acuado os moradores de Caetanos de Cima, do Assentamento Rural do Imóvel de Sabiaguaba, no litoral oeste, no município cearense de Amontada. No último dia 29 de outubro de 2010, onze pequenas propriedades de agricultura familiar foram depredadas, tendo mais de 2.000 metros de cercas domésticas destruídas. A ação, segundo relatos dos moradores, provavelmente se trata de retaliação à organização comunitária contra a grilagem de terra na região... Isso é o que está acontecendo no Assentamento Sabiaguaba. Segundo relatos dos Assentados, o Sr. Otacio José empunhou arma de grosso calibre contra os que derrubavam as estacas ao redor da lagoa. O momento foi de extrema tensão diante das ameaças de morte que o especulador dirigia às famílias presentes na ação. Na madrugada do dia 30 de outubro de 2010, enquanto os Assentados dormiam, os cercados que guardavam os animais e protegiam as de agricultura familiar foram derrubados. Os prejuízos ainda estão sendo calculados, mas os comunitários afirmam compreender desde os animais de criação que fugiram, até cercas adquiridas com os recursos públicos de projetos do Incra, voltados para o desenvolvimento do Assentamento. (FÓRUM EM DEFESA..., 2010).

A organização das mulheres na luta contra as ações de especulação das terras e na perspectiva do fortalecimento da identidade feminina deu origem a um movimento que também busca a melhoria da autoestima do grupo. Possuidoras de força e conhecimento para promover a transformação do seu local e o autorreconhecimento como trabalhadoras da pesca, o grupo inicialmente chamado de “Encontro de Esposas” foi formado por 20 mulheres na faixa de 14 a 70 anos. Os temas de grande importância para a comunidade começaram a ser debatidos e as soluções conjuntas foram buscadas na tentativa de superar os problemas.

Os debates sobre a precarização da pesca artesanal, a ocupação e a degradação ambiental da zona costeira, a autonomia e sustentabilidade das comunidades, a compreensão da importância na participação na luta dos movimentos são temas atuais em Caetanos de Cima. Os encontros e oficinas, realizados inicialmente pelas irmãs de Notre Dame, colaboraram para a organização das mulheres estimulando os debates em torno da luta pela terra e pelo território. Outras instituições que colaboraram para a formação política da comunidade foram: Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Centro de Assessoria e Estudos do Trabalhador (CETRA), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e Instituto Terramar. Nesse contexto o grupo já se identificava com o nome Movimento de Mulheres, e uma das grandes conquistas dessa organização deu-se no ano de 1987, com a demarcação e reconhecimento das terras do assentamento.

Devido à grande participação da comunidade nos movimentos sociais pela defesa da zona costeira, o contato com diferentes realidades fizeram com que a comunidade de Caetanos de Cima optasse por uma forma de vida que se traduz na luta e no direito de permanecer no seu local, com o modo de vida que lhe é particular. Na lagoa (Figura 24) que fica nas terras do assentamento é comum ocorrerem manifestações, dentre elas a Festa da Terra (Figura 24), que é um momento de reflexão sobre a história e a memória da comunidade, que continua sendo afetada pela especulação imobiliária. Uma referência às lutas e aos conflitos, mas permeada pela comemoração diante dos sonhos e das conquistas coletivas.

Figura 24 – Manifestação na Lagoa da Sabiaguaba



Fonte: Caetanos... (2010).

A possibilidade de realização do turismo comunitário se deu através dos encontros com as outras comunidades que também atuavam nos movimentos sociais, sendo a experiência da Prainha do Canto Verde a que mais inspirou e incentivou. A entrada de Caetanos de Cima vem desde 2007, quando do lançamento da Rede Tucum. Desde então a participação nas tomadas de decisões em assembleias, bem como a colaboração do trabalho de coordenação (até o ano de 2010) proporcionou valiosas contribuições na construção da Rede. O turismo comunitário é entendido pela comunidade como o progresso que se quer, tornando-a sujeita construtora da sua história.

O turismo e o progresso entre nós está
Mas a vida das pessoas vale muito mais
Perguntamos com insistência, porque não conseguem ver
Que o progresso que queremos a gente é que faz! (Liderança Comunitária
de Caetanos de Cima).

Algumas ações para a organização interna na comunidade, bem como alguns cursos de capacitação foram oferecidos para tornar possível a acolhida dos primeiros visitantes em Caetanos. A realização de seminários, encontros e oficinas de planejamento estratégico durante o ano de 2007 fortaleceram, no âmbito comunitário, as potencialidades dos grupos de jovens e das mulheres (que se propunham a tomar a frente das ações). A realização do turismo na comunidade envolve cerca de trinta pessoas, entre coordenadores, donos de pousadas e brincantes.

O GTCL de Caetanos de Cima é formado pela coordenação que acompanha de maneira direta o grupo de hospedagem, cozinha, passeios, trilhas e de brincantes. O grupo de hospedagem é formado pela Pousada Toca dos Grauçás e Chalé Velejador dos Sonhos (Figura 25), além de hospedagens domiciliares.

A Pousada Toca dos Grauçás possui uma sala comum a todos os hóspedes, equipada com televisão, DVD e som. Conta com cinco quartos cada um com uma cama de casal, banheiro privativo e espaço para duas redes. É cercada por uma varanda, com espaço para redes. De acordo com o tamanho e as características do grupo hospedado, pode ser utilizada como local de dormida. Sua cozinha/restaurante tem capacidade para atender quarenta pessoas simultaneamente, além de servir o café da manhã para os turistas hospedados, oferece refeições baseadas em pratos típicos da culinária local como o grolado, o peixe assado na brasa e a sardinha, que além de ser servida nas refeições, no período de maior incidência desse pescado pode ser adquirida pelo visitante que desejar levar para casa.

O Chalé Velejador dos Sonhos tem como estrutura um quarto com cama de casal, uma antessala, varanda e banheiro privativo, com capacidade de hospedar quatro pessoas. O chalé serve as refeições na cozinha da família que é proprietária e que participa ativamente das lutas dos movimentos sociais. Nesse equipamento não se percebe a utilização da mão de obra de outros moradores da comunidade.

Figura 25 - Pousada Toca dos Grauçás e Chalé Velejador dos Sonhos



Foto: Inara Borges, 2009.

A equipe de cozinha é composta principalmente por mulheres que se reúnem para cozinhar os alimentos geralmente na Barraca das Mulheres (Figura 26).

São encarregadas da elaboração do cardápio para o visitante, bem como organizar a compra dos produtos.

Figura 26 - Barraca das Mulheres em Caetanos de Cima



Fonte: Lima (2010).

Quanto aos passeios e trilhas, há a participação de donos de transportes (jangadas, bois, cavalos e carroças), e os guias, jovens da comunidade que acompanham os grupos contando a história do seu lugar. Os principais locais visitados na comunidade são: a lagoa da Sabiaguaba, a praia e o campo de dunas.

O grupo de brincantes é formado pela Banda Brilho do Mar e o Grupo de Danças Raízes do Coco (Figura 27), formado pelos jovens da comunidade que elaboram repertório com músicas regionais e resgatam a dança do coco, típica da comunidade. Possuem figurinos próprios que ajudam a construir um imaginário de rusticidade dessa arte popular pelos contadores de causos, que contam anedotas e histórias do início da comunidade. Eles brincam, tocam e dançam, promovendo uma interação ainda maior com o momento da apresentação.

Figura 27 - Postal Dança do Coco pelo Grupo Raízes do Coco de Caetanos de Cima



Fonte: Rede Tucum... (2010).

É importante citar que esse processo de organização interna, apesar dos avanços que consegue mostrar, ainda está em fase de construção, com os processos de identificação dos moradores com o turismo comunitário se fortalecendo ou compreendendo a melhor forma de colaborar para o desenvolvimento das atividades e refletindo na entrada e saída de alguns membros do grupo. Compreender a existência da Rede Tucum em Caetanos é perceber a formação e continuidade do processo histórico de participação nas lutas pela melhoria de vida na comunidade e na zona costeira em geral, o que irá caracterizar e dar maior sentido às ações do turismo comunitário. As lideranças que foram formadas no movimento garantem que a busca do desenvolvimento coletivo e a resistência contra a especulação da terra sejam um traço marcante da comunidade, repassando para o visitante como um marco de vitória na resistência pelo direito à terra e ao território.

3.8 Curral Velho - Acaraú: entre o manguezal e a praia, a organização da comunidade na realização do turismo comunitário

Curral Velho localiza-se no litoral oeste do Ceará, mais precisamente no município de Acaraú, distante 220 km de Fortaleza, pela CE-085. Esse trajeto é realizado por apenas uma empresa de ônibus, que parte diariamente de Fortaleza

com horários pela manhã e pela tarde. Em Acaraú é possível contratar um serviço de transporte (táxi ou mototáxi), para percorrer os 4 km que separam a comunidade da sede do município, sendo a estrada asfaltada até o início da comunidade. Segundo dados da Associação de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho (AMPCV), a comunidade conta com aproximadamente 3.000 moradores.

Segundo registros da história oral, a ocupação do espaço onde hoje está a comunidade se deu em 1902, quando os primeiros moradores encontraram na Ilha da Imbrana (nome dado ao local onde hoje se encontra a comunidade), um lugar propício para viver, devido à possibilidade de ocupação das terras, à abundância de água e à fartura de peixes e mariscos. Atualmente conhecido como Curral Velho, o nome do lugar é atribuído aos currais de pesca utilizados pelos antigos moradores, que ao perceberem a fartura de peixes que o lugar oferecia (principalmente sardinha e xaréu), decidiram instalar os currais (Figura 28) como forma de capturar os peixes. Em uma ocasião os currais ficaram tão cheios que a notícia da boa pescaria se espalhou por toda a região, atraindo curiosos e compradores de outros locais.

[...] na época, eram muitos currais, e aí como haviam peixes, o pessoal de fora vinha comprar peixe, aí eles chegavam e diziam: “como é que estão os currais?”. Aí, o pessoal dizia: “tá velho, tá velho!”. E aí foi colocado, segundo os moradores mais antigos, o nome de Curral Velho, por causa dos Currais que aqui se encontram. (Depoimento morador de Curral Velho, 2010).

Figura 28 - Currais de Pesca em Curral Velho



Fonte: Gomes e Vieira Neto (2010d).

Na comunidade são desenvolvidas as atividades de pesca artesanal, agricultura, pequenos plantios e criação de animais (principalmente galinhas e capotes). A mariscagem e o artesanato são praticados pelas as mulheres e os jovens. O trabalho das rendeiras destaca-se com a produção de toalhas de mesa, bolsas, blusas e saias confeccionadas com renda de bilro.

No começo da manhã, durante os períodos de maré baixa, nas áreas do alagado e manguezal, as marisqueiras sentadas no chão (Figura 29), usando apenas uma colher e um balde realizam a extração de pequenos mariscos (principalmente caranguejo, camarão, siri, ostra e sururu), o que evidencia a estreita relação que a comunidade estabelece com o manguezal, justificando toda a luta realizada na defesa desse ecossistema, pois a segurança alimentar da comunidade acaba sendo ameaçada com sua degradação.

Figura 29 – Marisqueira de Curral Velho



Fonte: Inara Borges, 2009.

Devido à grande importância que o manguezal tem para a comunidade, os conflitos advindos pela instalação da atividade de criação de camarão em cativeiro, a carcinicultura³⁴, provocam grandes embates na comunidade. Em 1999, a construção das primeiras cercas para dois viveiros de camarão provocou o início da organização de quatro grupos (jovens, Igreja Católica e evangélica e o grupo de mulheres artesãs), que mais adiante articularam a formação da AMPCV.

³⁴ A criação de camarão em cativeiro tem se tornado uma das atividades mais lucrativas da aquicultura mundial e de maior crescimento nos últimos anos. No Brasil, a implementação e desenvolvimento da atividade seguiu os mesmos moldes das experiências internacionais (principalmente do sudeste asiático), onde a devastação dos ecossistemas marinhos provocou a poluição dos aquíferos, a mortandade de peixes e a expulsão das comunidades ribeirinhas que dependem do manguezal para se alimentar. Sobre o assunto consultar: Diagnóstico da Carcinicultura do IBAMA (2005).

No caso de Curral Velho, a instalação da carcinicultura aconteceu de forma violenta, com agressões na tentativa de impedir a derrubada do manguezal, como relata um morador de Curral Velho: “Ele chegou destruindo o mangue, de certo não concordemos, aí partimos para a luta. Ele fazia a cerca e nós cortávamos. Ele botava gente para trabalhar e a gente proibia e a questão foi aumentando.”

As investidas contra a comunidade não pararam, ao ponto de moradores sofrerem agressões e violências, como relata, ainda, o morador de Curral Velho: “Um fato marcou muito, sete pessoas se reuniram e foram à noite pra impedir as máquinas de abrir o canal, e já foi logo recebido a bala, aí uns foram torturados, outros foram ameaçados de morte.”

Com a assessoria do Instituto Terramar, as denúncias foram levadas ao conhecimento do Ministério Público Federal, outras ações de resistência foram articuladas por parte da comunidade, dentre elas a elaboração de cordéis sobre os “causos” da carcinicultura e a história de resistência e luta do lugar foram elaborados e se tornaram instrumentos de comunicação direta entre os próprios moradores e as demais comunidades que sofrem injustiças ambientais.

Vamos contar um pouco de nossa história
Que iniciou em noventa e nove
A nossa luta se iniciou assim
Contra carcinicultura
Trazendo tudo o que é de ruim

E o nosso povo que queriam expulsar
Resolveram entrar na luta
Para essa área preservar
Com união o povo se mobilizou
Com facão, machado e foice
O povo se preparou

Cortaram arame,
Estacas tocaram fogo
E o empresário dizia
Esse povo está louco!

E foi assim que conseguimos barrar
A tal carcinicultura
Aqui do nosso lugar
E foi assim que conseguimos evitar
Que cortassem todo mangue
Aqui do nosso lugar. (Autora: Mentinha, moradora da comunidade).

A preservação de uma parcela do mangue foi garantida com a construção do Centro de Educação Ambiental e Turismo Comunitário Encante do Mangue

(Figura 30) na área conhecida pelos moradores como Salgado. Justificam que foi mais uma forma encontrada pela comunidade para afirmar a posse do território e impor limites às ações de devastação geradas com a carcinicultura. “Eles queriam a área que a gente chama de salgado, pra poder matar o mangue, mas como a gente não deixou ele fazer no salgado, eles foram agredindo a natureza por dentro do mangue, e quando a gente cuidemo já tinha avançado o sinal por dentro do mangue, matando caranguejo e só tudo, derrubando os carnaubais”, ressaltou o morador.

Figura 30 - Centro de Educação Ambiental e de Turismo Comunitário Encante do Mangue



Fonte:

Disponível em: <http://www.oort.com.br/thinkquest/sites/00859/tur_ass.html>. Acesso em: 20 dez. 2010.

No Centro são oferecidos cursos de capacitação para jovens e adultos, acesso gratuito à internet, que tem garantido um contato com técnicas de aprendizagem diferenciadas e renovadoras. Para a realização da oficina “Audiovisual de mídias móveis”, financiada pelo Ministério da Cultura e Banco do Nordeste, foi adquirida uma câmera fotográfica e uma filmadora digital, incentivando os jovens a retratarem o seu dia a dia através do trabalho com a própria imagem. Outro momento marcante foi o Projeto Historiando de Curral Velho, que proporcionou junto aos jovens o resgate da história e da memória local, bem como a troca de saberes com os mais idosos.

A participação de Curral Velho na Rede Tucum se deu ainda em 2007, porém a ideia já vinha sendo amadurecida desde o ano anterior, quando houve uma crise na pesca artesanal e a comunidade percebeu que o turismo poderia ser uma forma de gerar renda e garantir a permanência dos moradores.

Alguns motivos são apontados pela própria comunidade como importantes para a escolha de Curral Velho como um dos destinos da Tucum: 1- a história de organização e luta da AMPCV; 2- o potencial turístico constatado nas suas belas paisagens; 3- o desejo de seus moradores de se capacitarem para se tornarem sujeitos construtores da sua história; 4- a oferta de um serviço turístico diferenciado, com possibilidade de compartilhar histórias e vivências; e 5- o engajamento de jovens da comunidade.

A estratégia de formação do GTCL dentro da AMPCV despertou o interesse e o engajamento dos moradores. Esse grupo é composto de coordenação (duas pessoas), grupo das cozinheiras (dez pessoas) e grupo de guias (vinte pessoas). A divisão do trabalho estabelece um sistema de rodízio entre os participantes, de acordo com a demanda de turistas e a disponibilidade do morador, para que todos possam se envolver e se sentir responsáveis pelo serviço que está sendo oferecido. Essa postura também reforça o caráter complementar que o turismo comunitário assume na cadeia produtiva local.

A coordenação atualmente é composta por dois jovens, que articulam as atividades dos demais grupos, representam a comunidades em reuniões e assembleias anuais e agendam as visitas de grupos, entre outros. As cozinheiras elaboram os cardápios e preparam os alimentos. O grupo de guias é composto por vinte jovens e adolescentes, que realizaram o curso de guia oferecido pela Rede Tucum e acompanham os turistas pelo mangue, falando a respeito das espécies de plantas e animais que facilmente podem ser encontrados.

Como forma de hospedagem, além da possibilidade de convívio direto nas casas dos moradores, o Centro de Educação Ambiental e Turismo Comunitário Encanto do Mangue é o principal local utilizado para acomodar os turistas. Na sua estrutura existem três quartos com banheiro privativo, equipados com cama de casal e solteiro e espaço para uma rede e um ventilador, totalizando sua capacidade de hospedagem de doze pessoas.

Durante o período de hospedagem no Centro é comum o turista participar de alguma atividade cultural programada pelo GTCL. Há apresentação de danças com o tema de preservação do manguezal, recitais de poemas escritos pelos próprios moradores com temas relacionados à questão de gênero, à preservação do meio ambiente e às lembranças do início da comunidade. As narrações das lutas e desafios enfrentados e vencidos pelos moradores são destacadas nas belas rimas

escritas por moradores. Canções em ritmo de forró apresentam um pouco a história de luta e resistência e retratam a alegria de viver com o meio ambiente, através das cenas do cotidiano do seu dia a dia. A culinária é repleta de aromas e sabores diferentes. A sopa de búzio e a pizza de mariscos são pratos típicos oferecidos aos turistas.

3.9 O Povoado Litorâneo de Flecheiras – Trairi

O povoado litorâneo de Flecheiras (Figura 31) localiza-se a 120 km de Fortaleza, pela CE 085, no município de Trairi, localizado no litoral oeste do Estado. Segundo informações dos moradores mais antigos, Flecheiras está localizada em uma área onde existia uma aldeia indígena. Essa área era utilizada para a prática da caça e da pesca em riachos e lagoas, sobretudo pelas mulheres da tribo, que tinham a flecha como sua principal arma. Daí vem o nome da comunidade Flecheiras, palavra indígena derivada de 'flecha', que significa "mulheres atiradoras de flechas" ou "mulheres guerreiras".

Os meios de transporte são facilitados, pois além das topiques (com preços reduzidos) a Viação Paraipaba cobre a demanda daquela região, tendo horários regulares com saída de ônibus de Fortaleza para o município de Trairi e os distritos de Mundaú, Flecheiras e Canaã. Ao chegar à sede do município de Trairi, o deslocamento se dá até os distritos vizinhos através de mototáxis, táxis ou "rurais".

Figura 31 - Vista do Povoado Litorâneo de Flecheiras



Fonte: Arquivos Instituto Terramar..

A estrada é bem conservada e bem sinalizada. Todo o seu percurso é asfaltado e de fácil acesso a qualquer visitante que lá deseje chegar, pois placas e posto rodoviário com fiscalização permeiam toda a estrada, inclusive para os municípios vizinhos. Atualmente, o povoado tem cerca de 420 famílias e aproximadamente quatro mil habitantes.

Flecheiras é um povoado com características comuns às zonas de praia. Seu povo hospitaleiro é marcado por um estilo de vida simples, mas que vem aos poucos sofrendo transformações significativas no seu modo de vida. O turismo convencional apresenta-se como a principal fonte de renda da comunidade, mas a pesca, o artesanato na produção de renda, crochê, escultura, pinturas, tecelagem de rede de pesca e construção de jangadas, a coleta de algas, os pequenos comércios, a prestação de serviços, e a agricultura em menor escala também são praticados na comunidade. Os postos de trabalho e empregos da Prefeitura Municipal de Trairi (PMT) tem importante papel. No geral essas atividades garantem ocupação e renda aos moradores de Flecheiras.

Já a atividade turística vai apresentar características fortes do modelo convencional, promovendo a valorização dos espaços litorâneos, assim como o estabelecimento de novas relações sociais para seus moradores, que hoje em significativo número encontram-se a serviço dos veranistas, pousadas e *resorts*. Atribui-se o aumento populacional em Flecheiras, nos últimos anos, à chegada de pessoas que veem na atividade turística uma maneira de se inserir no mercado de trabalho, embora muitas vezes precarizado pela não regulamentação trabalhista e a inconstância do emprego.

O turismo proporcionou grandes transformações ao local. A própria mudança de comunidade a povoado litorâneo em muito se deve ao modo como a atividade turística foi implementada (seguindo as políticas de desenvolvimento do turismo no Estado), o que contribui para uma nova forma de organização e estruturação do espaço, da relação entre os moradores e, conseqüentemente, uma mudança no modo de vida local.

Como conseqüência dessas mudanças, a vida noturna de Flecheiras é bem movimentada. O funcionamento de bares e restaurantes, que oferecem os mais variados cardápios da culinária regional e internacional (com casas específicas para

a venda de massas e pastas italianas), torna-se um atrativo para os visitantes, ao mesmo tempo em que as festas na praia se intensificam e reúnem a cada ano um número maior de foliões, como é o caso da Festa do Pisca, que reúne cerca de 15.000 pessoas, na sua maioria jovens que colocam vários paredões de som na praia e ficam a noite inteira na disputa pelo som mais alto.

Alguns problemas advindos da forma como o turismo se realiza em Flecheiras são identificados pelos moradores como: especulação e venda de terras (dunas), poluição provocada pelo excesso de lixo, poluição sonora (barulho, som alto dos paredões, principalmente nos fins de semana), influência das drogas, risco constante do aumento da prostituição e descaracterização da cultura.

No início das articulações do turismo comunitário vinculado à Rede Tucum, um pequeno grupo que se identificou com a proposta e formou as primeiras equipes de trabalho (grupo de artesanato e barracas) e aos poucos definiu os equipamentos de hospedagem e alimentação que seriam conveniados. Mas o enfraquecimento dos debates sobre o tema, atrelado à desorganização das associações e ao número reduzido de turistas interessados no turismo alternativo são apontados como principais impedimentos para a realização da atividade.

Existe uma dificuldade de como perceber a presença de Flecheiras na rede Tucum. Existe um problema de comunicação interna da comunidade, onde não há o repasse das informações que são dadas a alguns membros do grupo, não há uma socialização [...] A experiência da comunidade de Flecheiras, nos feriados e finais de semana demonstra uma descaracterização total do dia a dia da comunidade, o *trade* já está muito estruturado, e torna difícil a convivência com o turismo comunitário. (Depoimento Participante, III Assembleia da Rede Tucum, 2009).

Atualmente, o GTCL está desarticulado e não há entre os associados da APAFG um processo de identificação com os temas trabalhados pela Rede Tucum, sendo difícil perceber nas falas dos associados propriedade/domínio sobre os assuntos que permeiam o turismo comunitário. A articulação da Rede com os equipamentos de hospedagem também não avançou, sendo apontado pelo grupo que as ações de fortalecimento do turismo comunitário inexistem. Em razão dessa condição não se encontram banners ou material de divulgação da Rede Tucum em nenhum dos equipamentos turísticos visitados.

Apesar da forte presença do turismo convencional na praia e do desestímulo/desarticulação da associação e dos envolvidos com o GTCL, devido à

baixa remuneração e à inconstância dos ganhos, é reconhecido através dos projetos de apoio a atividades de produção de algas o potencial turístico que existe em Flecheiras para o turismo comunitário. O trabalho desenvolvido em torno do cultivo de algas e a experiência do trabalho associado tornam o lugar uma aposta da Rede Tucum.

Para a retomada da proposta de turismo comunitário têm sido realizados cursos e oficinas de capacitação, além das participações asseguradas nas III e IV assembleias anuais, quando foram oportunizados momentos de reflexão para o grupo sobre a importância da rearticulação das atividades.

O turismo na comunidade é o convencional, mas a comunidade tem uma iniciativa de produção de algas de base comunitária, onde a comunidade produz alimentação e cosméticos a partir de algas cultivadas, contribuindo com a geração de renda na comunidade, assim como a proteção dos bancos de algas. (Presidente da APAFG, IV Assembleia da Rede Tucum, 2010).

Mediante as dificuldades de trabalho e de identificação de alguns problemas organizacionais para serem melhor trabalhados, os associados da APAFG apontam algumas possibilidades de rearticulação para viabilizar a proposta de turismo comunitário em Flecheiras.

Seria importante ter uma oferta de serviço como barracas e passeios, visitar o cultivo de algas, promoverem eventos do tipo lual na casa de farinha ou na barraca mesmo, pois assim com pequenas ações, que não precisem de um envolvimento constante, talvez as ações ganhem mais força. Outra proposta seria envolver a juventude do Barreiro, pois lá existe uma área de risco e uma carência muito grande de projetos. Acho que a juventude de lá encontra-se mais disposta a esse tipo de trabalho. (Depoimento do Presidente da APAFG, 16. 01. 2011).

Envolver outras pessoas no Turismo Comunitário que sintam-se chamados a colaborar com a proposta e que acreditem de verdade que pode dar certo, sem medo de enfrentar os desafios. (Depoimento de membro do grupo de artesanato da APAFG, 15. 01. 2011).

Ao buscar novas possibilidades de permanência na Rede Tucum, os membros da APAFG visualizam que é importante manter o turismo comunitário como forma de valorizar todo o processo de luta e de organização das associações locais. Uma sugestão apresentada para revitalizar a articulação seria incorporar novos lugares à proposta do turismo comunitário em Flecheiras, proporcionando a entrada de novas pessoas no grupo e a oportunidade de o turista conhecer outra realidade do povoado litorâneo e, inclusive atrativos que não estão na beira do mar.

Dentre as estratégias pensadas uma das alternativas é a procura de recursos para construir uma pousada comunitária no Barreiro e, com isso, inovar a proposta de turismo em Flecheiras.

Ninguém vai diminuir os seus ganhos ou deixar de receber certos turistas para ficar na Rede Tucum, na praia não dá mais para desenvolver esse tipo de turismo. A idéia é incorporar o Barreiro como lugar de hospedagem e deixar o espaço da praia apenas para os passeios e trilhas. (Depoimento Presidente da APAFG, 16. 01. 2011).

3.10 A Pousada Tremembé – Icapuí: sabores da culinária tradicional e tranquilidade à beira-mar

A Pousada Tremembé (Figura 32), dista 2 km da Comunidade de Tremembé e 9 km do centro de Icapuí. Ao chegar em Icapuí é possível contratar um traslado para percorrer o último trecho de 17 km que separa a comunidade da sede do município. Durante esse percurso não se percebem placas de sinalização indicando o caminho e a distância para a Pousada, restando ao turista perguntar aos moradores como acessar o destino. Não há placas de sinalização da Rede Tucum.

Como um ponto de apoio da Rede Tucum, a Pousada Tremembé não foi idealizada a partir dos anseios e das possibilidades visualizadas pelos moradores da Comunidade de Tremembé. A proposta de sua construção surgiu a partir da visita de um grupo de italianos da Província de Trento, ligados à ONG italiana Tremembé *Onlus*, que desejavam desenvolver um projeto com as características do turismo responsável na região.

Considerando que a iniciativa na sua fase primeira não foi uma necessidade da comunidade já havia um entendimento que seria necessário um trabalho de sensibilização, esclarecimento e, sobretudo entrosamento com os agentes locais. Várias reuniões e encontros foram realizados nesse sentido. Naquele instante ficou decidido a construção da estrutura física da pousada como instrumento preliminar. (TREMembÉ ONLUS, 2008).

A conclusão da construção da Pousada foi em 1993, e desde então as atividades de apoio e gestão são realizadas em parceria com a Associação Caiçara de Promoção Humana, que participa das assembleias e reuniões da Rede Tucum como representante. Possui, na sua estrutura física, doze suítes com as seguintes características: sete apartamentos de casais, sendo quatro forrados e com água

quente, e cinco apartamentos para solteiro. Todos os quartos possuem banheiro privativo. Conta com serviço de lavanderia e traslado que atende do centro de Icapuí até a pousada.

Figura 32 - Fachada, Pátio Interno e Estacionamento da Pousada Tremembé



Foto: Inara Borges, 2009.

O destaque no serviço de alimentação são os pratos disponíveis no cardápio: peixes e mariscos misturam-se à oferta de pratos da culinária regional e internacional (principalmente italiana). Há um cuidado especial na compra dos alimentos servidos para não promover o consumo de produtos que vão contra os princípios estabelecidos de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente, sendo proibida a venda de lagosta pequena, camarão de cativeiro, produtos industrializados por empresa que não tem práticas responsáveis e éticas (políticas socioambientais), além de buscar adquirir produtos da própria comunidade (peixes, aves, doces e artesanato).

A Pousada Tremembé desenvolve um projeto de turismo responsável e ecossolidário que possibilita a vivência de relações pautadas no respeito e na cordialidade. Combatendo a exploração sexual de crianças e jovens, promove verdadeiras trocas culturais entre turistas, funcionários e pessoas dos lugares e instituições visitadas nos passeios e trilhas.

É a única experiência de turismo da Rede em que a relação de trabalho estabelecida com os funcionários é formal, garantindo a carteira de trabalho assinada e todos os direitos adquiridos pela legislação trabalhista. Atualmente conta com três funcionários (um gerente, uma cozinheira e uma arrumadeira). É comum,

durante o período de alta estação e em eventos, que mais dois funcionários sejam contratados e pagos através de diárias.

Segundo informação da Associação Caiçara de Promoção Humana, em razão de despesas fixas permanentes, o planejamento administrativo para os períodos de baixa estação torna-se essencial para a manutenção da pousada. Entende que apesar de existir uma captação permanente de turistas da Europa pela Tremembé *Onlus*, é necessário construir uma proposta para dinamizar o período de baixa estação. Uma possibilidade seria a criação de festivais gastronômicos e culturais e eventos como seminários e palestras sobre os temas da economia solidária, permacultura e turismo comunitário, que colaborassem para o aumento do fluxo de turistas. Porém, não se percebe a elaboração de um plano de marketing para criação desses momentos e durante os períodos de crise da atividade turística e de baixa estação o caixa da pousada fica comprometido.

Apesar dos projetos e oficinas de sensibilização realizados sob a responsabilidade da Caiçara, que ocorreram após o término da construção da pousada, a aproximação e o engajamento da comunidade de Tremembé à proposta de turismo vinculada a pousada não aconteceram como esperado. Em face dessa desvinculação as atividades realizadas ocorreram junto às comunidades de Melancias e Quitérias (próximas à Pousada Tremembé).

A explicação da Caiçara pela não-identificação da comunidade com os projetos desenvolvidos e com a proposta do turismo comunitário deve-se à realização, por parte de alguns moradores, da pesca predatória e da exploração de crianças e jovens para o turismo sexual, (práticas combatidas pela Associação) e que dificultou ainda mais o processo de aproximação entre os sujeitos. Para o ano de 2011, está prevista uma nova tentativa de reaproximação, agora com o grupo dos barraqueiros. A proposta é inicialmente expor as propostas de turismo comunitário da Rede Tucum, realizando debates e rodas de conversa, além de trabalhar com esse grupo a possibilidade de realização da coleta seletiva e a reciclagem do lixo.

Devido à estreita ligação com a cooperação internacional, o fluxo de turistas estrangeiros na Pousada Tremembé é constante, sendo um diferencial quanto às outras comunidades da Rede, porém a maior parte do público que frequenta a pousada ainda é composta por brasileiros.

3.11 Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto – MST - Fortaleza: entre encontros, trocas solidárias e lutas, a realização do turismo comunitário ³⁵

Apesar de oficialmente ter o nome Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, o tratamento dado costumeiramente a todos que a ele se referem é como Alojamento do MST, pelo fato de ele ter sido criado como alojamento para abrigar militantes em deslocamento, sendo sua criação datada de 2004. Está localizado na Rua Paulo Firmeza, 445, no bairro São João do Tauape, em Fortaleza. Participa da Rede Tucum desde 2007. Em sua fachada não há nenhuma sinalização ou letreiro que faça referência à Rede Tucum ou mesmo ao MST, o que pode dificultar a chegada do turista ao local.

Na festa de reinauguração do Centro³⁶ a dirigente nacional do MST, rememorou os tempos de extrema dificuldade quando da criação do movimento no Ceará e quando não se tinha um ponto de apoio.

Nós não tínhamos dinheiro para nada, viemos em 1991 para Fortaleza, pois ficar aqui facilitava as mobilizações, mas fomos despejados várias vezes, a água e a luz foram cortadas. Frei Humberto nos acolheu na Paróquia Nossa Senhora das Dores e por isso nós fazemos essa homenagem”. Maria de Jesus expressou a emoção sentida por todos os presentes ao falar em solidariedade: “hoje nós estamos felizes, em festa! Haja coração! O lucro do agronegócio não pode proporcionar o que estamos sentindo hoje: tanta grandeza, tanta solidariedade, tanto sentimento! (Depoimento Dirigente do MST, 2009).

Atualmente, os espaços do Centro são utilizados por movimentos sociais para encontros e reuniões. Os quartos são mobiliados com beliches (o maior quarto comporta até dez pessoas), e possuem banheiro privativo. Há dois tipos de quartos: os destinados ao alojamento (sete quartos com capacidade para 9 pessoas cada), e aos turistas (cinco quartos com capacidade para quatro pessoas cada), totalizando a capacidade de hospedagem de oitenta pessoas. A escolha do local para os quartos dos turistas em um espaço mais reservado foi feita com o intuito de garantir aos mesmos mais conforto e tranquilidade, evitando os barulhos da recepção e permitindo uma maior privacidade.

³⁵ As informações sobre o Centro resultam de várias entrevistas.

³⁶ Projeto de reforma co-financiado pela Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGil). Disponível em: <<http://dialogospoliticos.wordpress.com/2010/07/31/mst-ceara-inaugura-centro-de-formacao-e-capacitacao-frei-humberto/>>.

Após a reforma, para melhorar a capacidade de acolhimento e hospedagem, a acessibilidade para os portadores de deficiência física foi priorizada com a construção de rampas para o pavimento superior e alguns banheiros foram adaptados para uso de cadeirantes. A nova estrutura conta com um refeitório que fica sob uma cobertura de palha de carnaúba (referência à permacultura, sendo também parecida com a estrutura das barracas de praia). Tem capacidade para servir cem pessoas. (Figura 33). Ainda nesse local encontramos um espaço de lazer com churrasqueira para os hóspedes, caso desejem realizar alguma comemoração. A cozinha possui capacidade para oferecer 200 refeições diariamente. No cardápio variadas opções de comidas típicas da culinária nordestina com sabor de comida caseira.

Figura 33 – Fachada e Refeitório do Centro



Foto: Inara Borges, 2009.

O espaço Ciranda Infantil foi pensado para atendimento às crianças. Caso os pais estejam participando de algum evento, a criança fica na Ciranda Infantil. É um espaço de diversão e lazer onde as crianças são acompanhadas por integrantes do MST com atividades de narração de histórias e várias brincadeiras. Também foi pensado um pequeno refeitório para produção de alimentos para as crianças. Uma biblioteca, com vários exemplares de livros infantis também fica disponível aos hóspedes.

A equipe permanente de trabalho é composta por cinco trabalhadores: uma cozinheira, uma recepcionista, um coordenador geral e dois auxiliares de serviço geral, todos eles remunerados com recursos do MST. Não há uma característica de vínculo empregatício, pois não há remuneração com carteira

assinada de nenhum dos participantes da equipe. Quando ocorre de o alojamento estar com uma grande demanda de trabalho, convocam-se mais duas pessoas: uma cozinheira, que recebe uma diária de cinquenta reais (geralmente ligada à Rede Dendê), e um auxiliar de serviço geral (nesse caso é enviado um participante das brigadas para ajudar nos trabalhos de limpeza).

Além do Centro Frei Humberto, o MST dispõe de um alojamento de apoio que se localiza no mesmo bairro. Nele já foram realizados cursos de pedagogia da terra e magistério, que contaram com a participação de 90 pessoas. É mais comum os integrantes do MST se abrigarem nesse novo alojamento, ficando o espaço do Centro disponível para a hospedagem de visitantes, realização de reuniões e encontro para grupos. Caso um militante venha abrigar-se no alojamento é necessária uma solicitação entre a brigada na qual o integrante atue e à coordenação do Centro. Tal característica reforça a utilização do espaço apenas para turistas e para a realização de seminários e eventos, denotando a especialidade dos lugares criados para o turismo.

3.12 Associação Mulheres em Movimento (AMM) - Conjunto Palmeiras, Fortaleza: na organização para a luta, a valorização da vida e do bem comum³⁷

O Conjunto Palmeiras (CP) é um bairro localizado a 22 km do Centro de Fortaleza e possui uma dimensão de 180 ha, e está ligado à Secretaria Regional VI, que articula mais 29 bairros, com população total de 600 mil habitantes. Estima-se que 10% sejam de moradores do Conjunto Palmeiras. Destaca-se no cenário de organização dos movimentos sociais devido às lutas empreendidas por seus moradores na busca por seus direitos e pela melhoria da qualidade de vida.

O processo de ocupação da área onde hoje se encontra o bairro iniciou-se em 1973, quando vários desalojados de áreas inundadas da cidade foram transferidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) para ocupar aquela área. “O problema do Palmeiras é que deixaram o brejo e a lama; tiraram os animais que ali viviam e colocaram nossas famílias, jogaram-nos dentro da lama e em cima do alagado, construímos aos poucos nossas casas, quase todas de taipa.” (Depoimento Presidente da AMM, 2010).

³⁷ As informações foram coletadas em conversa realizada com a Presidente da Associação de Mulheres em Movimento (AMM).

Durante o processo de organização dos movimentos sociais do bairro o trabalho comunitário e a cooperação entre os moradores proporcionaram o surgimento de várias associações, dentre elas a Associação Mulheres em Movimentos - AMM do Conjunto Palmeiras. (Figura 34). Fundada em 1997, conta com a participação de 30 mulheres que atuam na realização de projetos de apoio às crianças e mulheres em situação de risco no bairro. O movimento em prol da luta pelos direitos das mulheres e que deu origem à associação teve início bem antes, em 1987, com a participação de 100 mulheres que buscavam apoio devido “às queixas de sofrimentos e humilhações, por parte principalmente de seus companheiros.”

Figura 34 - Símbolo da Associação de Mulheres em Movimento.

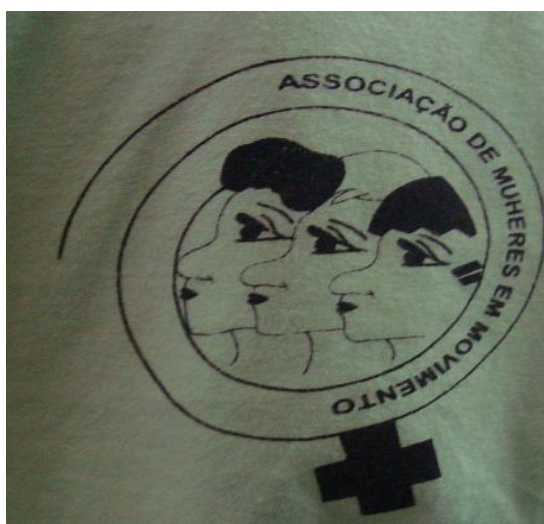


Foto: Inara Borges, 2009.

O movimento de mulheres foi ganhando força e visibilidade através de debates sobre a questão de gênero e sexualidade, assim como esclarecimentos sobre seus direitos em caso de agressões. As mulheres eram levadas a refletir sobre a importância do seu papel não apenas enquanto mães e donas de casa, mas como sujeitos capazes de colaborar para a transformação da realidade na qual estavam inseridas. A presidente da AMM, durante reunião do movimento, afirma que “em todos os encontros era comum encontrar novas mulheres que traziam sua história de sofrimento e dor. Hoje, graças ao aumento da informação e ao trabalho que já viemos desenvolvendo, a situação já é bem menos sofrida.”

Através da AMM, as mulheres receberam várias capacitações e hoje desenvolvem ações nos projetos: Projeto A - reforço e acompanhamento escolar para crianças em situação de risco; Farmácia VIVA - através de trabalhos com plantas medicinais, cultivadas pelas próprias mulheres, receitas de remédios caseiros são ensinadas e produzidas para comercialização e consumo das famílias; Rede de Terapeutas Holísticas (RENT), onde as mulheres recebem capacitação para as práticas interativas de cuidado, com destaque para a formação das massoterapeutas; Cooperativa de Grupos de Produção Solidária (COOPSOL), onde são produzidas peças de roupas e bolsas; e a Pastoral Operária.

A análise dos registros de algumas reuniões feitas pelo grupo e as narrativas das participantes da AMM mostra que a história da chegada do turismo comunitário no bairro é anterior ao lançamento da Rede Tucum. A proposta foi lançada a partir das experiências vivenciadas pela Tremembé *Onlus* que, por alguns trabalhos realizados em apoio à atividade turística comunitária, visualizou a possibilidade de desenvolver um projeto que envolvesse algumas famílias na comunidade. O engajamento do grupo com oferta de hospedagem, elaboração de roteiros de visitação e refeições gera uma movimentação no bairro, colaborando para a melhora da qualidade de vida.

A proposta do turismo no início foi muito boa. A idéia era mostrar nossa história e nossos projetos, melhorando nossa vida, mas com a entrada de novos destinos, principalmente nas praias, as ações que eram apoiadas aqui passaram a diminuir. (Depoimento Presidente da AMM, 2010).

As primeiras ações efetivas para a entrada do turismo comunitário ocorreram em 2005, quando foram destinados recursos pela Tremembé *Onlus* para a construção e reforma de quartos para hospedagem nas residências dos moradores. Nesse período há registro de alguns grupos de turistas estrangeiros que estiveram visitando a comunidade. A partir de 2007, houve uma diminuição na chegada do número de turistas, o que dificultou a devolução do recurso e, com o passar do tempo e a contínua diminuição de hóspedes, o recurso ficou a fundo perdido, não tendo as famílias participantes condições de repor. O descontentamento do grupo levou algumas participantes a desistir da experiência do turismo.

Com o passar do tempo algumas mulheres foram desistindo de participar do grupo, por motivo de saúde, das más condições de moradia, pois é muito comum o aparecimento de insetos e a ausência de saneamento básico nas ruas (esgotos a céu aberto). Acreditamos que tudo isso colabora para afastar o turista. (Depoimento, Presidente da AMM, 2010).

Desde então, as ações do turismo através da Rede Tucum no Conjunto Palmeiras são incipientes, sendo relatada pelo grupo a dificuldade de se conseguir material de promoção e informações sobre os acontecimentos e decisões das assembleias realizadas. “Apesar da nossa pouca participação, sempre que tem alguma assembléia, somos convidadas a participar, já temos lugar garantido.”

O grupo considera importante e visualiza de maneira positiva a permanência na articulação. “É importante estarmos verdadeiramente na Rede Tucum e não apenas como mais um participante. Queremos fortalecer a iniciativa comunitária no nosso bairro, envolver mais jovens e oferecer outras possibilidades de visitação. Vemos uma grande possibilidade no nosso bairro, pois temos muita história para contar.” (Depoimento, Presidente da AMM, 2010.)

Apesar de a atividade turística ser incipiente, o grupo de turismo entende que algumas mudanças com relação à participação do Conjunto Palmeiras na Rede Tucum são necessárias para a permanência do grupo: 1- oferta de um roteiro de visitação sobre os projetos que atuam no bairro; 2- reorganização do grupo de guias para acompanhar os turistas e visitantes nos roteiros; 3- formação de um grupo de mulheres para ofertar refeições e lanches durante os passeios; 4- organização de um pequeno acervo com a história do bairro, o que poderia ser mais um atrativo para visitação; e 5- consolidação da parceria com o Banco Palmas, pois ao invés de dois grupos ofertarem o mesmo serviço, a cooperação entre esses sujeitos poderia fortalecer a atividade turística e incentivar diferentes formas de participação na cadeia produtiva do bairro.

Durante a IV Assembleia, a convite da coordenação da Rede Tucum, o Banco Palmas participou do debate sobre turismo comunitário, visualizando a possibilidade de cooperação entre os grupos, já que a Palma Tur³⁸ possui uma pousada no Conjunto Palmeiras, sendo um ponto de apoio estruturado para os turistas que desejarem se hospedar. É importante destacar que esse processo de rearticulação será amadurecido através de encontros e discussões entre os grupos com mediação da coordenação da Rede Tucum.

³⁸ Ver o *site* Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/158717>>.

4 AS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS: articulações e as formas de organização

As redes têm apresentado variação de significados e de possibilidades de existência no decorrer do tempo e do espaço, sendo que para a geografia a “especialização é a característica principal que distingue a rede geográfica das redes em geral.” (SILVA, 2010, p. 38). Em comum ao significado de redes está a relação direta com conexão, relação entre pontos. Ao atingir as relações sociais, outras dimensões lhe são adicionadas, acrescentando a sua composição de relações pessoais, profissionais e institucionais, sendo indispensável para o seu entendimento que

Não se pode estar em rede se não houver práticas que acessem recursos e que coloquem em movimento, por meio de intervenções, intenções coletivas. Uma ação em rede se define constantemente e tem capacidade de se auto – avaliar porque a rede não é, a rede está. (SILVA, 2010, p. 40).

Para Santos (2002, p. 262), duas grandes matrizes identificam o conceito de rede, “a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social”, sendo a conexão a primeira condição na existência e materialização das redes.

No mercado financeiro, a articulação de empresas e organismos em rede se dá principalmente num contexto de aproveitamento logístico e de abrangência cada vez maior no mercado na busca de vantagens mercadológicas. Para o turismo convencional as redes de hotéis e *resorts*, além desse aproveitamento, conseguem mobilizar uma gama de serviços e de mão de obra no entorno de seus empreendimentos (agências de viagens, guias turísticos, *transfers*), o que facilita a sua logística de manutenção. Para além desse padrão, o serviço oferecido nas cadeias de hotéis e *resorts* nacionais e internacionais é avaliado e classificado³⁹ de acordo com a qualidade, a oferta e o tipo, sendo comum constar a manutenção dos mesmos cardápios, infraestrutura, serviços e paisagens (comumente comparadas a *shoppings centers*) nas principais redes de hotéis.

³⁹ Recentemente o Ministério do Turismo lançou uma nova classificação para o tipo e qualidade dos veículos de hospedagem, tornando padrão a utilização das estrelas pela variedade e qualidade dos serviços encontrados no estabelecimento.

São modelos produzidos pelo turismo global, em que as pessoas desfrutam de ambientes absolutamente familiares, onde até, e, sobretudo, a alimentação é estandardizada. Um *buffet* de café da manhã, em qualquer hotel cinco estrelas, das megacadeias hoteleiras mundiais é exatamente igual em Miami, Bernidorn, em Bangcoc, em Papeete, em Cancun. (RODRIGUES, 2001, p. 46).

Outro fator que favorece a articulação em rede desses empreendimentos está relacionado à veiculação de marketing e propaganda, que ressalta a padronização dos serviços como um atrativo, bem como a garantia de um bom atendimento. Através das imagens produzidas é possível oferecer paisagens construídas para proporcionar ao visitante aconchego e uma boa receptividade, “tendo por vezes sob seu domínio a tecnologia da informação, das trocas comerciais e da indústria do espetáculo.” (PADILHA, 2006, p. 51). Ao mesmo tempo utilizam o discurso de que atuam de maneira “politicamente correta”, incentivando a conservação da paisagem, o consumo responsável e promovendo ações que beneficiam aos moradores das comunidades próximas aos empreendimentos. Pelos exemplos da forma como atuam os empreendedores turísticos da zona costeira cearense, tal afirmativa não passa do discurso.

As comunidades e instituições de assessoria integrantes da Rede Tucum articulam-se nas redes de movimentos sociais na zona costeira cearense⁴⁰ pela sobrevivência da pesca artesanal, pela manutenção dos seus modos de vida, por políticas que apoiem e incentivem as atividades locais (verdadeiramente geradoras de ocupação e renda), sendo parte de uma rede de movimentos iniciada quando as comunidades promoveram as primeiras iniciativas organizadas de manifestação, visibilizando os desafios vivenciados diariamente por elas.

⁴⁰ A partir da linha da vida dos movimentos sociais da zona costeira, realizada em 2001, constatou-se a existência de 63 instituições ou entidades que se articulam no Fórum em Defesa da Zona Costeira Cearense (FDZCC), no Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense (FPPLC) e na a Rede de Educadores Ambientais do Litoral Cearense (REALCE), publicado na Cartilha Manguezais e Carcinicultura: lições aprendidas. (CASTRO, 2009).

As redes de movimento sociais buscam: 1- a formação de identidades coletivas em torno de princípios éticos universalizáveis, sem, contudo eliminar as especificidades ou particularidades comunitárias. 2- A articulação de atores e movimentos sociais e culturais, transnacionalidade, pluralismo organizacional e ideológico, atuação nos campo cultural e político. 3- Tendem a atuar na formação de novos sistemas de valores, sobretudo em relação ao binômio liberdade (e democracia) e sobrevivência (com direito a uma vida digna e ecologicamente saudável). 4- Superar a atuação no nível simbólico: atuam tendo em vista a transformação da opinião pública, mas por outro, almeja constituir-se em força de pressão ao sistema institucional e aos padrões dominantes contrários a esses princípios, utilizando manifestações públicas, atuação no sistema educacional informal e imprensa alternativa. (SCHERRER-WARREN, 2009, p. 119).

Tal articulação proporciona às comunidades a possibilidade de intercâmbio e vivências entre elas, fazendo com que os envolvidos com a atividade turística conheçam outras comunidades, observando novas experiências e repassando saberes. Essas formações aperfeiçoam o saber/fazer turístico já existente.

Um fator de destaque é a valorização das particularidades locais: as danças, as comidas típicas, o modo de gerir e de organizar o serviço para um melhor atendimento ao turista, bem como a organização de reuniões e encontros entre os grupos para avaliar os desafios e elaborar estratégias para a superação dos mesmos. O que se avalia como positivo para todas as comunidades é a criação de um padrão de qualidade comum a todas as experiências, estando diretamente relacionada ao bom atendimento, à qualidade da alimentação e dos serviços.

Quanto ao marketing e a propaganda, há um cuidado especial com a mensagem que se quer passar a partir dos princípios vivenciados e estabelecidos como norteadores para as comunidades que já participam e aquelas que desejam propor possível candidatura à Rede Tucum. Assim explicou Rosa Martins, assessora do Instituto Terramar, em reportagem ao Jornal Bom Dia Ceará, em maio de 2009, sobre como se identificam as comunidades que participam da Rede Tucum: “Inicialmente a comunidade tem que ter uma experiência de organização comunitária anterior, que dá sinal que aquela comunidade tem capacidade de fazer a gestão e coordenação de um projeto de turismo.”

Todo o material é elaborado a partir de uma equipe de comunicação⁴¹. Através das decisões nas reuniões colegiadas ou em assembleia, propõem-se os produtos de marketing a serem reproduzidos (postais, calendários de mesa e de parede, livretos, marca textos). (Figura 35). A escolha das fotos, dos materiais e textos refletem momentos e vivências das comunidades onde a integração com a natureza, as atividades produtivas locais, a cultura, as belezas naturais, os momentos de manifestações na lutas sociais são apresentados como motes que embalam as suas ações.

Figura 35 - Calendário e Capa do Livreto de Postais da Rede Tucum 2011



Fonte: Material Promocional da Rede Tucum.

Portanto, a Rede Tucum, a partir das articulações promovidas entre as comunidades e outras redes de turismo comunitário, bem como a organização dos GTCL, que é a estrutura organizativa, deve ser entendida como fruto das experiências em que a comunidade se torna capaz de avaliar e pôr em prática uma proposta, onde o potencial dos moradores é levado em conta, sendo uma oportunidade para os visitantes de todo o mundo compartilhar o dia a dia dos moradores.

A referência para o modelo de desenvolvimento do turismo comunitário é a comunidade, mas somente estão diretamente envolvidas pessoas e famílias que compõem ou se relacionam com o GTCL, pois durante o seu processo de formação as famílias que se identificaram com a proposta decidiram participar. Identificados os potenciais existentes, são promovidos momentos de interação entre os seus participantes, na tentativa de sensibilizar para a importância do engajamento na

⁴¹ Sediada no Instituto Terramar.

realização das atividades, bem como nos momentos de debate sobre os rumos da atividade turística.

4.1 Caminhada na construção da Rede Tucum: reconhecendo desafios e possibilidades

Os processos de interação e de reconhecimento de uma identidade entre comunidades promotoras do turismo de base local no Ceará deram origem à Rede Tucum. As primeiras experiências de articulação surgiram na porção leste da zona costeira cearense, na comunidade da Prainha do Canto Verde e na Pousada Tremembé, com a assessoria de duas instituições: os Amigos da PCV e a ONG italiana Tremembé *Onlus*. Aos poucos as comunidades de Ponta Grossa passam a se articular com a PCV e, em 2003, durante o primeiro Seminário Internacional de Turismo Sustentável (I SITS)⁴², quando foi feita uma articulação intitulada Rede de Turismo Comunitário do Litoral Leste. As comunidades que fizeram parte desse ensaio foram: Batoque, Balbino, Ponta Grossa, Tatajuba e Caetanos de Cima, porém na prática o resultado de tal articulação proporcionou apenas a elaboração de material de divulgação para distribuição em eventos. Desde então a ideia permaneceu em período de amadurecimento por parte dos grupos. Em 2006, o Instituto Terramar elaborou uma primeira estratégia para apoiar a criação de uma rede. A ONG italiana Tremembé *Onlus*, por já possuir vários trabalhos de acompanhamento nas comunidades, visitou as experiências de turismo comunitário já em curso na zona costeira e no mesmo período apresentou proposta de uma rede de turismo.

Contando com a coincidência de projetos das instituições (Instituto Terramar, Tremembé *Onlus* e Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde (AAPCV) que buscavam a criação de uma rede de turismo, os encontros entre as mesmas tornaram-se frequentes. Avaliando que não tinha sentido a mobilização das comunidades para a participação em mais de uma rede, apostou-se na superação das diferenças e no respeito às individualidades de cada instituição, decidindo-se

⁴² Ocorreu entre os dias 12 e 15 de maio de 2008, em Fortaleza, Ceará, Brasil, o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. O objetivo do evento é reunir os sujeitos sociais envolvidos e interessados no debate das problemáticas do turismo; fortalecer e dar visibilidade às experiências de turismo comunitário; e também, possibilitar a articulação em rede de estratégias coletivas para desenvolvimento do turismo comunitário, solidário e sustentável. Informações no *site* Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/APABororeColonia/message/827>>.

formar apenas uma rede que contasse com as assessorias como responsáveis pela mobilização das comunidades.

Em 2008, devido à oportunidade do acontecimento do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, a Rede Tucum foi lançada na perspectiva de não perder a visibilidade que o momento sinalizava, mas muitos detalhes de funcionalidade e operacionalização não haviam sido definidos. A proposta foi que os desafios continuariam a ser trabalhados.

Com isso ocorreu a I Assembleia da Rede Tucum. Nela as comunidades afirmaram o desejo e o compromisso de realizar a articulação, e as assessorias sinalizaram as suas possibilidades de acompanhamento. Surgiu a organização do Núcleo Fortaleza, com sede no Instituto Terramar, composto por assessores do Instituto Terramar e da Tremembé *Onlus*, que tinham como tarefa realizar encontros e reuniões, bem como pôr em prática as ações de fortalecimento estabelecidas como prioritárias e divididas em seis eixos centrais:

- Processos de formação de sujeitos na perspectiva de empoderamento das lideranças comunitárias e de desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o desenvolvimento do turismo;
- Melhoria das infraestruturas turísticas;
- Melhoria das infraestruturas básicas;
- Construção de estratégia de marketing e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários;
- Relação com os organizadores e operadores de viagens e a comercialização do turismo comunitário e solidário;
- Articulação e trocas com outras redes no Brasil e no exterior que estão construindo o turismo comunitário solidário. (REDE TUCUM, 2010).

As parcerias e as assessorias foram estabelecidas respeitando os critérios de atuação (áreas prioritárias) que cada instituição naquele momento estabelecia com as comunidades. O Instituto Terramar ficou responsável de apoiar as comunidades do litoral oeste: Tatajuba, Caetanos de Cima, Curral Velho e Flecheiras; a ONG Tremembé *Onlus* ficou com o acompanhamento das comunidades de Batoque, Jenipapo Kanindé, Assentamento Coqueirinho, além dos pontos de apoio Associação Mulheres em Movimento do Conjunto Palmeiras, Alojamento Frei Humberto e Pousada Tremembé; à Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde (AAPCV) coube a assessoria da Prainha do Canto Verde e Ponta Grossa.

Já na II Assembleia houve a votação para a escolha da logomarca da Rede Tucum (Figura 36) e das comunidades que seriam eleitas para a coordenação, sendo Caetanos de Cima e Prainha do Canto Verde as escolhidas. O nome Tucum foi aprovado e a partir dessa decisão providenciou-se a elaboração de uma logomarca que representasse o ideal das comunidades, chegando-se ao símbolo abaixo.

Figura 36 - Logomarca que Identifica as Comunidades Participantes da Rede Tucum



Fonte: Material Promocional da Rede Tucum.

Em 2009, a Rede Tucum recebe o prêmio TO DO!, concedido pelo Instituto de Turismo e Desenvolvimento da Alemanha, reconhecendo o esforço de formação e articulação. Naquele ano ocorreu a III Assembleia Geral na Pousada Tremembé, quando as discussões sobre marketing, sustentabilidade da rede, elaboração de um caderno de normas e relacionamento com as agências de turismo foram a pauta, sendo elaborado um relatório com a vivência dos momentos, as propostas aprovadas e encaminhamentos.

A IV Assembleia Geral ocorreu na comunidade de Tatajuba, em 2010. Contou com a participação de representantes de todas as comunidades e das instituições de assessoria. A pauta de discussão foi:

O turismo comunitário em debate, que deu abertura aos trabalhos e contou com a presença do prefeito do município de Camocim e do secretário de turismo. 2- Como vemos a nossa rede e como achamos que os outros a veem? 3- O que fizemos em 2010 e como estamos organizados hoje? 4 - O que é ser uma rede? 5- Debatendo estratégias de promoção, comercialização e marketing. 6- O que faremos? Como faremos? Com que recurso e em que tempo? 7- Eleição da nova coordenação. (ASSEMBLEIA DA REDE TUCUM, 2011).

Conforme o relatório da IV Assembleia, houve o debate e a reflexão sobre a proposta que está sendo construída, bem como a elaboração de um sentido coletivo para a Rede. É importante observar que a forma de organização política dos encontros anuais garante que nas assembleias os membros das comunidades apresentem suas inquietações, desafios e avanços nas propostas de cada comunidade, reconhecendo a autonomia e a capacidade de articulação de cada grupo participante, corresponsabilizando os sujeitos como construtores da sua própria história.

Nesses momentos os debates são aquecidos pelos temas de interesse de todo o grupo, fazendo aflorar através dos discursos as diferentes formas de participação das comunidades e as várias interpretações acerca dos avanços, desafios e perspectivas de ações para o ano seguinte.

A contradição como inerente à natureza da organização social e o conflito criativo como fonte de desenvolvimento [...] por isso mesmo as formas de organização instituída precisam ser simultaneamente sustentadas e criticadas, não havendo lugar para uma acomodação. (MATOS, 2003, p. 19).

A partir das discussões e debates ocorridos na IV Assembleia e da avaliação da necessidade das próprias comunidades assumirem o protagonismo da gestão da Rede Tucum, aprovou-se a dissolução do Núcleo Fortaleza para a criação das seguintes instâncias de debate e decisão:

- 1- Assembleia Geral: de caráter magnânimo, sendo o espaço para aprovações;
- 2- Coordenação Colegiada: formada por representantes de todas as comunidades mais as assessorias (16 representações). As principais funções seriam: assegurar a dinâmica de funcionalidade da rede, instância intermediária entre a assembleia e a coordenação.
- 3- Coordenação Executiva: formada por uma comunidade de cada núcleo regional, totalizando cinco representações. As principais funções: direção política, representação institucional, acompanhar as instâncias e as relações com os parceiros. Foram escolhidos para essas vagas: Eliabe (Ponta Grossa), Associação Caiçara, MST, Laurena (Curral Velho), Mário

(Batoque), Terramar (representando o bloco das comunidades de Flecheiras e Caetanos de Cima).

4- Secretaria Executiva: ser uma comunidade ou uma instituição, desde que possa receber cartas e manter um local para seu funcionamento. Ela exerceria o papel do núcleo Fortaleza com as funções de: comunicação institucional, correspondência e gestão de projetos. Dentre as seis comunidades que foram escolhidas para compor a coordenação geral apenas o Terramar se propôs a ser a Secretaria Executiva (uma representação). (Anotações de campo da pesquisadora, 2010).

As comunidades também passaram a se organizar em blocos regionais, na tentativa de estimular o debate e facilitar a troca de experiências entre os participantes ficando determinado o seguinte formato: 1- Alojamento Frei Humberto, Associação Mulheres em Movimento, Jenipapo e Batoque; 2- Prainha do Canto Verde e Ponta Grossa; 3- Tremembé e Coqueirinho; 4- Curral Velho e Tatajuba, e 5- Flecheiras e Caetanos de Cima.

A partir dessas tomadas de decisão, com significativas mudanças estruturais e reelaboração do projeto político para 2011, compreende-se que a Rede Tucum não é apenas a soma das comunidades, pontos de apoio e povoado litorâneo, mas se constitui a partir das relações entre si e com as demais, criando-se a totalidade (o sujeito social) na diversidade.

O conceito de sujeito social decorre dessa compreensão do coletivo como uma totalidade, cuja autonomia se constrói a partir da capacidade de organização, como uma unidade autoconstituída, se exprimindo pelo conhecimento recíproco e por sentimento de inclusão, que se caracteriza pelo uso da primeira pessoa do plural: nós. (MATOS, 2003, p.58).

Importante compreender que embora todas as comunidades, povoados e pontos de apoio participem da Rede Tucum sob a luz dos mesmos princípios, os projetos individuais não podem se sobrepor ao sentido de concretização dos projetos comuns, na construção de uma situação ideal que lhes favoreça. Esse entendimento aproxima cada vez mais grupos e pessoas sensíveis à causa das comunidades e da zona costeira, fazendo aumentar e fortalecer a teia que une as comunidades.

Neste sentido, torna-se importante conhecer as experiências individuais de cada comunidade, seus históricos de luta e organização de base que culminaram com a formação dos GTCL para o enfrentamento dos desafios da zona costeira, criando condições necessárias para a realização da crítica ao modelo de turismo convencional. A partir da valorização desse mosaico de experiências, a Rede Tucum

se materializa e evidencia uma característica forte do turismo comunitário, que é a valorização da cultura e dos potenciais locais, as histórias de luta e resistência que se particularizam com a vida de cada grupo em detrimento da homogeneização imposta pelo turismo incentivado pelo Estado.

4.2. A conformação dos Grupos de Turismo Comunitários Locais (GTCL)

Os GTCL são formados por moradores que ficam responsáveis por coordenar as atividades do receptivo turístico como hospedagem, alimentação, passeios e trilhas, sendo para isso incluídos em cursos de capacitação realizados pelas instituições de apoio, esses grupos ainda desempenham papel de ligação com a coordenação da Rede Tucum, sendo um trabalho cooperado, no ideal de fortalecer a permanência e garantir a participação de novos membros.

Um dos critérios apontados para uma comunidade poder fazer parte da Rede Tucum é sua capacidade de organização comunitária, que em muitos casos se iniciou com a formação das primeiras associações pela luta da terra. Os grupos de turismo são o elo principal que dá, ou não, continuidade às ações na comunidade. Cabe a esse grupo incentivar/chamar à participação os demais moradores e mobilizar a formação de equipes de trabalho para o incremento da oferta de turismo.

A participação na coordenação geralmente é realizada por pessoas que têm um maior engajamento nas associações. Muitas vezes exercem funções nas diretorias e participam ativamente na luta pela terra, ganhando uma identidade e reconhecimento como lideranças comunitárias.

Devido a esses diferentes potenciais, a comunidade poderá desempenhar uma oferta diferenciada das outras, o que garante o respeito à diversidade e autonomia ao trabalho que as comunidades pretendem desenvolver. É comum que entre as comunidades, pontos de apoio e povoado litorâneo serviços que são encontrados em algumas comunidades não sejam percebidos nas outras. A condição de padronizar a oferta de serviço não é uma imposição para as comunidades, pelo contrário, a sua diversidade é que atrai os olhares e aguça a curiosidade dos visitantes de conhecer os demais lugares.

A equipe de alimentação é constituída na sua maioria por mulheres que trabalham em sistema de diárias. Esse grupo é articulado principalmente quando o número de visitantes aumenta, superando a capacidade de produção das refeições

das pousadas e chalés. Também fazem parte desses grupos as barracas de praia e os restaurantes, sendo que esses já têm a sua equipe de trabalho definida.

A equipe de hospedagem é composta pelos donos de pousadas particulares e os representantes das pousadas comunitárias, chalés particulares e comunitários, quartos de hospedagem particulares e moradores que alugam suas casas para grupos maiores de turistas. O trabalho familiar prevalece na maior parte dos empreendimentos, mas há a existência de remuneração por diária. Principalmente nos restaurantes há trabalhadores com carteira assinada, estes em minoria.

A equipe de trilhas e passeios é formada por moradores donos dos meios de transporte, que em alguns casos são também donos dos empreendimentos de hospedagem. Em algumas comunidades os jovens acompanham a realização desses deslocamentos como guias. A elaboração dos roteiros é feita pelo GTCL junto com as assessorias, que reconhecem os potenciais de visitação (manguezal, vazantes, casas de farinha) e no caso das trilhas históricas, os lugares de memória das comunidades são visitados e o significado que possuem é repassado ao turista a partir das histórias que os envolvem. Em algumas comunidades esse serviço não é oferecido, em outras é realizado por pessoas da comunidade que não são do GTCL, mas se dispõem em realizá-lo, mesmo sem receber nenhuma remuneração.

A equipe de comunicação é incipiente em quase todas as comunidades, o que demonstra uma fragilidade no repasse das informações dos encontros e assembleias, como também na interação entre as próprias comunidades para realização de algum pacote ou passeio integrado e na divulgação e contatos com os potenciais grupos de turistas. Essa dificuldade quanto à comunicação se dá, entre outros motivos, pela impossibilidade de acesso aos meios de comunicação, seja pela falta deles, seja pela dificuldade de infraestrutura, como falta de sinal de celular ou internet.

Devido ao baixo número de moradores envolvidos de maneira direta com os GTCL, é percebida uma sobrecarga de atividades para os atuais participantes, principalmente coordenadores/as, pois estes, além de exercerem as suas atividades cotidianas, participam dos movimentos das associações comunitárias e ainda se engajam nas tarefas do turismo. Tal dificuldade foi debatida durante a IV Assembleia Geral da Rede Tucum, sendo um desafio para os próximos encontros buscar novas estratégias de engajamento e renovação das lideranças.

Tal sobrecarga compromete os diálogos entre os participantes na identificação dos problemas e das possibilidades de solução, o que dificulta a busca pelo engajamento de novas pessoas no grupo. Ao mesmo tempo, a comunidade em geral interpreta esse fato como uma busca por benefícios pessoais a partir dos recursos de projetos e assessorias. A situação em algumas comunidades chega ao ponto de não haver uma identificação com o turismo comunitário nem o conhecimento da existência da Rede Tucum.

Com diálogos mais frequentes entre as assessorias e os GTCL é comum que as informações acerca de editais e projetos de financiamento sejam compartilhadas apenas entre o grupo que recebe os benefícios diretos gerados dessas informações. Essa situação é vista pelos demais membros da comunidade que não participam das ações do GTCL como um benefício concedido apenas a determinadas pessoas, criando, assim, na visão deles, grupos privilegiados que participam das ações do GTCL e são beneficiados, e grupos excluídos que não possuem engajamento ou proximidade com a Rede Tucum e por isso não recebem benefícios diretos ou na quantidade desejada.

Desse processo três consequências são percebidas como mais graves: 1) a percepção dentro da própria comunidade de que o turismo comunitário é realizado apenas para beneficiar alguns, portanto é excludente; 2) baixa geração de renda entre os participantes; 3) a ocorrência de afastamento das pessoas do GTCL, diminuindo o número de participantes e gerando uma crise dentro do próprio grupo e deste com a comunidade, que ilegítima a sua atuação. Tais situações são percebidas em alguns núcleos da Rede Tucum de forma mais ou menos intensa.

Tais desafios devem ser vistos como o início de uma caminhada que se propõe longa e duradoura, e que por envolver aspectos de benefícios econômicos ainda se torna mais difícil. Buscar desenvolver ações coletivas, como as oficinas que trabalham os conceitos e os princípios do turismo comunitário, é coletivizar situações difíceis e lançar o convite àqueles que se sentem chamados a contribuir com soluções, reconhecendo o esforço dos que já participam. Ao mesmo tempo em que o diálogo deve ser entendido como um desafio para os GTCL, é preciso também desenvolver o amadurecimento e a criticidade no espaço interno e na relação com a comunidade, com novas formas de arranjos que estimulem o fortalecimento da organização e evitem o desgaste e as divisões internas.

5 COMUNIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS: encontros para a afirmação e resistência

No quadro atual de desestruturação das atividades produtivas tradicionais, das constantes ameaças à posse das terras e ao direito de permanência das comunidades, o despertar por parte de seus moradores para a formação de associações e pequenos grupos organizados foi decisivo para a busca de parceiros que apoiassem (seja com assessoria, seja nos momentos de afirmação), as lutas das comunidades pelos seus direitos. Entre esses momentos o Desate ficou caracterizado como manifestações de apoio e solidariedade às comunidades atingidas por algum tipo de desrespeito aos direitos humanos, sendo percebidos através de sua realização:

1- A mobilização e a organização popular; 2- A solidariedade entre as comunidades da zona costeira, 3- O fortalecimento de uma identidade coletiva; 4- As lutas de afirmação e resistência, e 5- A visibilização dos problemas da zona costeira, dos povos do mar, povos do mangue e dos povos indígenas. (CASTRO, 2009, p. 67).

O processo de descoberta das comunidades para a possibilidade de mobilização de seus moradores para a luta se deu em um contexto de desafios de todas as ordens. A princípio não havia esclarecimento de como deveria se dar essa organização (quais os passos para a formação das associações de moradores), como identificar as agressões sofridas, como juntar provas e onde realizar as denúncias, visto que em alguns municípios a presença de carcinicultores e especuladores imobiliários se faz através de cargos e representações políticas, fato que intimida ou desestrutura qualquer iniciativa de denunciar os desmandos, além das dificuldades econômicas, pois frequentemente os moradores custeavam as despesas de viagens e documentações. “A gente fazia vaquinha para poder adquirir o recurso, para chegar na Fortaleza”, segundo depoimento de liderança comunitária. (CASTRO, 2009, p. 107).

Identifica-se, a partir dessas situações, que na busca conjunta da superação dos desafios uma identidade comum aos moradores participantes do movimento começava a aflorar, assim como o sentido de solidariedade coletiva,

sendo esses dois indicativos para a formação de sujeitos detentores da construção da sua própria história. “Os grupos de base devem ser sujeitos dos processos sociais nos quais estão envolvidos, sujeitos autônomos que se apropriam da reflexão sobre sua própria realidade e da construção de sua história.” (MATOS, 2003, p. 51).

Assim, a construção dessa identificação se dá entre as pessoas e entre as pessoas e os grupos. As comunidades levam em consideração a sua capacidade crítica de analisar os fatos decorrentes do processo de identificação e escolha dos parceiros, bem como o rico e particular arcabouço de imagens e símbolos pertencentes a cada comunidade. Isso estimula a organização dos moradores, inclusive com o resgate da memória coletiva, sendo uma ferramenta que contribui para a interação entre a juventude e os mais velhos, fortalecendo a identidade local. No curso das ações as comunidades têm se articulado para a defesa de seus territórios e proteção ao meio ambiente, buscando promover uma lógica diferente de relação e uso do espaço, garantindo a sua permanência e criando possibilidades de sustento no local para as famílias.

Nesse processo de descoberta das comunidades como sujeitos de sua história e na criação de um laço de identidade, alguns pontos positivos podem ser apontados como estratégicos: o desenvolvimento de ações solidárias entre os grupos e os laços de afetividade entre as comunidades e com a natureza, o envolvimento dos jovens e das mulheres nos debates sobre vários temas (inclusive sobre turismo), os intercâmbios entre as experiências e as reuniões, que passam a ser instrumentos de encontros entre os moradores para mobilização e aprendizagem, realizados muitas vezes com a presença de outras comunidades e também com as instituições de apoio.

Entre outras possibilidades de acompanhamento, as instituições parceiras das comunidades atuam no incentivo da capacitação técnica para melhoria das atividades produtivas comunitárias, por meio de cursos e oficinas que estimulam a cooperação entre os grupos e associações de base, fortalecendo o processo de identidade e a formação política, promovendo o desenvolvimento social. Assim as organizações de base podem ser compreendidas como o espaço,

Onde se pratica uma democracia direta, onde os indivíduos podem falar por si mesmos em pequenos coletivos locais. Em última instância a base constitui os núcleos comunitários, nas relações de vizinhança, nos coletivos de interesse comum, nos grupos de trabalho, nas lutas conjuntas, onde as pessoas se conhecem mutuamente, se relacionam diretamente e não por

intermédios de representantes; escutam-se mutuamente, desenvolvendo laços afetivos e construindo juntas suas histórias individuais e coletivas. (MATOS, 2003, p. 21).

Como possibilidade de diálogos e discussões, políticas foram criadas e, assim, conquistados espaços onde os movimentos sociais e as organizações comunitárias buscam visibilidade e apoio para as suas lutas no direito à resistência. Assim, como fruto de um movimento inicial chamado SOS Zona Costeira do Ceará, mas que já se articulava bem antes dele, fortaleceram-se 1) FDZCC: articulação entre grupos e movimentos em defesa da zona costeira. Atualmente conta com a participação de 25 instituições e grupos organizados; 2) Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense (FPPLC): referência de articulação dos pescadores e pescadoras de várias praias e municípios do Ceará, para, juntos, defenderem os seus direitos, lutar por uma vida melhor e preservar a natureza, contou com até 26 participantes entre associações e cooperativas, e 3) REALCE, que tem como singularidade abrigar os educadores e educadoras do litoral cearense, sendo 12 participantes entre associações e escolas.

Assim, a decisão de incorporar a atividade turística comunitária deu-se num contexto de formação política e organizacional das comunidades, onde os grupos envolvidos despertam para a importância de realizar atividades que fortaleçam seus arranjos produtivos. O turismo comunitário é uma atividade vetorial nessa dinamização, principalmente quando ajuda a promover e incentivar a valorização da pesca artesanal, a produção de artesanato, os pequenos cultivos e comércios.

O turismo comunitário inaugura um modelo de relação econômica, social e cultural comprometida e protagonizada pelas comunidades locais, defendido por agentes críticos da lógica capitalista, tais como: associações comunitárias, ONG's, redes nacionais e internacionais em torno do turismo sustentável, pesquisadores, estudantes.

Especialmente no Ceará, surge como uma ação/alternativa à lógica capitalista de apropriação dos espaços da zona costeira, pois os moradores ao mesmo tempo em que trabalham o turismo como fator de inclusão social e de melhora para a comunidade, conseguem se inserir como participantes ativos desse planejamento. Isso busca garantir a conservação do modo de vida das comunidades (seus costumes e tradições) e fortalecer a luta em defesa da posse da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao aproximar-se da experiência de turismo comunitário desenvolvido pela Rede Tucum, compreende-se que o processo de organização das associações comunitárias e grupos locais em defesa dos seus territórios foram bases para o amadurecimento de uma proposta de turismo, onde as histórias de luta e organização das associações das comunidades participantes, na defesa dos seus territórios, seja contra as investidas da carcinicultura, da pesca predatória, da especulação imobiliária e mais recentemente da instalação das usinas eólicas, são fundamentais para a existência dessa experiência.

O turismo comunitário proposto pela Rede Tucum, diferencia-se por ser uma proposta de turismo, onde a participação das comunidades vai para além dos trabalhos práticos de administração, recepção e hospedagem turística (fundamentais para a concretização das viagens de lazer praticadas pelos visitantes e que as comunidades tem recebido constante formação técnica para o aprendizado e aprimoramento do saber fazer).

Na Rede Tucum a participação das comunidades é condição fundante para as tomadas de decisão e execuções das atividades relacionadas ao turismo. Por isso a formação dos Grupos de Turismo Comunitário Locais, em cada comunidade, se torna o espaço de debate e aprimoramento das experiências vividas, dentre essas práticas citamos a realização de serviços turísticos como as hospedagens, alimentações, passeios e trilhas, da organização das rodas de conversa para contação de histórias e trocas de saberes, além da socialização dos momentos de luta e enfrentamento vividos pelas comunidades.

O turismo comunitário torna-se nesse sentido, mais uma atividade incorporada pelas comunidades e que potencialmente pode colaborar para a manutenção das atividades tradicionais como a pesca, a agricultura e a produção de artesanato (embora com consumo e produção em pequena escala), mas com reconhecido potencial de mobilização e articulação dos arranjos produtivos comunitários.

Ao considerar sua formação recente, com seu lançamento no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável em 2008, os processos de aprendizado em relação aos espaços decisórios de governança da Rede Tucum se dão num ritmo onde se aprende na prática, aquilo que se pretende fazer. Tendo nas Assembleias

Anuais, espaços de discussão e debate coletivo, onde novos rumos são apresentados e colocados em votação para representantes de todas as comunidades e instituições de assessoria, torna-se importante para os próximos passos da Rede, e como uma etapa de amadurecimento do sujeito coletivo em consolidação. A análise crítica de tal governança, levando em consideração a participação de todos os sujeitos e instâncias de debates criados, bem como as contradições geradas a partir dos diferentes olhares e atuações sobre a Rede coloca em perspectiva a correção dos rumos quando se faz necessária. Há aqui clareza de que com a formação de uma rede de turismo comunitário no estado do Ceará constituiu-se numa proposta que não vai ao encontro do modelo de turismo convencional, incentivado e desenvolvido pelos planos de ações e programas governamentais.

A experiência de turismo comunitário da Rede Tucum proporciona aos grupos e associações comunitárias um processo de formação política, que se propõe discutir situações que vão para além da dinâmica do turismo, proporcionando as comunidades o apoderamento dos discursos em relação aos desafios as quais são diariamente submetidas. Valorizando as culturas, os saberes tradicionais, a relação sociedade natureza, na tentativa de ganhar voz junto ao Estado na exigência do reconhecimento da importância da realização do turismo pelas comunidades, na definição de políticas públicas que dêem subsídio as suas demandas. Assim, de maneira direta contribua para o fortalecimento das ações comunitárias melhoria da renda dos moradores, no incentivo a troca de experiências entre as comunidades e entre as comunidades e os turistas.

Assim, além da vontade de realizar um turismo diferenciado, as comunidades que integram a Rede Tucum, defendem princípios e diretrizes comuns e que garantem o fortalecimento do sujeito coletivo, bem como a aprovação em Assembleia do caderno de normas, estabelece relações entre as comunidades, instituições de assessoria e visitantes, sendo um instrumento para orientar as relações das comunidades já participantes, das comunidades que por ventura venham a candidatar-se e identifica o olhar que a Rede Tucum tem sobre si mesma e sobre os desafios da proposta de turismo comunitário.

Devido as diferentes realidades comunitárias, o mosaico de experiências da Rede, constitui a sua principal riqueza, e ao mesmo tempo exige um constante movimento de aproximação das instituições de assessoria, na busca por

metodologias e instrumentos que colaborem com a observação dessas diferentes temporalidades, bem como com a criação de informações sobre as realidades vividas pelas comunidades, na tentativa de melhorar os processos de formação, e na elaboração de propostas que supere os desafios presentes.

Dentre os desafios, vale ressaltar: 1) a identificação e a forma de diferentes participação e manifestação que a Rede Tucum tem de si mesma, avaliando que o primeiro passo para uma melhor identificação de soluções para os desafios, partem do envolvimento coletivo e reconhecimento com a proposta a ser desenvolvida, 2) a continuação do processo de formação, 3) a possibilidade de melhora na comunicação entre os sujeitos participantes da rede, 4) a elaboração de material de comunicação que represente as comunidades e o ideal de existência da rede, 5) a animação dos grupos de turismo comunitário locais, 6) a criação de diálogos com o Estado na perspectiva de criação de políticas públicas que favoreçam esse tipo de turismo, 7) a melhor articulação das ações das assessorias (na execução das ações e elaboração de projetos de captação de recursos), e o que apresenta-se como mais instigante: 8) a sustentabilidade econômica da rede, que apesar dos esforços empreendidos, ainda será tema de discussão e necessário aprofundamento.

Apesar da diversidade e intensidade dos desafios, a colaboração com a afirmação de uma nova proposta de organização social, e uma nova lógica de ocupação da zona costeira defendida pela Rede Tucum, começa a ser difundida, dando real significado a organização comunitária e fazendo da maioria dos turistas, que se propõe a vivenciar essa experiência, parceiros nessa construção, que para além do descanso e do lazer, pode através dessa proposta vivenciar novas experiências contribuindo para a garantia dos direitos e territórios das comunidades.

Assim, ao finalizar esse texto, acreditamos que muito ainda poderia ser dito, diante da intensidade de experiências e saberes vividos na aproximação das comunidades que formam a Rede Tucum. Reconheço os limites pessoais, bem como de tempo para construir reflexões acerca de uma realidade tão dinâmica e diversa, porém através de cada reunião, cada viagem técnica ou mesmo de lazer, nas rodas de conversa e até nas imagens das embarcações chegando a praia. A existência da Rede Tucum tem possibilitado rememorar a luta dos movimentos sociais e a empreender um novo olhar da comunidade para si mesma e para as articulações que se desenham.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 1, n. 2, p. 103- 114, 2005.
- ARAGÃO, R. F. **A construção da imagem turística do Ceará**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- ASSEMBLEIA DA REDE TUCUM, 4., 2011, [S.I.]. **Relatório...** [S.I.], 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGEM. Disponível em: <<http://www.abav.com.br/>>. Acesso em: 2012.
- ASSOCIAÇÃO CAIÇARA DE PROMOÇÃO HUMANA. **Estatuto**. [S.I.], 2006.
- ÁVILA, V. F. de. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conhecimento. Campo Grande: UCDB, 2000.
- BARBOSA, L. M. **Redes de territórios solidários do turismo comunitário**: políticas para o desenvolvimento local no Ceará. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.
- BAZTÁN, A. A. **Etnografia in metoetnografia**: métodos qualitativos da pesquisa. Barcelona: Marcombo, 1996.
- BUSSOLOTI, F. **Como funcionam as construções com terra e adobe?**. [S.I.], [2008?]. Disponível em: <<http://ambiente.hsw.uol.com.br/adobe4.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2010.
- CAETANOS de Cima. [S.I.], [2010?]. Disponível em:<<http://caetanosdecima.wordpress.com>>. Acesso em: 25 maio 2010.
- CAETANOS de Cima passa por tensão devido a conflitos fundiários. [S.I.], 2009. Disponível em: <<http://www.oktiva.net/oktiva.net/1209/nota/157842>>. Acesso em 10 jan. 2011.
- CASO Jeovah Daniel: fotos manifestação na Praça do Ferreira. **Centro de Mídia Independente**, 25 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/08/391909.shtml?comment=on>>. Acesso em: 22 dez. 2010.
- CASTRO, G. (Org.). Manguezais x carcinicultura: lições apreendidas. In: FÓRUM EM DEFESA DA ZONA COSTEIRA, 2009, [S.I.]. **Anais...** [S.I.], 2009.
- CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Diário dos jangadeiros**: Fortaleza - Rio (1941). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará. **Projeto de Combate a Pobreza Rural no Ceará**: plano de recuperação do assentamento. Fortaleza, 2004.

CEARÁ. Secretaria de Turismo. **Manual de informações turísticas do Ceará**. [S.l.], 2010. Disponível em: <http://www25.ceara.gov.br/guia/info_tema_resp.asp?sel_temas=64>. Acesso em: 15 jan. 2011.

COELHO, A. M. G. **Caracterização socioeconômica da comunidade do Batoque no litoral leste do estado do Ceará**. Fortaleza: IBAMA, 1999.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. Disponível em: <www.cppnac.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

_____. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papirus, 1998.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

_____. **Turismo e geografia: reflexões críticas**. Fortaleza: EDUECE, 2005.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; MENDES, E. G. As interfaces do turismo na praia de Jericoacoara e Tatajuba: políticas, conflitos e gestões. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 96-115, 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2004.

CRUZ, R. C. A. da. **Introdução a geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: ROCCA, 2003.

DIAS, R. L. F.; COSTA, A. V. H. da. **Curso para Formação de Lideranças no Litoral Cearense**. [S.l.]: Instituto Terramar, 2002. Módulo 5: Ambiente Litorâneo e Desenvolvimento Sustentável.

DIEGUES, A. C. S. **Povos e mares: leitura em socioantropologia marítima**. São Paulo: USP, 1995.

DIOGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 1998.

EGG, E. A. **Metodología, y práctica del desarrollo de la comunidad**. 33. ed. Buenos Aires: Editorial Lumen Humanitas, 1998.

FÓRUM EM DEFESA DA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ. Disponível em: <<http://www.soszonacosteira.hpg.com.br/prodetur.htm>>. Acesso: 12 mar. 2010.

GRACIA, C. **Rede Tucum recebe Prêmio ToDo**. Fortaleza, [2010?]. Disponível em: <<http://www.tucum.org/site/2313/nota/154279>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

GEERTZ, C. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura: a interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

GOMES, P. C. **Geografia e modernidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOMES, A. O.; VIEIRA NETO, J.P. **Historiando Batoque**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2010a.

_____. **Historiando Caetanos de Cima**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2010b.

_____. **Historiando Canto Verde**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2010c.

_____. **Historiando Curral Velho**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2010d.

HASBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF, 2002.

IBAMA. **Diagnóstico da carcinicultura**. [S.l.], 2005.

_____. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): instrução normativa n. 2, artigo 2 de, do ICMBio, 18.09.2007**. 2010.

IBAM. **Programa MOB de turismo local**. [S.l.], 2010.

INCRA. **Projeto São José II**. [S.l.], 2008.

INSTITUTO TERRAMAR. Disponível em: <<http://www.terramar.org.br/oktiva.net/1320/secao/3774>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

_____. **Rede TUCUM/ Amigos da Prainha do Canto Verde: apoio a projetos de fortalecimento do turismo comunitário: edital**. [S.l.], 2009.

_____. **Terra e vida na zona costeira: direito de uso e estratégias de regularização de posses: cartilha**. [S.l.], 2004.

_____. **Uso e ocupação da Terra por comunidades tradicionais na Zona Costeira do Ceará: diagnóstico socioambiental participativo**. [S.l.], 2003.

KEZIANO. **Histórico da luta na comunidade na justiça e no campo**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://prainhadocantoverde.org/?p=206>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

LAZER e descanso na bela Tatajuba. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 11 jul. 2008. Caderno Turismo. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=553704>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

LIMA, M. C. de. **Comunidades pesqueiras marítimas do Ceará: territórios, conflitos e lutas**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Posse da terra e regularização fundiária na zona costeira cearense. In: SALES, C. (Org.). **Terra, sujeitos e condição agrária**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2007.

LIMA, L. C.; SILVA, A. M. F. da. **O local globalizado pelo turismo: Jeri e Canoa no final do século XX**. Fortaleza: EDUECE, 2004.

LIMA, V. L. O. **Desenvolvimento para a vida: os sentidos do turismo em Caetanos de Cima, no Assentamento Sabiaguaba, Amontada- CE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MATOS, A. G. de. **Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos**. Brasília, DF: Editorial Abaré, 2003.

MAR DE ICAPUÍ é cenário para guerra da lagosta. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 maio 2010. Caderno Regional. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=790164>>. Acesso em: 12 maio 2010.

MAX- NEFF, M. Prefácio. In SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação do turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-16.

MENDES, E. G. **De espaço comunitário a espaço do turismo: conflitos e resistências em Tatajuba – Camocim/CE**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

_____. A Prainha do Canto Verde: lócus de luta e resistência. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 173-196.

_____. **Prainha do Canto Verde: o lugar como locus da resistência: relatório de iniciação científica**. Fortaleza: FUNCAP, 2004.

MORAIS, J. O. de. Compartimentação territorial evolutiva da zona costeira. In: LIMA, L. C.; SOUZA, M. J. N. de. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000.

NEUHAUS, E. M. **Estudos sobre o turismo comunitário**. [S.l.]: Instituto Terramar, 2002.

NOGUEIRA, S. K. **No ritmo das marés: as catadoras de algas de Flecheiras – Trairi/CE**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

PADILHA, V. **Shopping center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEREIRA, R. M. M. **As estratégias do movimento comunitário em defesa da terra na Prainha do Canto Verde**. 2008. Monografia - Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

PRAINHA do Canto Verde.

Disponível em: <<http://www.prainhadocantoverde.org/comunidade/historia/mar/>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

QUEIROZ, L. S. **Na vida do Cumbe há tanto mangue: as influências dos impactos socioambientais da carcinicultura no modo de vida de uma comunidade costeira**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO. Disponível em: <www.tucum.org>. Acesso em: 19 fev. 2010.

REDE TUCUM TURISMO E RESISTÊNCIA NA ZONA COSTEIRA CEARENSE TURISOL. **Turismo comunitário**. [S.l.], 2010. (Série Turisol de Metodologias).

RELATÓRIO da rede de justiça ambiental. [S.l.], 2006. Disponível em: <www.justicaambiental.org>. Acesso em: 16 maio 2010.

RESERVA ambiental é tema de polêmica. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13 mar. 2011. Caderno Regional. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=790181>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

ROCHA, A. M. **O turismo e a reconstrução de territórios do espetáculo na metrópole Fortaleza**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

RODRIGUES, R. **Almanaque Jereré de Flecheiras**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

RODRIGUES, R.; SOUSA, V. **Almanaque pescando cultura**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2006.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação do turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2008. Disponível em: <www.sits2008.org.br>. Acesso em: 14 dez. 2010.

SILVA, M. da. A rede social como metodologia e como categoria investigativa: possibilidade para o estudo dos territórios conservadores de poder. In: PEREIRA; COSTA; SOUZA (Org.). **Teorias e práticas espaciais: análises espaços-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SIQUEIRA, F. S. **Turismo comunitário: uma análise das comunidades participantes da Rede TUCUM no litoral leste**. 2010. Monografia - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2010.

SOUZA, C. I. O. **As formas de organização do turismo de inclusão em comunidades litorâneas do Ceará: relatório de iniciação científica**. Fortaleza: FUNCAP, 2004.

SOUZA, C. I. O.; SILVA, C. F. da. Turismo comunitário e autonomia dos povos do mar. **Povos do Mar: Um Mergulho de Cultura e de Solidariedade**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.16, 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 1988.

TREMEMBÉ ONLUS. [S.l.], 2008. Disponível em: <www.pousadatremembe.com>. Acesso em: 16 nov. 2010.

TUCUM tem a ver com rede. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 12 maio 2008. Caderno Comunicado. Disponível em: <http://www.sfiec.org.br/clipping/edicoes/Maio%202008/Clipping_120508.Html>. Acesso em: 30 maio 2011.

TUPINAMBÁ, S. V. **Do tempo da captura a captura do tempo livre: terra e mar: caminhos da sustentabilidade**. 1999. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente) - Universidade Federal do Ceará, 1999.

VASCONCELOS, F. P. **Gestão integrada da Zona Costeira: ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral**. Fortaleza: Premium, 2005.